

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Lidiane da Silveira Gouvea Toledo

*A inter-relação entre o uso de crack em cenas abertas e envolvimento com a justiça
criminal no município do Rio de Janeiro*

Rio de Janeiro
2016

Lidiane da Silveira Gouvea Toledo

*A inter-relação entre o uso de crack em cenas abertas e envolvimento com a justiça
criminal no município do Rio de Janeiro*

Trabalho de Conclusão de Tese
apresentado ao Programa de Pós-
graduação em Epidemiologia em Saúde
Pública, da Escola Nacional de Saúde
Pública Sérgio Arouca, na Fundação
Oswaldo Cruz, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Ciências:

Orientador: Dr. Francisco Inácio Bastos
Coorientador: Dr. Ignácio Cano
Coorientador: Dr. Leonardo Bastos

Rio de Janeiro

2016

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

T649i Toledo, Lidiane da Silveira Gouvea.
A inter-relação entre o uso do crack em
cenas abertas e envolvimento com a justiça
criminal no município do Rio de Janeiro. /
Lidiane da Silveira Gouvea Toledo. -- 2016.
171 f. : ilustr.; tab.; graf.

Orientador: Francisco Inácio Bastos
Ignácio Cano
Leonardo Bastos

Dissertação (doutor) – Escola Nacional
de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de
Janeiro, 2016.

1. Cocaína Crack. 2. Usuários de Drogas.
3. Cenas Abertas de uso. 4. Envolvimento
Criminal. 5. Vulnerabilidade Social. I.
Título.

CDD - 22.ed. – 362.298

Lidiane da Silveira Gouvea Toledo

*A inter-relação entre o uso de crack em cenas abertas e envolvimento com a justiça
criminal no município do Rio de Janeiro*

Trabalho de Conclusão de Tese
apresentado ao Programa de Pós-
graduação em Epidemiologia em Saúde
Pública, da Escola Nacional de Saúde
Pública Sérgio Arouca, na Fundação
Oswaldo Cruz, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Ciências:

Aprovada em: 11 de dezembro de 2015

Banca Examinadora

Dr^a. Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues / Faculdade Nacional de Direito (UFRJ)
Titulação, nome completo do membro 1, afiliação e assinatura

Dr. Dorian Luis Borges de Melo / Laboratório de Análise da Violência (UERJ)
Titulação, nome completo do membro 2, afiliação e assinatura

Dr^a. Simone Souza Monteiro / Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz)
Titulação, nome completo do membro 3, afiliação e assinatura

Dr^a. Claudia Torres Codeço / Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ)
Titulação, nome completo do membro 4, afiliação e assinatura

Francisco Inácio Bastos / Instituto de Comunicação e Informação Científica e
Tecnológica em Saúde
Titulação, nome completo do membro 5, afiliação e assinatura

Rio de Janeiro

E Jesus continuou dizendo:
“O Reino de Deus é como um
homem que espalha a semente
na terra. Depois ele dorme e
acorda, noite e dia, e a
semente vai brotando e
crescendo, mas o homem não
sabe como isso acontece. A
terra produz o fruto por si
mesma: primeiro aparecem as
folhas, depois a espiga e, por
fim, os grãos enchem a espiga.
Quando as espigas estão
maduras, o homem corta com
a foice, porque o tempo da
colheita chegou. ”

Por Ele

*Aos meus pais José
Rubens e Vera. A minha
irmã Daliane e o
caçulinha Théo, por todo
amor, carinho, apoio,
paciência, compreensão,
escuta e fé. Obrigada por
vocês serem minha
família.*

AGRADECIMENTOS

Ao Chico, por seu meu mestre há 6 anos e acreditar em minhas ideias. Imensa gratidão ao meu "pai" acadêmico.

Ao Ignácio, que acreditou no projeto e deu outra cor, outro tom, a tese. Sua participação foi fundamental e de máxima importância para meu crescimento profissional. Obrigada, mesmo! Por tudo! Cresci muito na convivência com você.

Ao Léo, pela disponibilidade, por responder as mesmas perguntas 300 vezes. Por me ensinar um pouquinho mais de teoria bayesiana.

A Neilane e a Carol, pela escuta, desabafos, revisões. Vocês foram grandes e generosas parceiras. Obrigada.

E dos amigos? O que falar? Eles me tiraram de casa quando passei horas e horas estudando, me deram comida (jantinhas e almoços), me levaram para passear, me fizeram café. Disponibilizaram suas casas, seus animais de estimação, seus computadores para eu poder estudar. E me perguntaram umas centenas de vezes: Quando esta tese vai acabar?

A vocês que torceram muito por mim, entenderam minha ausência e me aguardam para comemarmos: Ju, Ana Paula, Rafaela, Renata, Nidi, Juliana, David, Carla, Lidiany, Robson, Arnaldo, Alessandra. Aos meus vizinhos Michele, Ericka, Claudinha e Cris. Ao amigo Claudio Gruber Mann, pelas revisões finais. A amiga Ana Lúcia. A Júlia Vilapouca. As amigas Kamila e Karen que de longe, torceram e acompanharam de igual maneira.

A Ju Peixoto e a Paty, pelo encontro, direção, objetividade, ajuda e acolhimento. Vocês foram demais.

Aos amigos da Viva Rio, especialmente Maira, Rubem e Ana Schneider pelo apoio e todos os demais membros da "equipe drogas", cresci e aprendi muito com vocês.

Ao Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP), especialmente Emmanuel Caldas, que procedeu com a concessão dos dados sobre os registros criminais e sempre estiveram disponíveis para responder as dúvidas e orientações necessárias.

Ao Núcleo de Geoprocessamento do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/FIOCRUZ). Especialmente Mônica Avelar e Vanderlei.

Aos colegas do Laboratório de Análise da Violência da UERJ (LAV), Daiani, Caroline, Janiely que sempre me receberam muito bem. Pelas trocas, disponibilidade, e ajuda.

Ao Eduardo, do LAV. Você fez diferença nos 45 minutos do segundo tempo. Obrigada pela disponibilidade, ensino e orientação.

Ao Carlos e a Rosalina!

RESUMO

No Brasil, o consumo de crack em cenas abertas tem sido associado, pelo senso comum e grande mídia à problemas relacionados à violência, desordem urbana e criminalidade nas grandes cidades. Todavia os estudos sobre este tema no Brasil são pouquíssimos. Sendo assim, no primeiro artigo da tese, identificamos variáveis preditoras para detenção e prisão dos usuários de crack e similares no município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana, no período de setembro de 2011 a junho de 2013, através de modelos de regressão logística multinível. As variáveis que se mostraram preditoras de detenção e/ou prisão foram: ter utilizado leito de internação clínica, ser do sexo masculino, ser poliusuário, ter de 0 a 7 anos de estudo, raça/cor “preto” e acréscimo de 1 ano no tempo de uso de crack e similares. No segundo artigo, buscamos verificar a possível associação entre um conjunto de cenas abertas de uso de crack com a ocorrência de determinados crimes em seu entorno, no município do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 2011 a outubro de 2012, através de um modelo de regressão linear múltipla. As análises evidenciam para uma possível associação entre as cenas abertas de uso de crack e crimes contra propriedade, assim como diferença significativa na média de crimes contra propriedade entre as cenas que estavam localizadas em “favelas” em relação àquelas que estavam localizadas no “asfalto”. Os resultados apontam associações de algumas variáveis no nível individual com detenção e prisão e associação espacial das cenas abertas com os crimes no entorno, tornando-se necessárias intervenções multisetoriais, que considerem a promoção da saúde, o acesso dos usuários aos serviços, o manejo do uso de múltiplas drogas, a diminuição da evasão escolar, alternativas não repressoras para lidar com o uso de drogas em espaço públicos dando prioridade aos programas de abordagem de saúde e assistência social.

Palavras-chave: Usuários de crack; Cenas abertas de uso de crack; Envolvimento criminal; Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

In Brazil, crack use in open scenes have been linked by common sense and mainstream media on issues related to violence, urban disorder and criminality in large cities. However studies on this topic in Brazil are very few. Thus, in the first article of the thesis, we identified predictors for arrest and detention of crack and similar users in the city of Rio de Janeiro and the metropolitan area, from September 2011 to June 2013, by logistic regression models multilevel. The variables that were predictive of detention and / or imprisonment were: use of clinical hospital bed, being male, being poliusuário, have 0-7 years of education, race/color "black" and 1-year increase in time crack and similar use. In the second article, we seek to verify the possible association between a set of scenes open crack use with the occurrence of certain crimes in their surroundings, in the city of Rio de Janeiro, from January 2011 to October 2012, through a multiple linear regression model. The analyzes show for a possible association between the open crack scenes of use and crimes against property, as well as significant difference in mean crimes against property between scenes that were located in "favelas" than those who were located in the "asphalt". The results show associations of some variables at the individual level with arrest and detention and spatial association of scenes open with the crimes in the surroundings, making it necessary multisectoral interventions that consider health promotion, user access to services, the management of multiple drug use, reduction of school supply, not repressive alternatives to deal with the use of public space in drugs giving priority to health approach to programs and social assistance

Keywords: Crack users; Open scenes of crack use; Criminal involvement; Social vulnerability.

LISTA DE QUADROS

Artigo 1

Quadro 1: Variáveis explicativas utilizadas no estudo.....	68
---	----

Artigo 2

Quadro 1: Síntese dos resultados das visitas de campo da pesquisa nacional sobre uso de crack. Rio de Janeiro, janeiro de 2011 a outubro de 2012.....	124
--	-----

Quadro 2: Relação das cenas abertas de uso de crack, que permaneceram e não permaneceram no M2, por Delegacia de Polícia Civil. Rio de Janeiro, janeiro de 2011 a outubro de 2012.....	126
---	-----

Quadro 3: Georreferenciamento automático dos registros de ocorrência por área de circunscrição da 9º e 25º DP, segundo os momentos estudados. Rio de Janeiro, janeiro de 2011 a outubro de 2012.....	130
---	-----

Quadro 4: Fluxo de georreferenciamento automático e manual dos registros de ocorrências da 9º e 25º DP, segundo os momentos estudados. Rio de Janeiro; Janeiro de 2011 a outubro de 2012.....	132
--	-----

LISTA DE TABELAS

Artigo 1

Tabela 1: Características dos usuários de crack e similares em cenas abertas e modelos bivariados para detenção e prisão. Rio de Janeiro e Região Metropolitana, setembro de 2011 a junho de 2013.....	73
---	----

Tabelas do apêndice on line A, para submissão a Social Science and Medicine

Tabela on line 1: Precisões a <i>posteriori</i> dos efeitos aleatórios dos estrados e conglomerados para os modelos com desfecho detenção e prisão.....	110
--	-----

Tabela on line 2: Deviance Information Criterion (D.I.C).....	111
--	-----

Artigo 2

Tabela 1: Associação entre cenas abertas de uso de crack e média de crimes contra propriedade, segundo raio de 100, 200, 300 metros, no entorno das cenas da 9º e 25º DP, nos dois momentos estudados. Rio de Janeiro; Janeiro de 2011 a outubro de 2012.....	139
--	-----

Tabela do anexo, para submissão a Social Science and Medicine

Tabela on line 1: Média de crimes contra propriedade, segundo raio de 100, 200, 300 metros no entorno das cenas da 9º e 25º DP, nos dois momentos estudados. Rio de Janeiro; Janeiro de 2011 a outubro de 2012.....	157
--	-----

Tabela on line 2. Média de crimes contra propriedade, segundo raio de 100, 200 e 300 metros no entorno das cenas da 9º e 25º DP, nos dois momentos considerados no estudo. Rio de Janeiro; Janeiro de 2011 a outubro de 2012.....	158
--	-----

LISTA DE FIGURAS

Artigo 1

- Figura 1:** Coeficientes do modelo de regressão logística múltipla para desfecho “detenção” de usuários de crack e similares, Rio de Janeiro e Região Metropolitana, setembro de 2011 a junho de 2013..... 76
- Figura 2:** Coeficientes do modelo de regressão logística múltipla para desfecho “prisão” de usuários de crack e similares, Rio de Janeiro e Região Metropolitana, setembro de 2011 a junho de 2013..... 78
- Figuras do apêndice on line A, para submissão a Social Science and Medicine*
- Figura on line 1:** Efeitos aleatórios dos estratos capital e região metropolitana no modelo com desfecho detenção..... 104
- Figura on line 2:** Efeitos aleatórios dos estratos capital e região metropolitana no modelo com desfecho prisão..... 105
- Figura on line 3:** Média a *posteriori* dos efeitos aleatórios dos conglomerados cena/dia/turno, segundo turno, no modelo com desfecho detenção..... 106
- Figura on line 4:** Média a *posteriori* dos efeitos aleatórios dos conglomerados cena/dia/turno, segundo turno, no modelo com desfecho prisão..... 107
- Figura on line 5:** Média a *posteriori* dos efeitos aleatórios dos conglomerados cena/dia/turno, segundo dia da semana, no modelo com desfecho detenção..... 108
- Figura on line 6:** Média a *posteriori* dos efeitos dos conglomerados cena/dia/turno, segundo dia da semana, no modelo com desfecho prisão..... 109

Artigo 2

Figura 1: Sobreposições dos raios das cenas da 9º Delegacia de Polícia Civil. Rio de Janeiro; Janeiro de 2011 a outubro de 2012.....	134
Figura 2: Sobreposições dos raios das cenas da 25º Delegacia de Polícia Civil. Rio de Janeiro; Janeiro de 2011 a outubro de 2012.....	135
Figura 3: Frequencia relativa dos tipos de crimes, dentro dos raios de 300 metros das cenas, da área da 9º e 25º DP. Rio de Janeiro; Janeiro de 2011 a outubro de 2012.....	136
<i>Figuras em anexo para submissão a Health and Place</i>	
Figura on line 1: Análise da distribuição dos resíduos padronizados de Pearson do modelo de regressão linear sobre crimes contra propriedade, segundo raio de 100, 200, 300 metros no entorno das cenas da 9º e 25º DP, nos momentos estudados. Rio de Janeiro; Janeiro de 2011 a outubro de 2012.....	156

LISTA DE SIGLAS

AOR - *Odds Ration* (Razão de chances ajustada)

AD - Álcool e outras drogas

ASI-6 - *Addiction Severity Index - versão 6*

CAPS - Centro de atenção psicossocial

CAPSad - Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e outras Drogas

CODAR - Consumidores de drogas em alto risco de se infectar pelo HIV e outros tipos de agentes infecciosos

DIC - *Deviance Information Criteria*

DP - Delegacia de Polícia Civil

RDS - *Respondent Driven Sampling*

RM - Região Metropolitana

RLM - Regressão Linear Múltipla

TLS - *Time Location Sampling*

HIV - Vírus da imunodeficiência humana

INLA - *Integrated Nested Laplace Approximations*

IC - Intervalo de credibilidade ou de confiança - dependendo da abordagem utilizada

IPEA - Instituto de Pesquisa Economica aplicada

ISP - Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro

ONU - Organização das Nações unidas

OR - *Odds Ration*

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde

ONG - Organização não governamental

SENAD - Secretaria Nacional de Política sobre Drogas

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

UPAS - Unidades de Pronto Atendimento

UPP - Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. OBJETIVOS	57
2.1. OBJETIVO GERAL.....	57
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	57
3. RESULTADOS	58
3.1. Artigo 1: Envolvimento com o sistema da justiça criminal de usuários de <i>crack</i> no Rio de Janeiro e Região metropolitana; implicações para a saúde pública.....	58
3.2. Artigo 2: Territorialidades: explorando a possível associação entre uso de crack em cenas abertas e crimes contra propriedade.....	112
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

Os antropólogos Philippe Bourgois (2010) e Maria Epele (2007, 2010) têm associado a intensificação dos problemas relacionados às drogas às transformações secundárias à fragilização (ou ausência) de políticas de bem-estar social e às políticas econômicas neoliberais em seus respectivos países (EUA e Argentina), especialmente no que diz respeito às camadas sociais mais vulneráveis. A população em situação de rua e os usuários em cenas abertas de drogas, como, por exemplo, os usuários de paco¹ em Buenos Aires, Argentina, retratam esse panorama. Bourgois (2010), em etnografia com usuários de drogas em situação de rua de São Francisco, Califórnia, aponta o desmantelamento da rede de bem estar social (*welfare state*) e a guerra às drogas nos Estados Unidos como fatores que contribuíram para que os usuários fossem ainda mais perseguidos e brutalizados por agentes de segurança, cuja missão era proteger e controlar o espaço público e a propriedade privada.

Já em Buenos Aires, Argentina, Epele (2011) atribui o aumento no consumo de drogas por parte das populações socialmente vulneráveis às reformas neoliberais ocorridas no país no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, o que culminou com o agravamento da situação de pobreza e exclusão social em que essas pessoas viviam.

¹ Designação sem muita precisão do ponto de vista farmacológico, e que corresponde à pasta base bruta, assim como a variedades fumáveis de cocaína, que no Brasil são conhecidas como crack e variantes (como merla e oxi). Em se tratando de um mercado ilícito, altamente marginalizado e criminalizado, com pouquíssimas análises farmacológicas, optou-se por utilizar a designação original, êmica, na linguagem etnográfica, que recobre um conjunto pouco preciso de substâncias correlatas. O paco é hoje parte de verbete da wikipedia sobre pasta base e cocaínas fumáveis (https://en.wikipedia.org/wiki/Cocaine_paste), assim como tema de centenas de vídeos e postagens em diversas redes sociais, como em: <https://www.youtube.com/watch?v=KXdh00GdS88>.

Epele destaca, ainda, que à época da disseminação intensa do tráfico e uso do paco, havia uma combinação complexa de crise econômica e política que resultou, por um lado, no desmantelamento de estruturas sociais importantes, como o aumento nas taxas de desemprego, e, por outro, na deterioração e privatização do sistema de saúde. O desemprego e o colapso - das já limitadas políticas sociais - comprometeram ainda mais a obtenção e a garantia de direitos essenciais à vida, como o acesso à saúde e à moradia.

Epele (2011) novamente salienta que, desde o início da sua comercialização, o paco esteve associado a populações marginalizadas e à deterioração física de seus usuários, em razão das péssimas condições de vida em que se encontravam, e ao uso de cachimbos improvisados, feitos de latas de refrigerantes, antenas de televisão ou qualquer tipo de tubo de alumínio, com diversas consequências adversas, tais como: a acelerada perda de peso, problemas respiratórios e queimaduras nos lábios e nos dedos.

De forma similar àquela como Epele, em seus trabalhos (2007; 2010; 2011), vem destacando as vulnerabilidades dos usuários de paco na Argentina, muitas pesquisas com abordagens metodológicas diversas, tanto em contextos internacionais quanto no Brasil (Bourgois 2003; Van Der Poel & Van De Mheen 2006; Ramiro *et al.*, 2014; Rui 2014), têm evidenciado a situação de exclusão social, pobreza, exposição a riscos e danos à saúde e envolvimento criminal a que os usuários de *crack* se encontram, inserindo-os em uma condição de extrema vulnerabilidade social (Fischer & Coghlan, 2007; Zanotto & Büchele 2013).

Epele (2010) e Medeiros (2014) enfatizam que o uso de crack, inserido em contextos de pobreza e vulnerabilidade social, muitas vezes está vinculado a uma busca por alívio (ao menos, parcial, e certamente contraditório, pois o uso se mostra associado a danos e riscos adicionais) das condições de dor e sofrimento individual e social. Esse

sentimento, que inclui situações de opressão e produtoras de mal estar, permite a experimentação de algo que lhes traga prazer e satisfação pessoal, ainda que fugaz, pois o efeito das cocaínas fumáveis sobre o psiquismo dura poucos minutos.

Na perspectiva de Medeiros (2014), uso de *crack*, margens e periferia se entrelaçam em um emaranhado simbólico de estigmas e preconceitos, que reforçam a representação social do *crack* como algo indesejável socialmente:

“...as imagens criadas sobre o *crack* e sobre seu usuário são imediatamente associadas à parte perigosa ou marginal da cidade, onde vivem os grupos que devem ser evitados por seu caráter provocador das balbúrdias urbanas.” (p.108)

Parafraçando Luís Vasconcelos (2003), a demarcação desses “territórios das drogas” intensifica os valores sociais, obviamente negativos, de intolerância, preconceito, discriminação, suspeita e medo.

No Brasil, o consumo de crack adquire dimensão relevante, mediante principalmente, sua visibilidade enquanto comportamento observável em cenas abertas de tráfico e consumo. Essa exposição é enfatizada e multiplicada pelos meios de comunicação (a ponto de, em diversos momentos, em anos recentes, constituir um dos “*top trends*” de diferentes mídias, como é possível constatar nas referências supracitadas do artigo sobre pasta base na wikipedia), uma vez que é associada a um consumo abusivo/dependente, que afeta especialmente segmentos empobrecidos e jovens da população (o que inclui crianças e adolescentes e amplia ainda mais a situação de

vulnerabilidade e a percepção de riscos por parte da sociedade²). Como mencionado acima, o uso do crack em espaços públicos adquiriu uma perceptibilidade até então inédita, enquanto substância consumida em cenas abertas de uso e tráfico da droga, muitas delas localizadas em regiões centrais de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro (Bastos, 2013).

As primeiras evidências de uso de *crack* no Brasil foram registradas no final da década de 1980 e início da década de 1990, com a observação dos casos preliminares de uso abusivo e dependência nos ambulatórios especializados e hospitais da grande São Paulo (Dunn et al., 1996; Ferri et al., 1997). A pesquisa de Dunn *et al.* (1999), realizada entre janeiro de 1996 e outubro de 1997, mostrou que 74% dos pacientes, de quinze serviços para tratamento de HIV no Estado de São Paulo, tinham alterado a via preferencial de administração da cocaína, originalmente inalada, após três anos de início do uso, sendo que 68% passaram a utilizar a cocaína sob a forma de *crack* (fumado) e 20% por via injetável.

Em uma etnografia realizada na região central da cidade de São Paulo, entre os anos de 1994 e 1999, Nappo *et al.* (2001) identificaram sinais de redução do uso de cocaína aspirada e aumento do uso de *crack* na principal cena de uso de drogas da cidade. Segundo os autores, esta mudança no perfil de uso da cocaína, se deu, em primeiro lugar, pelas sensações prazerosas e imediatas proporcionadas pelo fumo, mais

² A questão tem várias dimensões, que não serão detalhadas na presente tese, que incluem: a vulnerabilidade ampliada de crianças e adolescentes tanto aos efeitos adversos do consumo em si como às consequências negativas da exclusão social, tal qual é reconhecido por estatuto específico de proteção e promoção social (ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente), e é abordada em detalhe na coletânea de Assis SG (org.). Crack em Crianças e Adolescentes. Editora FIOCRUZ, 2015. No prelo.

intensas e rápidas, se comparadas àquelas associadas ao uso da cocaína inalada, e, em segundo lugar, devido ao baixo preço e alta disponibilidade da nova droga.

Em anos recentes, o uso de *crack* no Brasil começou a ser considerado, por parte dos meios de comunicação e algumas autoridades governamentais, uma epidemia. O termo “epidemia” é utilizado com frequência na área de abuso de drogas, de forma acertada ou não, e com ou sem base em evidências empíricas (Babor *et al.*, 2010). No Brasil, o uso do termo "epidemia" relacionado ao consumo de crack tem escassa ou nenhuma base empírica, pois não dispomos de séries temporais que embasem tal raciocínio, além de nos faltar exatamente o que seria mais necessário no caso do crack: estudos conduzidos em cenas abertas, já que houve inegável mudança na dinâmica geográfica da droga. Infelizmente, até a realização da Pesquisa Nacional (ver item subsequente), todos os estudos feitos em cenas abertas no Brasil tiveram caráter local e cunho etnográfico, o que, do ponto de vista quantitativo, não permite a avaliação de tendências.

No âmbito da única série histórica com diversos pontos de observação ao longo do tempo, relativa a escolares, não se verificou uma ampliação explosiva do consumo de *crack* em anos recentes (Nappo *et al.*, 2012). Obviamente, não é possível generalizar tais achados para a população de jovens que não frequentam a escola. Portanto, não é possível inferir, a partir daí, qualquer tendência temporal quanto a estes últimos.

Recentemente, um estudo multicêntrico, realizado em todas as capitais do Brasil e Distrito Federal, estimou em cerca de 370 mil o número de usuários de crack e/ou similares para o ano de 2012, o que corresponde a 0,81% (IC95%:0,76-0,86) da população de referência. Ao contrário do que se supunha, quanto a uma possível maior concentração de usuários de crack na região sudeste, foram as capitais da região

nordeste que apresentaram o maior quantitativo de usuários de crack e similares - cerca de 150 mil. Esse levantamento, considerado o primeiro estudo de estimativa populacional de usuários de crack e similares, baseia-se em uma amostra com o poder estatístico necessário, e pode vir a ser utilizado como linha de base populacional para estudos futuros (FIOCRUZ, 2014).

Particularmente, o que vem chamando a atenção da sociedade civil, autoridades e da academia é o *modus operandi* dos usuários de crack no contexto do seu uso, que geralmente ocorre em grupos e em locais públicos (ao menos nos grandes centros urbanos), promovendo uma cena de uso aberta (Waal *et al.*, 2014). Os espaços onde o consumo ocorre, as então denominadas “*cracolândias*”, têm sido referidas como locais de degradação humana, prostituição, violência e crime.

Também nos grandes centros urbanos dos Estados Unidos, principalmente entre os anos 1980 e 1990, a utilização de espaços públicos para tráfico e uso de crack constituiu uma das principais questões sociais, tanto na esfera da saúde como na segurança pública do país (Navarro & Leonard, 2004; Cusick & Kimber, 2007; Lum, 2008).

De forma ainda mais intensa que as cenas abertas norte-americanas (que se mantiveram geograficamente segregadas, sem jamais se localizarem de forma contígua a centros comerciais ou residenciais da classe média, como no Brasil), as “*cracolândias*” são vistas como locais de degradação física, social e humana. Raupp e Adorno (2010), em etnografia realizada na cena de uso da região da Luz, em São Paulo, descrevem o espaço como um lugar abandonado pelo Estado e grande parte dos moradores locais. Nesses locais, é comum ver domicílios, prédios e hotéis vazios invadidos por pessoas de baixa renda. Por sua vez, a configuração de um lugar ermo

colabora para a prática de atos ilícitos/estigmatizados, como a prostituição, os furtos e roubos, o tráfico e o uso de drogas. Isso reforça a sensação de insegurança e violência percebida pelos transeuntes e comerciantes locais, o que, de certa forma, culmina nas atividades repressivas por parte das forças de segurança.

Cabe lembrar, mais uma vez, que a interação entre transeuntes e comerciantes com as cenas de crack nas metrópoles brasileiras é facilitada pela localização contígua de cenas e regiões de comércio e de residência da classe média. A título de exemplo, sendo esta uma tese realizada na Fundação Oswaldo Cruz, localizada no bairro carioca de Manguinhos, cujas cenas de crack estudadas à época da sua realização eram vizinhas tanto da Escola Nacional de Saúde Pública (uma das unidades da FIOCRUZ) como do bairro de Bonsucesso.

No que se refere ao uso de crack e sua potencial associação com a prática de crimes no entorno das cenas, destacamos que, nos últimos 25 anos, pesquisadores internacionais têm demonstrado mais interesse neste campo (Bourgois 2003; Bennet *et al.*, 2008; Babor *et al.*, 2010; Palamar *et al.*, 2015; Wu *et al.*, 2015). Uma das mais frequentes associações entre drogas ilícitas e a criminalidade é a chamada “motivação econômica”. Essa hipótese parte do princípio que, uma vez estando os recursos financeiros do usuário esgotados para o consumo da droga, e o mesmo não disponha de meios legais/próprios para adquiri-la, ele tenderia a recorrer a diversas modalidades de delitos para obter tais recursos (Goldstein, 1985; Minayo & Deslandes, 1998; Martinez *et al.*, 2008; Bennet *et al.*, 2008; Cruz *et al.*, 2011; Paim Kessler *et al.*, 2012).

Uma suposição comum entre especialistas associa intimamente o uso de substâncias psicoativas aos crimes violentos, em função da complexa inter-relação

entre variáveis situadas no nível individual (idade, gênero, raça, estado civil, emprego e nível de escolaridade), micro e meso-social (famílias chefiadas por mulheres, famílias que recebem algum incentivo financeiro do governo, proporção de estudantes que abandonam o ensino médio) e macro-contextual (por exemplo, indicadores de pobreza e desenvolvimento de um país ou região) (Valdez *et al.*, 2007; Lum, 2008; Silva, 2010). Independente de quais sejam as variáveis, e os níveis que lhes são correspondentes, o uso abusivo de crack está associado a múltiplas carências e vulnerabilidades individuais, familiares e sociais.

O trabalho clássico de Paul Goldstein (1985) propõe um modelo tripartite para explicar por que determinados crimes estariam associados ao uso de drogas. Esse modelo é composto por três eixos: psicofarmacológico, compulsivo-econômico e o referente à violência sistêmica. O eixo psicofarmacológico sugere que alguns indivíduos poderiam apresentar comportamentos agressivos/violentos devido ao consumo de certas substâncias, como o álcool e estimulantes, por exemplo. Já o segundo eixo, de caráter compulsivo-econômico, corresponderia à violência associada à necessidade, em geral, premente, de financiar o consumo, dentre estes o hábito de consumir drogas (principalmente entre usuários de cocaína/*crack* e heroína pelo quadro de dependência física e psíquica e o desejo compulsivo [fissura] pela droga).

Cabe observar que drogas lícitas, como o álcool e produtos que contêm nicotina (cigarros, charutos etc.), estão associados a quadros intensos de dependência e fissura, mas estão inseridas em um outro mercado, formal, e, portanto, a uma dinâmica social e econômica específica (Babor *et al.*, 2010).

O terceiro eixo, que corresponde ao que o autor denomina violência sistêmica, estaria associado ao comércio ilegal de drogas, observado na brutalidade provocada

pelas disputas por território entre facções rivais de traficantes, confronto com policiais e outros meios hostis de impor “normas” e subtrair territórios à comunidade, com punições severas as pessoas que as descumprem, como por exemplo, dever dinheiro ou mercadoria à boca de fumo/traficantes etc.

Há evidências empíricas de que o álcool, a cocaína, os barbitúricos, as anfetaminas e os esteroides tenham propriedades farmacológicas que poderiam estimular atitudes, comportamentos e ações violentas. Essa linha de raciocínio, porém, não apresenta clareza suficiente se o consumo de álcool ou outras drogas por parte daqueles que perpetram, ou eventualmente são vítimas de atos violentos, interferem ou não no comportamento individual dos envolvidos. Em outras palavras, não é possível saber se essas pessoas não teriam cometido as mesmas transgressões em estado de abstinência, em função de outras características intrínsecas e/ou contextuais (psicológicas, familiares etc.) (Minayo & Deslandes, 1998).

Além disso, há uma ampla variação entre contextos e finalidades de uso, o que faz, por exemplo, que comparações entre os efeitos do álcool (droga lícita), esteroides (habitualmente abusado por fisicultores e pessoas que desejam aumentar sua massa muscular, além do seu óbvio uso terapêutico para diversas doenças) e drogas ilícitas (como cocaína e os anfetamínicos [em relação a estes últimos, há também uso lícito, por indicação médica]) sejam de difícil ou impossível comparação, pois se dão em contextos absolutamente diferentes, com propósitos igualmente distintos.

O *New English and Welsh Arrestee Drug Abuse Monitoring* (NEW-ADAM Programme), estudo realizado em 1999-2001, pelo Home Office London³, teve como objetivo analisar, através de testes de urina, a prevalência do uso de drogas entre homens e mulheres detidos (suspeitos de terem cometido crimes aquisitivos⁴ e que se encontravam em situação de custódia⁵ em 16 *police custody suites*⁶) na Inglaterra e País de Gales. Dos 3,091 presos entrevistados nas *polices custody suites*, mais de 2/3 apresentaram teste positivo para uma ou mais drogas ilícitas, sendo 31% para heroína e 22% para cocaína (incluindo o *crack*).

O grupo de indivíduos que relatou ter usado drogas, principalmente heroína, cocaína e *crack*, afirmou ter praticado, em média, 442 crimes como roubo, furto, fraude, receptação. Enquanto isso, o grupo de detidos que não mencionou uso de qualquer droga no ano anterior à pesquisa descreveu, em média, participação em 79 crimes (Bennett & Holloway, 2004).

O envolvimento criminal de usuários de *crack* tem sido frequentemente citado em estudos brasileiros, principalmente no que tange à prática de crimes violentos não

² Departamento governamental do Reino Unido que é responsável pela emissão de passaportes, políticas de drogas e crimes, ações contra o terrorismo, dentre outras. Informações disponíveis em: <https://www.gov.uk/government/organisations/home-office>.

³ Correspondem a todos os crimes que indiciam uma subtração material, podendo ou não existir violência contra terceiros. Crimes de furto, emissão de cheque sem provisão, roubo, assalto a instituições bancárias, assalto à mão armada, crimes de extorsão, roubo a residência, roubo de veículos e motos e roubo a estabelecimento comercial.

⁵ Condição de quem é preso pela autoridade policial para averiguação, sob segurança e vigilância.

⁶ *Police custody suites* – áreas dentro de uma delegacia de polícia no Reino Unido projetadas e adaptadas para indivíduos detidos, enquanto aguardam averiguação do caso e possível liberação, pagamento de fiança ou encaminhamento para presídios.

fatais, supostamente para satisfazer a sensação de fissura quando da abstinência da droga (Oliveira & Nappo, 2008, Ribeiro *et al.*, 2010).

Algumas características associadas ao envolvimento criminal dos usuários foram exploradas por Nappo *et al.* (1999) na cidade de São Paulo. Os autores observaram que, na urgência pelo uso da droga (*craving*) e na falta de condições financeiras que sustentem o consumo, os usuários de *crack* acabavam se engajando em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, roubos e assaltos para custear seu uso.

Outro estudo qualitativo avaliou os comportamentos potencialmente associados à fissura entre usuários de *crack*. A amostra foi composta por 40 usuários e ex-usuários de *crack* do município de São Paulo, recrutados nos anos de 2007 e 2008 pelo método bola-de-neve. As estratégias mais frequentemente mencionadas para obtenção de *crack* e/ou dinheiro foram: prostituição, “manipulação” de pessoas, pegar dinheiro emprestado, troca de pertences por *crack* e roubos (Chaves *et al.*, 2011).

Paim Kessler *et al.* (2012) também evidenciaram achados semelhantes, mediante estudo conduzido em quatro capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador) em 2006, com 738 usuários abusivos de drogas em tratamento especializado (ambulatorial ou internação). Os autores compararam as características de 293 usuários de *crack* com 126 usuários de cocaína em pó e 319 usuários de outras drogas (álcool e maconha, predominantemente). Os usuários de *crack* relataram inserções mais frequentes em atividades ilegais e violentas, como furto e roubo (23%) ou ameaças e agressões (32%), se comparados aos usuários de cocaína em pó (com proporções de 11,9% para furto/roubo e 23,0%, para ameaças/agressões) e usuários de álcool (com proporções de 4,4% para furto/roubo e 15,2% para ameaças/agressões).

Em pesquisa realizada com 160 usuários de *crack*, com idade entre 18 e 24 anos, recrutados nas cenas abertas de uso nos municípios do Rio de Janeiro e Salvador, os participantes da capital baiana apresentaram uma frequência elevada de histórico de prisão na vida (56%), enquanto os usuários da capital fluminense apresentaram uma frequência menor (28%) (Cruz *et al.*, 2013).

Na recente Pesquisa Nacional sobre Uso de *Crack* no Brasil, que será apresentada detalhadamente nas seções seguintes, a prática de atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e furtos/roubos para obtenção de dinheiro, foi relatada por uma minoria dos usuários entrevistados: 6,42% (IC95%: 4,28-9,53) e 9,04% (IC95%: 7,11-11,42), respectivamente. Em contrapartida, quase a metade dos usuários de *crack*/similares no Brasil já havia sido presa pelo menos uma vez na vida (48,8% [IC95%: 45,09- 52,52]). Quanto ao histórico de detenção, 41,63% (IC95%: 37,7-45,69) dos usuários foram detidos no último ano anterior à pesquisa, sendo os principais motivos: o uso ou posse de drogas (30,97% [IC95%: 27,46-34,72]) e assalto/roubo (20,40% [IC95%: 17,08-24,17]). Detenção por motivo de tráfico de drogas foi apontado por 11,36% dos usuários (IC95%:9,13-14,06) (FIOCRUZ, 2014).

A dinâmica dos contextos de uso e tráfico, assim como a questão da violência no Brasil, são plurideterminadas e constituem temas centrais da agenda política e social do país. Ainda há muito a se explorar com vistas a obter uma melhor compreensão dos modos de uso, comportamentos e circunstâncias que levariam os usuários de crack a uma prática mais frequente de crimes e a um maior envolvimento com a justiça criminal do que outros subgrupos de usuários. Porém, uma limitação central a comparações dessa natureza sugere que não é possível analisar de forma isolada o possível impacto do crack sobre as taxas de crimes, uma vez que a maioria dos usuários usa drogas

múltiplas, inclusive, e especialmente, o álcool (De Boni *et al.*, 2014), que está estreitamente associado a situações de violência (Gebara *et al.*, 2015). Por outro lado, a análise de desfechos eventualmente ligados ao uso de crack em contexto é bem mais realista do que os tradicionais estudos com pacientes de serviços ambulatoriais e hospitalares, parcial ou integralmente afastados das cenas de uso e tráfico.

O que é possível afirmar por ora, é que, em se tratando de uma forma de consumo que muitas vezes tem lugar em espaços públicos, o uso do crack desperta forte incômodo social; situação que contribui ainda mais para a discriminação e o preconceito direcionados a esses usuários. Por vezes, eles são apontados como os causadores da desordem urbana, da criminalidade (como aumento no número de roubos), sendo ainda mais afastados dos cuidados de saúde e suporte social, além de definitivamente situados à margem do sistema de garantias de direitos (saúde, moradia, emprego e renda, educação) (Cruz *et al.*, 2013; Bertoni *et al.*, 2014).

1.1 À MARGEM: USO DE CRACK, DESVIO, CRIMINALIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

As antropólogas Veena Das & Deboran Poole (2004), na coletânea "*Anthropology in the Margins of the State*", indicam que é possível fazer uma etnografia do Estado a partir da análise das práticas, lugares e linguagens consideradas à margem do Estado-nação. As autoras propõem uma etnografia do Estado a partir do estudo de suas práticas nas margens, pensando o Estado em termos de suas funções de produção da ordem. Consideram ainda que as margens, tanto espaciais como sociais, são muitas vezes lugares de desordem e de práticas estatais controversas, onde o Estado não

conseguiu impor sua ordem e sua função regulatória, e recorre ao uso do controle, violência e vigilância para recobrar (ou tentar recobrar) seu poder e centralidade.

As autoras e seus colaboradores desenvolvem o conceito de margens do Estado sob três perspectivas. A primeira dá ênfase à idéia de *margens como periferias* formadoras de pessoas insuficientemente socializadas na e pela lei. A partir daí, caberia ao Estado “administrar tais populações”, seja através da força ou da transformação desses sujeitos - que estariam “fora da lei” - em indivíduos “dentro da lei”. A segunda focaliza os conceitos de *legibilidade e ilegibilidade do Estado*, que seriam utilizados para explicar como as leis e os regulamentos são apreendidos ou entendidos pelas pessoas. Partindo do pressuposto de que a maior parte do Estado moderno construiu-se baseado em práticas escritas, tanto as fontes documentais, quanto os levantamentos estatísticos (censo, indicadores, etc.), estariam a serviço da consolidação do controle estatal sobre os sujeitos e os territórios. Na perspectiva de longo curso de Harari (2015), a invenção da escrita, e especialmente a capacidade de computar grandes números, como taxas, dados demográficos e transações financeiras estariam na base da transformação das pequenas comunidades agrícolas no embrião dos estados modernos.

A terceira e última abordagem entende as margens como espaços entre *corpos, lei e disciplina*, já que o poder estatal não é exercido somente sobre territórios, mas também sobre corpos (Das & Poole, 2004).

Partindo da primeira perspectiva referente à ideia de *margens como periferia*, cujas pessoas à margem estariam insuficientemente socializadas pela lei (entendida como a regra social), os etnógrafos estariam interessados em entender as tecnologias específicas de poder por meio das quais o Estado tenta gerir ou pacificar as populações

situadas à margem, através da força e da pedagogia da conversão, com a intenção de transformar indivíduos indisciplinados em sujeitos disciplinados por instrumento da lei.

No caso do uso de drogas ilícitas, por exemplo, a criminalização da posse individual coloca o usuário na condição de *outsider*, à margem, pois infringe algo que a sociedade convencionou como errado, ou fora da regra/fora da lei. A definição de Becker (2008), em seu livro clássico sobre a sociologia do desvio e dos desviantes, se adequa muito bem a este contexto:

"Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como 'certas' e proibindo outras como 'erradas'. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider*." (p. 15)

Becker (2008) sublinha que o desvio, uma vez criado pela sociedade, não é uma qualidade do ato que a pessoa comete em si, mas uma consequência da aplicação das regras por outros a um infrator, sendo, portanto, o desviante, alguém a quem este rótulo foi aplicado com sucesso. O autor, assinala ainda que, ser marcado como desviante traz sérias consequências para a participação social e para a autoimagem do indivíduo. O fato de cometer um ato definido socialmente como impróprio, ou fora da lei, lhe confere um novo status e novas rotulações. Os usuários de crack, muitas vezes, são rotulados como *nóia* (em São Paulo), *cracudo e craqueiro* (no Rio de Janeiro) e *sacizeiro* (em Salvador), sendo, portanto, indivíduos marcados por estereótipos e estigmas corporais

como sujeitos, perigosos, ameaças à segurança local, sinônimos de encrenca e vergonha (Frúgoli & Apaggiari 2010).

Das e Poole (2004) assinalam que a presença estatal nas populações à margem é determinada pelo uso constante da vigilância e violência, com ações de repressão através da aplicação do poder de polícia do Estado para impor as regras (Becker 2008). A criminalização do consumo e a indefinição da lei de drogas (11.343/06) em relação à diferenciação entre usuários e traficantes, por exemplo, coloca o usuário na posição de criminoso e indivíduo perigoso, seja pelo consumo da droga *per si*, visto que no Brasil usar drogas é crime (ainda que, em tese, não passível de pena de privação da liberdade), seja pela indefinição de critérios sobre quais quantidades das diferentes substâncias que um usuário poderia portar para utilização pessoal ou para configuração de tráfico de drogas.

A falta de clareza quanto aos critérios que definem usuários, pequenos e grandes traficantes, permite que operadores de segurança pública, principalmente policiais militares, aqueles que procedem juridicamente mediante flagrante/denúncia, ajam de forma arbitrária e mesmo contraditória, dependendo do contexto em que o flagrante ocorrer.

A título de exemplo, em bairro de classe média/alta é comum a prática de extorsão dos usuários, no intuito de “suavizar a situação”. Já nos bairros mais pobres, à margem, principalmente em favelas, o que impera geralmente é a violência física e a truculência para com os usuários, fato que culmina, muitas vezes, em sua detenção sendo muitas vezes enquadrados como traficantes (Grillo *et al.*, 2011). Na prática, delega-se à polícia a tarefa de filtrar os casos que chegarão ou não ao conhecimento dos

juízes e, conseqüentemente, aqueles que serão enviados às prisões, a depender da interpretação das características dos indivíduos e das circunstâncias, pois os parágrafos da lei (que definiriam uso e tráfico) são vagos e não lançam mão de critérios objetivos (Boiteux, 2009).

Este pano de fundo de indefinições quanto aos critérios que classificam usuário e traficante, e a própria situação de uso, que por si só coloca o indivíduo em condição desviante por ser objeto de estigmatização e criminalização, dá margem à criação de um estereótipo de suspeito, muitas vezes associado ao estigma de um sujeito agressivo e perigoso, o que tem relação estreita com o conceito de “sujeição criminal”, proposto por Misse (2010, 2012).

A concepção de sujeição criminal diz respeito a certos tipos socialmente demarcados pela situação de pobreza, pela cor de pele e pelo estilo de vida, entre outras características (a depender dos diferentes contextos e culturas, suas normas e valores) que trariam consigo um conjunto de signos corporais, que comunicariam sinais de perigo social, recaindo sobre eles a suspeita de potencial criminoso, assim percebido pelos que os estigmatizam (Misse, 2010).

Visto isto, constantemente a figura dos usuários de *crack* tem sido associada a aspectos negativos, que os coloca condição de criminosos e indivíduos perigosos (Ramiro *et al.*, 2014). Essa combinação os deixa à margem das prerrogativas fundamentais dos direitos básicos, como o direito à saúde. Isso porque muitos profissionais (de acordo com relatos da vivência de campo da autora da presente tese e da literatura acerca de barreiras ao acesso a cuidados de saúde de usuários de drogas, que tende a ser mais genérica e não focalizar exclusivamente usuários de crack; ver Malta *et al.*, 2011) mostram resistência em atendê-los, considerando-os casos para

atendimento exclusivo de especialistas em saúde mental, ou até mesmo apresentam reações de medo.

Estudos sugerem que uma pequena proporção dos usuários de drogas acessa ou recebe atenção de serviços sociais e de saúde de que necessitam, sendo a desconfiança em relação ao sistema de saúde e a exigência de documentação para atendimento, alguns dos aspectos-chave que definem as barreiras de acesso aos cuidados (Hudson *et al.*, 2010; Souza Cruz *et al.*, 2013).

Em Buenos Aires, Argentina, Maria Epele (2007) realizou um estudo etnográfico com usuários de paco em dois bairros pobres da capital entre 2001 e 2004, onde buscou compreender, as possíveis consequências da criminalização do consumo de drogas na vinculação dos usuários com as instituições de saúde. A autora identificou que a suspeita e a desconfiança foram sentimentos que estruturavam os vínculos com os serviços. Eles afirmaram que não procuravam os serviços de saúde por acreditarem que seriam denunciados à polícia pelo uso de drogas ou que, eventualmente, serviços de saúde e polícia estariam atuando juntos.

Segundo Marques *et al.* (2012), os usuários de crack têm maiores dificuldades em utilizar serviços de saúde por diversos motivos, dentre eles: não reconhecem que têm problemas de saúde (relacionadas ao uso da droga ou não), temem o preconceito e o estigma secundários ao caráter ilegal do seu uso, por vezes, estão malvestidos e sujos, e sentem-se envergonhados. Por outro lado, os profissionais de saúde não se sentem capacitados para atender usuários de crack, além de, na maioria das vezes, não oferecerem intervenções/estratégias de cuidados ajustadas à realidade daquela população, como horários de atendimento não convencionais, atividades de saúde extra-

muros nas cenas de uso, etc. Ou seja, não ofertam alternativas compatíveis com o conceito consagrado de estratégias de baixo limiar (*low threshold*) de acesso, segundo as características e vivências da clientela, como documentado pelos manuais do National Health System inglês para manejo clínico do abuso e dependência de álcool e outras drogas (http://www.nta.nhs.uk/uploads/nta_modelsofcare2_2002_moc2.pdf).

A segunda abordagem das autoras, sobre *legibilidade e ilegitimidade*, se refere às práticas documentais do Estado (carteira de identidade, cadastro de pessoa física, certidão de nascimento/morte), na qual a população se faz legível, ou seja, quando o Estado é capaz de fazer uma leitura do indivíduo.

Segundo Jeganatham (2004), as práticas de documentação que balizam o Estado moderno são uma forma de vigilância e controle populacional, já que é possível “ler”/identificar o sujeito. No texto de Giddens (2001) isso fica bem claro:

“As possibilidades de domínio estatal totalitário (típicos do Estado Nação moderno) dependem da existência de sociedades nas quais o Estado pode penetrar de forma bem sucedida nas atividades diárias da maioria da população. Isso, por sua vez, pressupõe um alto nível de vigilância como a supervisão sobre a conduta de segmentos importantes da população. A vigilância tende a se concentrar em relação a uma multiplicação dos modos de documentar a população pelo Estado – carteiras de identidade, licenças de todas as formas, e outros tipos de documentos oficiais, que devem ser mantidos por toda população mesmo nas mais corriqueiras das atividades; e essa é a base de uma supervisão ampliada daquelas atividades, realizadas por exemplo, pela polícia ou por seus agentes”. (p. 315)

Das e Poole (2004) discutem a forma como esses documentos se incorporam na vida diária das pessoas, de modo que a ideia de sujeito e cidadão somente passe a valer entre aqueles que possuam tais documentos; e a não valer entre aqueles que não os tenham. Por exemplo, quando um usuário de crack ou de outras drogas busca um serviço de saúde sem portar documentação e o profissional lhe exige a apresentação de um documento para atendimento, a burocracia estatal operada por meio de seus agentes, desconsidera muitas vezes, o universo de vida dessas pessoas, a difícil vivência nas ruas, o extravio constante de documentos e até mesmo a opção de não tê-los (como maneira de se proteger da polícia, no caso de usuários foragidos ou em débito com a justiça criminal).

A exigência de documentação para usuários em situação de rua dificulta, se não impede, a utilização do serviço de saúde. Principalmente no que diz respeito à atenção primária, considerada a porta de entrada preferencial de todos os cidadãos ao sistema de saúde pública. Em situações dessa natureza, o Estado deixa de atender/cumprir um direito/dever estabelecido através da Lei 8.080 do SUS, que garante equidade e acesso universal a todos os cidadãos.

Por outro lado, se em uma intervenção policial, em área pobre dominada pelo tráfico de drogas, ou até mesmo em localidade com moradores de melhor poder aquisitivo, um usuário negro, malvestido, for flagrado consumindo drogas e não portar documentos, certamente a ausência de identificação o tornará ainda mais suspeito de algum envolvimento criminal⁷.

⁷ Ver em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/prefeitura-entrega-lista-com-nomes-de-menores-policia-do-rj-nesta-quarta.html>

A pesquisa de Cruz *et al.* (2013), com 160 usuários de crack dos municípios de Salvador (n=79) e Rio de Janeiro (n=81), evidenciou relatos do excesso da burocracia enfrentada no acesso a serviços, como, por exemplo, a exigência de comprovante de residência na utilização de serviços de saúde, mesmo em casos de atendimento de emergência.

A terceira e última abordagem de Das e Poole (2004) enfatiza *margens como espaços entre corpos, lei e disciplina*, dando ênfase ao poder soberano exercido pelo Estado sobre corpos. Constantemente, expressões como Estado higienista, Estado imunizante e Estado terapêutico são utilizadas para caracterizá-lo em suas diferentes estratégias de manejo e controle da vida diária.

É sobre isto que nos fala Foucault (1985), em seu conceito de biopoder. Segundo ele, não somente o biopoder, mas a disciplina do corpo e as formas de regulação da população constituem os dois polos sobre os quais se desenvolveu a organização do poder do Estado sobre a vida, a sujeição dos corpos e controle das populações.

Foucault (2013) discute que o principal núcleo de alternância das instâncias penais e médicas, no caso de doentes mentais, e aplicando também a usuários de *crack* e outras drogas, procede à substituição de um modo de controle por outro, enquadrando-os em referências aos dois núcleos de saber: ou o sujeito é culpado/infrator ou é louco/doente.

Há bem pouco tempo, principalmente se considerarmos a cobertura da mídia nacional nos anos de 2010 a 2012, era comum vermos a repercussão da implementação de práticas repressivas de internação compulsória dos usuários de *crack*, sobretudo em grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro (Bastos, 2013).

As intervenções de internação compulsória, justificadas a título de ações de saúde e assistência social, eram geralmente realizadas de forma truculenta, tendo como uma das suas muitas consequências a retirada violenta dos usuários dos seus espaços de convívio e socialização (Macerata *et al.*, 2014). Tais procedimentos se contrapunham às motivações em função das quais os usuários passaram a utilizar a rua como espaço de referência e de estabelecimento de vínculos (inclusive com as equipes de saúde), tendo seus tratamentos por muitas vezes interrompidos, e seus pertences destruídos (Ferraz 2013).

Embora prevista em lei (que não tematiza especificamente o uso abusivo de substâncias), a internação compulsória pode ser acionada em casos absolutamente excepcionais, por meio de solicitação médica e/ou familiar. Sendo assim, além do recolhimento em massa de centenas de usuários constituir uma arbitrariedade, ele vai ao encontro ao que Das e Poole (2004) mencionam quanto a práticas estatais violentas e repressivas voltadas para as populações à margem e ao que Foucault (2013) chamou de “isolamento médico”, ou seja, a conduta de institucionalizar pessoas com problemas mentais que cometiam crimes, asilando-as por tempo indeterminado, hoje representado pelos manicômios judiciais.

Para Epele (2007) e Macerata *et al.* (2014), a internação compulsória, prática onde saúde/proteção social e ação policial se confundem e misturam, e que acaba por reforçar a atitude de reserva e suspeita dos usuários para com os serviços de saúde e assistência social, nada mais é do que o mau uso da legislação para o controle estatal dessas pessoas (Foucault, 1985). Cabe ressaltar que se trata de prática condenada pelo conjunto de agências da ONU, em documento que constitui um marco dos direitos humanos dos usuários de drogas (UN, 2012).

A internação compulsória se apresenta como dispositivo que produz/reproduz a marginalização e estigmatização de usuários jovens, pobres, negros, sem inserção no mercado profissional, na “contramão” e em flagrante oposição às políticas (também estatais) preconizadas pela Reforma psiquiátrica, como a desinstitucionalização e a redução de danos (Portarias nºs 1.028, 2.840; Lei nº 10.216).

Por fim, Macerata *et al.* (2014) discutem que a internação compulsória de usuários das cenas abertas de uso, uma vez que se associe ao paradigma da abstinência, nada mais é do que a aplicação da mesma intervenção a usuários com modalidades e graus de uso e abuso de drogas diferentes, e desconsidera que usuários de crack e de outras drogas, para além das diferenças individuais do ponto de vista clínico, sejam sujeitos autônomos e titulares de direitos, capazes de participar ativamente na escolha das alternativas terapêuticas que julgarem mais apropriadas (um exemplo claro disso é a elevada taxa de abandono de programas de inspiração religiosa por parte de usuários que não professam nenhuma religião).

1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA NACIONAL SOBRE USO DE CRACK

Em 2011, fui convidada a fazer parte da supervisão regional do Rio de Janeiro na coleta de dados referente à Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack. Na época, ainda não dimensionávamos a riqueza do campo e dos desafios que estariam por vir. Somente no município do Rio de Janeiro, visitamos 52 cenas abertas de uso de crack e similares, além de termos percorrido 13 municípios que compunham o estrato amostral da Região

Metropolitana (Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Niterói, Queimados, São João de Meriti e Seropédica) e 6 municípios que compunham o estrato fração Brasil, referente a municípios do interior e zona rural (Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Petrópolis, Sumidouro, Teresópolis e Três Rios).

Visitávamos as cenas pela manhã, tarde e noite, em todos os dias da semana (de acordo com a seleção amostral de cena-dia-turno, maiores detalhes no próximo sub-item). Enfrentávamos dias de chuva, dias de muito sol e calor, incursões policiais e troca de tiros (que muitas vezes nos fizeram suspender o campo), mas nossa maior recompensa era no fim de cada turno poder oferecer, dentro do âmbito da pesquisa, e seguindo seu rigor metodológico, um pouco de escuta, atendimento em saúde (nos casos de usuários encaminhados aos serviços de saúde parceiros), um lanche e orientações em redução de danos.

A Pesquisa nacional sobre uso de *crack* foi proposta em 2010 pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) em razão da inegável relevância do tema na agenda pública. Além disso, até então não contávamos com informações sociodemográficas e comportamentais sobre os usuários de crack que frequentavam cenas abertas de uso que levasse em conta uma amostra representativa da população, para além das etnografias e pesquisas com amostra de conveniência, geralmente concentradas em alguns lugares como São Paulo, Salvador e Rio Grande do Sul. Foi então definido que seria necessário implementar um estudo sobre o uso de crack de abrangência nacional.

A pesquisa contou com dois componentes: a) inquérito domiciliar visando através da metodologia de estimação indireta *scale-up* (Salganik *et al.*, 2011) estimar o número de

usuários de crack e similares na população das 26 capitais e Distrito Federal; b) inquérito epidemiológico que teve como objetivo descrever o perfil sociodemográfico, comportamento de risco para doenças infecciosas, padrões de consumo de drogas, demandas por serviços de saúde, dentre outras coisas, em uma amostra representativa de usuários de crack e similares das 26 capitais, Distrito Federal, 9 regiões metropolitanas e um estrato “Brasil” correspondente a municípios de médio e pequeno porte, utilizando a metodologia de amostragem para populações de difícil acesso *Time Location Sampling* (Stueve *et al.*, 2001; FIOCRUZ, 2014).

Os dados apresentados na presente tese foram extraídos do segundo componente da pesquisa nacional, que se refere ao mapeamento das cenas abertas de uso de crack e as entrevistas realizadas no estrato capital Rio de Janeiro e no estrato representativo dos municípios da sua Região Metropolitana. O estrato representativo dos municípios do interior do Brasil não foi incluído na presente análise, pois não faz parte da amostra referente ao Estado do Rio de Janeiro, mas sim de um conjunto de municípios que compõe e representa o interior do Brasil. Nesse caso, ainda são necessárias ponderações específicas que estão sendo elaboradas pela equipe de pesquisa da FIOCRUZ.

1.2.1. Time Location Sampling

Usuários de drogas ilícitas no geral são comumente definidos como populações ocultas ou de difícil acesso, devido ao fato de as características que os definem serem de difícil observação e muitas vezes consideradas ilegais ou passíveis de discriminação

(Heckathorn, 1997). A dificuldade de identificação dos usuários gera problemas de obtenção de amostras representativas da respectiva população para fins de vigilância e pesquisa epidemiológica, pois, em se tratando de populações “escondidas”, é extremamente complexo estabelecer um *sampling frame*, ou seja, um marco ou espaço amostral de fato enumerável (Magnani *et al.*, 2005).

Uma dificuldade adicional na obtenção de amostras representativas, especialmente de usuários de drogas ilícitas, decorre também do tamanho desses subgrupos, geralmente, de pequena magnitude em termos populacionais. Segundo o último levantamento sobre uso de drogas na população geral nas 108 maiores cidades do Brasil com mais de 200 mil habitantes, a prevalência do uso de maconha no último mês foi de 1,9%; a de cocaína de 0,4%; de opiáceos foi de 0,3%; e a prevalência de *crack* foi de 0,1% (CEBRID 2005).

Sendo assim, métodos clássicos de amostragem probabilística não podem ser empregados, uma vez que todos os membros da população estudada devem ter probabilidade conhecida, e não nula, de serem selecionados para compor a amostra (Marcus *et al.* (2009).

Assim, a amostragem de populações de difícil acesso tem utilizado estratégias alternativas como: amostragem por cadeias de referência (*chain referral*), bola de neve (*snow ball sampling*), *Facility-based Sampling*, captura-recaptura, *street-intercept*, *Targeted Sampling*, *Respondent-Driven Sampling* (RDS) e o *Time-Location Sampling*, utilizado como estratégia de amostragem do segundo componente da Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack, relativo ao inquérito epidemiológico.

O *Time Location sampling* (TLS) procura gerar uma amostra probabilística por meio do mapeamento de lugares que seriam frequentados por um grande número de membros da população-alvo, como bares, boates, trechos de rua, praças, viadutos etc...Os indivíduos são enumerados nos locais mapeados, sob a forma de períodos de tempo (em geral com duração de quatro horas), em dias variados, para a construção de uma lista combinada dos locais, dias e horários potenciais a serem amostrados (Magnani et al., 2005; Pollack et al., 2005). O TLS pode ser definido como método de amostragem por conglomerado físico-temporal, apresentando em geral dois ou três estratos de seleção (Stueve *et al.*, 2001).

No caso da Pesquisa Nacional sobre o Crack, iniciou-se o estudo com o mapeamento das cenas abertas de uso de crack para que fosse obtido um cadastro amostral (*sampling frame*). O cadastrado das cenas foi construído a partir da coleta de informações junto às secretarias municipais, ONGs, lideranças comunitárias e informantes-chaves de cada município selecionado para a pesquisa.

No período entre janeiro a maio de 2011, registramos 195 cenas abertas de uso de crack no município do Rio de Janeiro, 204 na Região Metropolitana e 169 nos municípios que compunham a fração Brasil no estado do Rio de Janeiro, sendo que somente no município de Três Rios foram 136 cenas abertas de uso de crack.

Sobre as cenas mapeadas, foram registradas informações referentes aos dias da semana e horários de funcionamento das cenas e sobre qual era o fluxo de pessoas em cada um deles. Esse conjunto de informações é descrito no método TLS como espaço-dia-hora. Uma vez mapeadas as cenas de uso, foram selecionados aleatoriamente os locais, dias da semana, turnos e horários distintos para visitação das equipes de pesquisa. Mais detalhes sobre o procedimento de amostragem ver no capítulo 3, páginas 31 a 41, da

edição *on line* do livro da Pesquisa Nacional sobre o uso de crack disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf>

Para o Rio de Janeiro e sua região metropolitana foram selecionados aleatoriamente e visitados, 398 conglomerados cena-dia-turno. A equipe era composta por um supervisor de campo, dois entrevistadores, dois observadores/recrutadores, mais um coletador para testagens rápidas para HIV, Hepatite C e coleta de escarro para exame de tuberculose. Em cada ida a campo, procedíamos a observação do entorno da cena, da cena em si, e realizávamos a contagem dos usuários segundo sexo, faixa etária e tipos de drogas usadas. A observação durava de 30 minutos a uma hora e o recrutamento começava a partir daí, até completar o fim do turno ou até que o número de usuários previstos para aquela cena/dia/turno fossem recrutados. As entrevistas foram realizadas em serviços de saúde parceiros como CAPS, unidades de atenção primária e UPAs.

1.3. JUSTIFICATIVA

Apesar da associação entre uso de drogas e a ocorrência de alguns crimes seja constantemente pesquisada em estudos internacionais, principalmente na América do Norte (Cross *et al.*, 2001; Hser *et al.*, 2003; Fischer *et al.*, 2006; Leigey & Bachman 2007; DeBeck *et al.*, 2007; Vaughn *et al.*, 2010; Krebs *et al.*, 2014, Palamar *et al.*, 2015) e nos países da Europa (Hall *et al.*, 1993; Gossop *et al.*, 2000; Schifano & Corkery, 2008; Hayhurst *et al.*, 2013;), no Brasil ainda há pouquíssimos estudos, principalmente se consideramos os de abordagem quantitativa.

A título de exemplo, uma pesquisa em três das maiores cidades holandesas, Oteo Pérez *et al.*, (2015) encontraram, em uma amostra de 1,039 usuários regulares de *crack*, que 41,5% tinha se engajado com algum crime nos últimos 30 dias. A maioria havia participado de tráfico de drogas (68.9%), seguido por crimes contra a propriedade (34,4%) e pouquíssimos casos de crimes violentos (9,7%).

Já no estudo de Cheng *et al.*, (2015) em Vancouver, Canadá, entre maio de 2006 e maio de 2012, em pesquisa com usuários de *crack* em situação de rua, com idade entre 14 e 26 anos, evidenciou que usuários que compartilhavam cachimbos tinha uma chance 1,42 [95IC%:1,01-1,99]) maior de ter encontros com a polícia do que aqueles que não compartilhavam.

No Brasil, até o presente momento, os principais achados sobre uso de *crack* e criminalidade advêm majoritariamente de pesquisas com amostras de conveniência, de base hospitalar ou etnografias em determinados contextos, como as realizadas na maior cena aberta de uso de *crack* do país, na região da Luz, em São Paulo (Nappo *et al* 2008; Carvalho & Seibel, 2009; Chaves *et al.*, 2011).

Diante do exposto, este estudo visa preencher algumas lacunas no que tange à análise de quais seriam os fatores preditivos para detenção e prisão de usuários de *crack* e similares no município do Rio de Janeiro e municípios representativos da sua Região Metropolitana. Assim como verificar se há associação entre uso de *crack* em cenas abertas e alguns crimes.

1.4. REFERÊNCIAS

1. Bourgois P. Useless Suffering: the war on Homeless Drugs Addicts. In: Gusterson H, Besteman C. The Insecure American. How we got here and what we should do about It. Los Angeles, Califórnia: University of California Press; 2010.
2. Epele M. La lógica de la sospecha. Sobre criminalización del uso de drogas, complots y barreras de acceso al sistema de salud. Cuad Antropología Soc. 2007; (25):151–168.
3. Epele M. Sujetar por la herida. Uma etnografia sobra drogas,pobreza e salud. Buenos Aires, Argentina: Ed Paídos; 2010.
4. Epele M. New Toxics, New Poverty: A Social Understanding of the Freebase Cocaine/Paco in Buenos Aires, Argentina. Subst Use Misuse. 2011; 46(12): 1468-1476.
5. Bourgois P. In Search of respect. Selling crack in el barrio. Second edition. California, San Francisco: Cambridge University Press; 2003.
6. Van Der Poel A, Van de Mheen D. Young people using crack and the process of marginalization Young. Drugs: education, prevention and policy. 2006; 1(13): 45–59.
7. Ramiro F S, Padovani RC, Tucci AM. Crack consumption from the perspective of gender and vulnerability: a review on the phenomenon. Saúde Debate. 2014; 38(101): 379-392.
8. Rui T. Nas tramas do crack - etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro nome; 2014.
9. Fischer B, Coghlan M. Crack use in North American cities: the neglected epidemic. Addiction. 2007; 102 (9) :1340–1341.
10. Zannoto DF, Büchele F. Crack's systematic review: aspects related to the use and abuse. Saúde Debate. 2013; (37): 6-7.

11. Medeiros R. Social construction of drugs and crack and the institutional responses and therapeutic approaches. *Saúde Soc.* 2014; 23(1): 105-117.
12. Vasconcelos L. Heroína. Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; 2003.
13. Bastos FI. Against the tide: current perspectives in Brazilian drug policy. *Cad. Saúde Pública.* 2013; 29 (2): 216-218.
14. Dunn J, Laranjeira RR, Da Silveira DX, Formigoni ML, Ferri CP. Crack cocaine: an increase in use among patients attending clinics in São Paulo: 1990-1993. *Subst Use Misuse.* 1996; 31(4):519-27.
15. Nappo SA, Galduroz JC, Raymundo M, Carlini EA. Changes in cocaine use as viewed by key informants: a qualitative study carried out in 1994 and 1999 in São Paulo, Brazil. *J Psychoactive Drugs.* 2001; 33(3):241-53.
16. Assis SG (org.). Crack em Crianças e Adolescentes. Editora FIOCRUZ, 2015. No Prelo
17. Babor T, Caulkins J, Edwards G, Fischer B, Foxcroft D, Humphreys K, Obot I, Rehm J, Reuter P; *et al.* Drug Policy and the Public Good. New York: Oxford University Press; 2010.
18. Nappo SA, Sanchez ZM, Ribeiro LA. Is there a crack epidemic among students in Brazil? Comments on media and public health issues. *Cad Saude Publica.* 2012; 28(9):1643-9.

19. Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisa nacional sobre o uso de crack. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/FIOCRUZ); 2014.
20. Waal H, Clausen T, Gjersing L, Gossop M. Open drug scenes: responses of five European cities. *BMC Public Health*. 2014; 14:853.
21. Navarro C, Leonard L. Prevalence and factors related to public injecting in Ottawa, Canada: implications for the development of a trial safer injecting facility. *Int J Drug Policy*. 2004; 15(4):275-284.
22. Cusick L, Kimber J. Public perceptions of public drug use in four UK urban sites. *Int J Drug Policy*. 2007; 18(1):10-17.
23. Lum C. The geography of drug activity and violence: analyzing spatial relationships of non-homogenous crime event types. *Subst Use Misuse*. 2008; 43(2):179–201.
24. Raupp L, Adorno RCF. Crack usage circuits in the downtown area of the city of São Paulo (SP, Brazil). *Ciênc. saúde coletiva*. 2011; 16 (5):2613-2622.
25. Bennet T, Holloway K, Farrington D. The statistical association between drug misuse and crime: A meta-analysis. *Aggress Violent Behav*. 2008; 13:107–118.
26. Palamar JJ, Davies S, Ompad DC, Cleland CM, Weitzmand M. Powder cocaine and crack use in the United States: An examination of risk for arrest and socioeconomic disparities in use. *Drug Alcohol Depend*. 2015; 149:108–116.

27. Wu E, El-Bassel N, McVinney LD, Hess L, Fopeano MV, Hwang HG, Charania M, Mansergh G. The association between substance use and intimate partner violence within Black male same-sex relationships. *J Interpers Violence*. 2015; 30(5):762-81.
28. Goldstein PJ. The drugs/violence nexus: A tripartite conceptual framework. *J Drug Issues*. 1985; 39: 493–506.
29. Minayo MC de S, Deslandes SF. The complexity of relations between drugs, alcohol, and violence. *Cad Saúde Públ*. 1998; 14(1): 35-42.
30. Martinez J R, Rosenfeld R, Mares D. Social Disorganization, Drug Market Activity, and Neighborhood Violent Crime. *Urban Aff Rev*. 2008; 43(6): 846–874.
31. Cruz SH, Azevedo MR, Gonçalves H. Vitimização por violência urbana em uma cidade de médio porte do sul do Brasil. *Rev Bras Epidemiol*. 2011; 14 (1):15-26.
32. Paim Kessler FH, Barbosa Terra M, Faller S, Ravy Stolf A, Carolina Peuker A, Benzano D; Brazilian ASI Group, Pechansky F. Crack users show high rates of antisocial personality disorder, engagement in illegal activities and other psychosocial problems. *Am J Addict*. 2012; 21(4):370-80.
33. Valdez A, Kaplan CD, Curtis Jr RL. Aggressive Crime, Alcohol and Drug Use, and Concentrated Poverty in 24 U.S. Urban Areas. *Am J Drug Alcohol Abuse*. 2007; 33(4): 595–603.
34. Silva LAM. Violência urbana, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro. *Cad CRH*. 2010; 23(59): 283-300.
35. Minayo MC de S, Deslandes SF. The complexity of relations between drugs, alcohol, and violence. *Cad Saúde Públ*. 1998; 14(1): 35-42.

36. Bennett T, Holloway K. Drug use and offending: summary results from the first year of the NEW-ADAM research programme. Home Office, 2004. Disponível em: <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20091207105348/http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs/r148.pdf>
37. Oliveira LG; Nappo SA. Characterization of the crack cocaine culture in the city of São Paulo: A controlled pattern of use. *Rev Saúde Pública*. 2008; 42(4), 664–671.
38. Ribeiro LA, Sanchez ZM, Nappo SA. Surviving crack: A qualitative study of the strategies and tactics developed by crack users to deal with the risks associated with the drug. *BMC Public Health*. 2010; 10 (671).
39. Carvalho HB, Seibel SD. Crack cocaine use and its relationship with violence and HIV. *Clinics* 2009; 64(9):857-66.
40. Nappo SA, Galduróz JC, Raymundo M, Carlini EA. Changes in cocaine use as viewed by key informants: a qualitative study carried out in 1994 and 1999 in São Paulo, Brazil. *J Psychoactive Drugs*. 1999; 33(3):241-53.
41. Chaves TV, Sanchez ZM, Ribeiro LA, NAPPO SA. Fissura por crack: comportamentos e estratégias de controle de usuários e ex-usuários. *Rev. Saúde Pública*. 2011; 45 (6):1168-1175.
42. Cruz MS, Andrade T, Bastos FI, Leal E, Bertoni N, Lipman L, Burnett C, Fischer B. Patterns, determinants and barriers of health and social service utilization among young urban crack users in Brazil. *BMC Health Services Research*. 2013; 13:536.

43. De Boni RB, Bertoni N, Bastos LS, Bastos FI. Unrecorded alcohol in Rio de Janeiro: Assessing its misusers through Respondent Driven Sampling. *Drug Alcohol Depend.* 2014; 139:169–173.
44. Gebara CFPaula, Ferri CP, Lourenço LM, Vieira MT, Bhona FMC, Noto AR. Patterns of domestic violence and alcohol consumption among women and the effectiveness of a brief intervention in a household setting: a protocol study. *BMC Womens Health.* 2015; 15(1):78.
45. Bertoni N, Burnett C, Cruz MS, Andrade T, Bastos FI, Leal E, Fischer B. Exploring Sex differences in drug use, health and service use characteristics among young urban crack users in Brazil. *Int J Equity Health.* 2014, 13:70.
46. Das V & Poole D. *Anthropology in the Margins of the States.* Santa Fe: School of American Research Press; 2004.
47. Harari YN. *Sapiens: A Brief History of Humankind.* First Edition. New York: Harper; 2015.
48. Becker H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio.* Rio de Janeiro: Zahar; 2008.
49. Brasil. Lei nº. 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

50. Grillo CC, Policarpo F, Veríssimo M. A “dura” e o “desenrolô”: efeitos práticos da nova lei de drogas no rio de janeiro. *Rev. Sociol. Polít.* 2011; 19 (40): 135-148.
51. Boiteux L. Tráfico e constituição: um estudo sobre a atuação da justiça criminal do Rio de Janeiro e de Brasília no crime de tráfico de drogas. *Rev Jur.* 2009; 11(94):1-29.
52. Misse M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova.* 2010; 79: 15-38.
53. Misse M. Violência, crime e corrupção: conceitos exíguos, objeto pleno. In: Santos JVT, Teixeira AN. *Conflitos sociais e perspectivas da paz.* 1ed. Porto Alegre: Tomo Editorial; 2012.
54. Ramiro F S, Padovani RC, Tucci AM. Crack consumption from the perspective of gender and vulnerability: a review on the phenomenon. *Saúde Debate.* 2014; 38(101): 379-392.
55. Malta M, Cavalcanti S, Gliksman L, Adlaf E, Hacker MA, Bertoni N, Massard E, Bastos FI. Behavior and major barriers faced by non-injectable drug users with HBV/HCV seeking treatment for hepatitis and drug addiction in Rio de Janeiro, Brazil. *Cien Saude Colet.* 2011; 16(12):4777-86.
56. Jeganathan P. Checkpoint: Anthropology, Identity and the State. In: Das V & Poole D. *Anthropology in the Margins of the States.* Santa Fe: School of American Research Press; 2004.
57. Guiddens A. *O Estado-Nação e a violência.* 1ªed. São Paulo:Edusp; 2001.

58. Foucault M. *Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...: um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Graal; 2013.
59. Foucault M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 7º Ed. Rio de Janeiro: Graal; 1985.
60. Joint United Nations Programme On HIV/AIDS (UNAIDS). JOINT STATEMENTn:Compulsory drug detention and rehabilitation centres. 2012. Disponível em: http://www.unaids.org/sites/default/files/en/media/unaids/contentassets/documents/document/2012/JC2310_Joint%20Statement6March12FINAL_en.pdf
61. Macerata I, Dias R, Passos E. Paradigma da guerra às drogas, políticas de ordem e experiências de cuidado na cidade dos mega-eventos. In: Lopes LE & Malaguti V. *Atendendo na Guerra - Criminologia de Cordel 3*. Rio de Janeiro: Revan; 2014.
62. Salganik MJ, Fazito D, Bertoni N, Abdo AH, Mello MB, Bastos FI. Assessing network scale-up estimates for groups most at risk of HIV/AIDS: evidence from a multiple-method study of heavy drug users in Curitiba, Brazil. *Am J Epidemiol*. 2011; 174: 1190–1196.
63. Stueve A, O'Donnell LN, Duran R, San Doval A, Blome J. Time-space sampling in minority communities: results with young Latino men who have sex with men. *American Journal of Public Health* 2001; 91(6): 922–926.

64. Ferraz CEO, Meira SS, Anjos KF, Sena ELS, Vilela ABA, Yarid SD. Crack Cocaine and involuntary hospitalization in Brazil: state intervention in users' autonomy. *Saúde Debate*. 2013; (37):21-31.
65. Basto FI. Epidemiologia sob fogo cruzado. In: Lopes LE & Malaguti V. *Atendendo na Guerra - Criminologia de Cordel 3*. Rio de Janeiro: Revan; 2014.
66. Ministério da Saúde (Brasil). Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria.
67. Ministério da Saúde (Brasil). Portaria nº 2.840, de 29 de dezembro de 2014. Cria o Programa de Desinstitucionalização integrante do componente Estratégias de Desinstitucionalização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e institui o respectivo incentivo financeiro de custeio mensal.
68. Brasil. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
69. Beato Filho CC, Assunção RM, Silva BFA, Marinho FC, Reis IA, Almeida MCM. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cad. Saúde Pública*. 2001; 17(5):1163-1171.
70. Heckathorn DD. Respondent-driven sampling: a new approach to the study of hidden populations. *Soc Probl*. 1997; 44:174-99.

71. Magnani R, Sabin K, Saidel T, Heckathorn D. Review of sampling hard-to-reach and hidden populations for HIV surveillance. *AIDS*. 2005;19(2):67-72.
72. Centro Brasileiro de Informação sobre drogas (CEBRID). II Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil. 2005. Disponível em: http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11325&astro=PESQUISAS+E+ESTAT%C3%8DSTICAS%2FEstat%C3%ADsticas/Popula%C3%A7%C3%A3o+geral+brasileira
73. Marcus U, Schmidt AJ, Hamouda O, Bochow M. Estimating the regional distribution of men who have sex with men (MSM) based on Internet surveys. *BMC Public Health*. 2009; 9(180).
74. Pollack LM, Osmond DH, Paul JP, Catania JA. Evaluation of the center for disease control and prevention's HIV behavioral surveillance of men who have sex with men: sampling issues. *Sex Transm Dis*. 2005; 32(9):581-9.
75. Cross JC, Johnson BD, Davis WR, Liberty HJ. Supporting the habit: income generation activities of frequent crack users compared with frequent users of other hard drugs. *Drug Alcohol Depend*. 2001;64(2):191–201.
76. Hser YI, Huang D, Teruya C, Anglin MD. Gender comparisons of drug abuse treatment outcomes and predictors. *Drug Alcohol Depend*. 2003; 72(3): 255–264.
77. Fischer B; Rehm J, Patra J, Kalousek K, Haydon E, Tyndall M, El-Guebaly N. Crack across Canada: comparing crack users and crack non-users in a Canadian multi-city cohort of illicit opioid users. *Addiction*.101(12):1760–1770.
78. DeBeck K, Shannon K, Wood E, Li K, Montaner J, Kerr T. Income Generating Activities of People Who Inject Drugs. *Drug Alcohol Depend*. 2007; 91(1):50–56.

79. Vaughn MG; Fu Q; Perron BE; Bohnert ASB, Howard MO. Is Crack Cocaine Use Associated with Greater Violence than Powdered Cocaine Use? Results from a National Sample. *Am J Drug Alcohol Abuse*. 2010; 36(4):181–186.
80. Krebs E, Kerr T, Montaner J, Wood E, Nosyk B. Dynamics in the costs of criminality among opioid dependent individuals. *Drug Alcohol Depend*. 2014; 144:193–200.
81. Hall W, Bell J, Carless J. Crime and drug use among applicants for methadone maintenance. *Drug Alcohol Depend*. 1993; 3: 123- 129.
82. Gossop M, Marsden J, Stewart D, Rolfe A. Reductions in acquisitive crime and drug use after treatment of addiction problems: 1-year follow-up outcomes. *Drug Alcohol Depend*. 2000; 58(1-2):165–172.
83. Schifano F, John Corkery . Cocaine/crack cocaine consumption, treatment demand, seizures, related offences, prices, average purity levels and deaths in the UK (1990–2004). *Journal Psychopharmacology*. 2008; 22(1): 71–79.
84. Hayhurst KP, Jones A, Millar T, Pierce M, Davies L, Weston S, Donmall M. Drug spend and acquisitive offending by substance misusers. *Drug Alcohol Depend*. 2013; 130 (1-3): 24-29.
85. Oteo Pérez A, Benschop A, Blanken P, Korf DJ. Criminal involvement and crime specialization among crack users in the Netherlands. *Eur Addict Res*. 2015; 21(2):53-62.

86. Cheng T, Wood E, Nguyen P, Montaner J, Kerr T, DeBeck K. Crack pipe sharing among street-involved youth in a Canadian setting. *Drug Alcohol Rev.* 2015; 34(3): 259-66.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar a inter-relação entre o uso de *crack* e similares em cenas abertas e envolvimento com a justiça criminal na cidade do Rio de Janeiro entre nos anos 2011 a 2013.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Artigo I: Identificar variáveis associadas à detenção e prisão de usuários de *crack* no município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana, no período de setembro de 2011 e junho de 2013.

Artigo II: Verificar a associação entre cenas abertas de uso de *crack* na ocorrência de crimes contra propriedade no município do Rio de Janeiro no período de janeiro de 2011 a outubro de 2012.

3. RESULTADOS

3.1. Artigo 1: Envolvimento com o sistema da justiça criminal de usuários de *crack* em cenas abertas no Rio de Janeiro e Região metropolitana; implicações para a saúde pública⁸

Lidiane Toledo¹, Ignácio Cano², Leonardo Bastos³, Neilane Bertoni⁴, Francisco Inacio Bastos^{4*}Artigo

¹ Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca ENSP/FIOCRUZ. Programa de Epidemiologia em Saúde Pública.

² Laboratório de Análise da Violência. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

³ Programa de Programação Científica PROCC/ FIOCRUZ.

⁴ Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde ICICT/FIOCRUZ.

*Autor para correspondência: Fundação Oswaldo Cruz Biblioteca de Manguinhos suite 229 Av. Brasil 4365 Rio de Janeiro 21045-900. Brazil. Email: francisco.inacio.bastos@hotmail.com

Conflito de interesse: Não há conflitos de interesse.

Declaração de submissão exclusiva: Declaramos para os devidos fins que este artigo não foi submetido a outra revista.

Sugestão de submissão: *Social Science and Medicine.*

⁸ A ser submetido à revista Social Science and Medicine

Fonte de Financiamento: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD/Ministério da Justiça) & Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Resumo

Diversas pesquisas têm documentado o envolvimento criminal de usuários de crack. Este artigo teve por objetivo identificar variáveis preditoras de detenção e prisão como *proxy* do envolvimento criminal de usuários de crack e similares no município do Rio de Janeiro e região metropolitana, no período de setembro de 2011 a junho de 2013. Modelos de regressão logística multinível foram utilizados. Os resultados mostram como principais preditores de detenção: ter utilizado leito de internação clínica AD (aOR 4,37 [IC95%: 1,71-11,6]); ser do sexo masculino (aOR 2,07 [IC95%: 1,41-3,07]), ser poliusuário (aOR 1,77 [IC95%:1,28-2,45]), ter de 0 a 7 anos de estudo (aOR 1,63 [IC95%:1,16 - 2,30]). Quanto ao desfecho prisão, os principais preditores foram: ser do sexo masculino (aOR 2,52 [IC95%: 1,77-3,62]); raça/cor “preto” (aOR 1,69 [IC95%: 1,01- 2,86]) e acréscimo de 1 ano no tempo de uso de crack e similares (aOR 1,05 [IC95%:1,01-1,10]). Diante do exposto, tornam-se necessárias intervenções multissetoriais, incluindo a promoção da saúde, o acesso à educação de qualidade, o manejo integrado do uso combinado/concomitante de diferentes drogas e a incorporação das políticas de drogas na agenda mais ampla de promoção e proteção dos direitos humanos, como no combate à discriminação e ao racismo, visando reduzir e/ou prevenir o envolvimento criminal dos usuários assim como a reincidência.

Palavras-chave: Usuários de crack; Envolvimento criminal; Prisão; Detenção; Vulnerabilidade social.

1. Introdução

O consumo de crack se tornou, no Brasil, um fenômeno associado a um grande incômodo social, aparentemente pelo fato de os usuários serem de classe social mais empobrecida/marginalizada e fazerem uso em locais públicos (Varanda *et al.*, 2004; Raupp & Adorno 2011; Rui 2015) e devido à associação (continuamente reforçada pelo senso comum e pelos meios de comunicação) entre ser usuário de crack e os problemas relacionados à violência e criminalidade nas grandes cidades (Santos *et al.*, 2012; Roso *et al.*, 2013; Medeiros 2014).

Um estudo sobre o conteúdo de matérias sobre o crack nos dois principais veículos de comunicação da cidade de Recife (nordeste do Brasil) trouxe evidências de que esses jornais veiculavam discursos sobre o crack onde, por um lado, descrevem-no como uma droga relacionada a uma forte angústia e fragilidade do sujeito, e, de outro, como elemento central do narcotráfico e estreitamente associado à criminalidade violenta. Representações sociais desta natureza demarcam o usuário de crack (e, eventualmente, de diferentes drogas) como sujeito desprovido de capacidade avaliativa de sua própria condição e de sua relação com a droga, fazendo com que as respostas à questão tendam a ações violentas ou ao paternalismo para com os usuários (Santos *et al.*, 2012).

A associação entre crack e violência foi revisada de forma crítica pelo trabalho de Mello (2011), com análise de dados secundários sobre crimes como roubos, furtos e homicídios ocorridos no período de 1984 a 2008, sob a denominação de “*crack hypothesis*”. Neste trabalho o autor buscou avaliar se com o advento do crack haveria um incremento das taxas desses crimes na Região metropolitana de São Paulo e também

no restante do Estado. Ainda que algum grau de correlação exista, somente o tráfico de crack, mas não a posse, esteve associado a homicídios. Por outro lado, não houve associação nem do tráfico nem da posse com crimes contra propriedade.

Diversas pesquisas (Fischer *et al.*, 2005; Cruz *et al.*, 2013; FIOCRUZ, 2014) têm evidenciado os problemas sociais com que usuários de crack em cenas abertas de uso se deparam no seu cotidiano, como por exemplo, a dificuldade de estabelecer vínculos formais de trabalho, muitas vezes associada ao baixo nível de educação desta população. Outro ponto é a condição de moradia instável e inserção social problemática, que muitas vezes se estabelece/reforça ao longo da trajetória de vida desses indivíduos na sua inter-relação complexa, por vezes conflituosa, com suas famílias, redes sociais e contextos.

Sendo assim, os usuários tendem a organizar sua rotina diária em ciclos em torno de obter drogas, utilizando-as em condições inseguras e insalubres, como em becos ou lugares em situação precária, e estratégias de obter dinheiro para comprar mais drogas, frequentemente deixando poucos recursos para outras necessidades básicas, como comida, abrigo e roupas, e meios de se prevenir de infecções de transmissão sexual e/ou sanguínea, como uso de preservativos (Cruz *et al.*, 2013; Rui, 2015; FIOCRUZ, 2014). Estes ciclos de exclusão, marginalização e luta cotidiana pela sobrevivência vêm sendo descritos pela etnografia clássica sobre uso de drogas e exclusão social em diversos contextos locais e nacionais, como revisado em detalhe por Page & Singer (2010).

Estudos internacionais apontam que usuários de crack geralmente estão inseridos em contextos de extrema pobreza, exposição diária a rua e obtenção de renda por meios ilegais, o que configura um panorama de vulnerabilidades em que a prática de crimes estaria inserida (Fischer *et al.*, 2005; DeBeck *et al.*, 2007). Dadas essas condições adversas, há estudos que advogam que o envolvimento com a justiça criminal seria mais frequente entre usuários de crack do que entre outros usuários de outras drogas ilícitas.

No estudo de DeBeck *et al.* (2007), que entrevistaram 275 usuários de drogas injetáveis que também faziam uso de crack em 2005 em Vancouver, Canadá, o uso frequente de crack se mostrou mais fortemente associado à atividades ilícitas para obtenção de renda (OR = 4,6, IC95%: 2,6-7,2) do que o consumo de outras drogas, cujo padrão de uso é mais regularmente distribuído no tempo (e não em *binges*⁹) e menos premente como a heroína (OR = 2,7, IC95%: 1,7-4,6) em certos contextos

Alguns estudos vêm tentando elucidar quais elementos explicariam a associação entre drogas e crimes, sendo que uma grande parte deles associa a prática de delitos ao próprio uso das substâncias, considerando que o efeito dessas substâncias alteraria o comportamento no sentido de aumentar a chance de incorrer em condutas transgressoras ou que, desprovido de meios de geração de renda, os usuários de crack acabariam se engajando em práticas ilegais de geração de renda, como a prostituição e pequenos crimes, se expondo, portanto, ao envolvimento com a justiça criminal (Bur 1897; Fischer *et al.*, 2005; Seddon, 2006; DeBeck *et al.*, 2007).

⁹ Uso muito intenso, repetido em breves intervalos de tempo

Ou seja, por um lado, considera-se que, sob efeito psicotrópico da droga, o indivíduo se tornaria mais propenso a cometer crimes, no contexto do qual o uso de crack, isoladamente e/ou de forma concomitante com outras substâncias (poliuso), seria catalisador do comportamento criminal. Por outro lado, a vertente explicativa da “compulsividade/imperativo econômico” sugere que a falta de recursos para financiar o hábito, especialmente em episódios de abstinência, levaria à prática de crimes, particularmente crimes aquisitivos para financiamento do consumo da droga, recorrendo muitas vezes a formas violentas de obter dinheiro (Goldstein, 1985; Hall *et al.*, 1993; Best *et al.*, 2001).

Hall *et al.* (1993) apontam que a fim de colaborar para intervenções públicas voltadas para os problemas e consequências da interseção drogas-crimes, faz-se necessário analisar em detalhe quais contextos e quais variáveis estariam associadas ao envolvimento criminal dos usuários de crack.

Considerando principalmente que no Brasil há uma escassez de trabalhos quantitativos sobre os fatores associados ao envolvimento criminal de usuários de crack e, dado que a importância do conhecimento empírico da dinâmica drogas-crimes pode contribuir para planejamento de intervenções estratégicas baseadas em evidências, o presente artigo buscou identificar quais fatores estariam associados ao envolvimento com o sistema da justiça criminal de usuários de crack e similares em cenas abertas no município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana, no período de setembro de 2011 a junho de 2013.

2. Método

Desenho do estudo

O presente estudo analisa dados oriundos da “Pesquisa Nacional sobre uso de Crack” (FIOCRUZ, 2014), que teve abrangência e representatividade nacional, e se valeu da metodologia *Time Location Sampling (TLS)*, habitualmente utilizada quando a população sob estudo é de difícil acesso (Karon & Wejnert, 2012). Resumidamente, as etapas de amostragem utilizando o *Time Location Sampling* compreenderam o mapeamento inicial das cenas abertas de uso de crack e similares¹⁰, que teve como propósito servir de marco amostral (*sampling frame*). Uma vez mapeadas as cenas de uso, foram selecionados aleatoriamente os locais, dias da semana e turnos em horários distintos para visitação das equipes de campo e realização da pesquisa. Ou seja, cada unidade amostral corresponde a uma fração de espaço, em determinados dias e em certos períodos de tempo frequentado pelos usuários (conglomerados cena/dia/turno).

A amostra nacional foi composta por 3 estratos, a saber: todas as capitais de Unidades da Federação, além do Distrito Federal; municípios representativos das 9 regiões metropolitanas federais e um estrato representativo dos municípios de pequeno e médio porte. As capitais tiveram dois estágios de seleção: combinação de cena-dia-turno e usuários pertencentes a tal cena/turno/dia. E as regiões metropolitanas três estágios de seleção: municípios da região metropolitana, cena-dia-turno dos respectivos municípios e usuários pertencentes a tal cena/dia/turno (Para maiores detalhes ver FIOCRUZ, 2014, cap. 3, pp. 31 e ss).

¹⁰ Merla, oxi, pasta base. Ressaltando que, com exceção da pasta base, trata-se de denominações locais, nomeadas pelos próprios usuários, sem confirmação toxicológica quanto à especificidade ou não do produto.

Para fins da presente análise consideramos um recorte do conjunto de dados nacional que corresponde ao município do Rio de Janeiro e municípios representativos da sua Região Metropolitana, analisando especificamente a seção do questionário referente ao envolvimento com o sistema da justiça criminal.

As entrevistas com os usuários ocorreram entre setembro de 2011 e junho de 2013. A amostra do estudo foi composta por homens e mulheres com idade acima de 18 anos, usuários de crack e/ou similares que consumiam a droga com regularidade (pelo menos 25 dias nos últimos 6 meses, de acordo com os critérios CODAR¹¹ da Organização Panamericana de Saúde [OPAS]) e que frequentavam cenas abertas de uso de crack mapeadas e selecionadas para o estudo. As entrevistas foram realizadas nas cenas de uso ou em unidades de saúde próximas às cenas. Ao final do estudo foram entrevistados 544 usuários de crack e similares na capital e 386 na Região Metropolitana.

Desfechos

O envolvimento com o sistema da justiça criminal dos usuários de crack e/ou similares foi examinado no estudo utilizando dois desfechos: histórico de detenção e histórico de prisão. O histórico de detenção foi mensurado a partir da resposta à seguinte questão:

¹¹ Segundo critério CODAR, refere-se a usuários de drogas regulares que apresentem comportamento de alto risco de se infectar com o HIV e outros agentes infecciosos, correspondendo a um uso por, pelo menos, 25 dias nos seis meses que antecedem a entrevista. Ver em:

http://www.paho.org/hq/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=853

“Você foi detido pela polícia (ficou menos de um dia na delegacia) no último ano?”; tendo como opção de resposta “Sim/Não”. O histórico de prisão foi mensurado a partir da resposta à seguinte questão: “Você já foi preso alguma vez na vida?”, tendo como opção de resposta “Sim/Não”.

Cabe ressaltar que nem todos usuários que foram detidos também foram presos e vice-versa.

Sobre a mensuração dos dois desfechos há alguns pontos a considerar:

O primeiro se refere à interpretação do usuário sobre o que significa ter passado por uma experiência de detenção e/ou prisão. Embora os entrevistadores tenham sido treinados a explicar as questões, os entrevistados tiveram liberdade de interpretá-las, segundo seus próprios conceitos (não necessariamente coincidentes com os critérios objetivos que constam da legislação pertinente). Por outro lado, cabe observar que condutas ou comportamentos socialmente indesejáveis, passíveis de punição/estigmatização, tendem a ser sub-reportados (Tourangeau & Yan, 2007). Na discussão retomamos o debate acerca dos possíveis vícios daí decorrentes.

O segundo ponto a ser considerado é que, em se tratando da ocorrência de detenção e prisão, é necessária a interação de dois componentes chaves: aquele que flagra e registra o crime (força policial) e aquele que comete ou é suspeito de cometer o crime (possível infrator). Nossos dados se referem exclusivamente ao entrevistado, que, hipoteticamente, pode ter perpetrado o crime ou cometido a infração que o teria levado a ser detido/preso.

Há ainda outro elemento referente a quem aciona a polícia para intervenção, a depender do local que o crime ocorra, por exemplo se o uso de crack acontece em uma praça de um bairro nobre ou na linha de trem no interior de uma comunidade.

Considerando um estudo transversal, onde não foi possível medir temporalmente o aparecimento do desfecho a partir da exposição, podemos somente verificar associação, mas não afirmar causalidade. Não temos como saber, por exemplo, a questão da direcionalidade, se o usuário já usava crack antes ou se passou a usar crack depois de ter sido detido/preso.

Variáveis explicativas

As variáveis explicativas utilizadas no estudo foram sumarizadas no **Quadro 1**

Nome	Categorias
1) Variáveis socio-demográficas	
Idade	18-30 / 31 ou mais
Sexo	Masculino/Feminino
Raça/cor (Auto-referida)	Branco, preto, pardo e outros
Situação conjugal	Solteiro; casado e divorciado/viúvo
2) Variáveis socioeconômicas	
Situação de rua - Nos últimos 30 dias	Sim (Passou maior parte do seu tempo na rua) Não (Mora em apartamento, casa e outros)
Trabalho remunerado	Sim (Empregado, trabalho por conta própria, empregador) Não (Sem trabalho, estudante, dona de casa)
Renda (Salário mínimo atual) - Nos últimos 30 dias	≤ R\$ 724,00 e > R\$ 724,00
Anos de estudo	0 a 7 anos / 8 anos ou mais
4) Variáveis comportamentais	
Meios para obter drogas ou dinheiro	Lícitos (Benefícios sociais, família/amigos, trabalho regular, trabalho por conta própria, trabalho sexual, pedir esmola, trocar por coisas) Ilícitos (Tráfico de drogas, trabalho ilícito, furto, roubo)
Tempo médio de uso de crack em anos	Número de meses em que usou crack dividido por 12
5) Uso de serviços de saúde e de assistência social - Nos últimos 30 dias	
Programas de redução de danos	Sim/Não
Leitos clínicos de internação álcool e drogas (AD)	Sim/Não (Hospital psiquiátrico, clínica especializada, comunidade terapêutica)
Centro de atenção psicossocial álcool e drogas (AD)	Sim/Não
Assistência Social	Sim/Não
6) Variável síntese	
Poliuso - Nos últimos 12 anos	Sim/Não (Se usou ou não outras duas drogas ilícitas além do crack)

Em se tratando de uma amostra complexa e estratificada em: Capital Rio de Janeiro e Região metropolitana (1º nível), conglomerados cena/dia/turno (2º nível) e usuários de crack e similares (3º nível), optamos por uma modelagem multinível, de modo que o desenho da amostra pudesse ser incorporado na análise em todas as suas etapas.

Dadas às especificações do processo de amostragem, procedemos à análise do perfil da população usuária de crack e similares em cenas abertas do Rio de Janeiro e Região Metropolitana a partir de uma amostra representativa (n=930), através de modelos univariados multinível, incorporando efeitos aleatórios, de modo a controlar as análises pelo desenho da amostra (**Tabela 1**).

As associações individuais entre as variáveis explicativas e os desfechos “detenção” e “prisão”, foram testadas em separado, através de um modelo bivariado multinível, incorporando efeitos aleatórios para controle pelo desenho da amostra, com a estimação da razão de chance ajustada e respectivos intervalos de 80% de credibilidade (**Tabela 1**). A categoria de referência utilizada na análise dos desfechos foi à resposta não. Ao todo, tivemos que 914 usuários de crack e similares responderam à questão sobre detenção (Sim= 303/Não = 611) e 897 responderam à questão sobre prisão (Sim= 390/Não=507).

As variáveis que se mostraram significativamente associadas à detenção e/ou a prisão no modelo bivariado (**Tabela 1**) foram incluídas no modelo de regressão logística multivariado multinível. Porém, levando em conta a literatura internacional, incluímos três outras variáveis amplamente utilizadas nos estudos sobre violência (raça/cor [modelo de prisão] e idade [modelo de detenção]) e duas encontradas na maioria dos nos estudos sobre envolvimento criminal de usuários de drogas (situação de

rua [modelo detenção e prisão] e fonte de renda ilícita [modelo prisão]) no modelo multivariado, mesmo quando porventura, não se mostraram significativamente associadas aos desfechos no modelo multinível bivariado (Hall *et al.*, 1993; Kokkevi *et al.*, 1993; Best *et al.*, 2001; Cross *et al.*, 2001; Seddon 2006; DeBeck 2007; Lemgruber 2011; Instituto Sou da Paz, 2011, Palamar *et al.*, 2015).

Para cada um dos desfechos foi ajustado um modelo de regressão logística multinível para estimação das razões de chances ajustada e respectivos intervalos de 95% de credibilidade. Utilizamos a abordagem bayesiana (Fong *et al.*, 2010), com *prioris* pouco informativas (*Weakly informative priors*) (Gelman *et al.*, 2001), tanto para os coeficientes quanto para os efeitos aleatórios. Um efeito aleatório foi considerado para os estratos Rio de Janeiro e Região Metropolitana, e outro para os conglomerados cena/dia/turno. Na modelagem multinível, por limitações computacionais, foi assumido que dentro de cada estrato (Capital/ RM), os conglomerados cena/dia/turno eram equiprováveis, e que em cada conglomerado cena/dia/turno, a seleção dos usuários pode ser descrita, com aceitável grau de plausibilidade, de uma amostra aleatória simples. O procedimento de inferência foi feito usando a metodologia INLA (*Integrated Nested Laplace Approximations*) (Rue *et al.*, 2009).

Procedemos também à análise dos efeitos aleatórios dos estratos capital e região metropolitana, conglomerados (cena/dia/turno), assim como do turno e do dia, na variabilidade dos desfechos detenção e prisão. O impacto dos efeitos aleatórios dos estratos (capital e região metropolitana) e dos conglomerados (cena/dia/turno) não se mostraram significativos, quando controlados pelo desenho da amostra e pelas variáveis explicativas no nível individual. Segundo o teste de precisão dos hiperparâmetros, o efeito da capital, mesmo não sendo significativo, se mostrou mais explicativo da

variabilidade dos desfechos do que o de cena/dia/turno, tanto para detenção quanto para prisão (**Apêndice on line A**).

Realizamos também o teste do possível impacto do turno e do dia na explicação dos dois desfechos, mas também aqui, não foi evidenciada significância estatística, quando controlados pelo desenho da amostra e pelas variáveis explicativas no nível individual. Não chegamos a testar o efeito da cena separadamente, uma vez que ela corresponde a um dos elementos das díades e tríades anteriormente testadas (**Apêndice on line A**).

Quando comparados os modelos que consideraram o segundo nível como: conglomerado (cena/dia/turno), separado por cena + dia/turno, ou, alternativamente separado por cena, dia, turno, o modelo que apresentou melhor ajuste, avaliado segundo o D.I.C, foi o modelo que levou em conta os conglomerados cena/dia/turno no segundo nível (**Apêndice on line A**).

As análises estatísticas utilizaram o *software* livre R 3.1.1

Aspectos éticos

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, CAAE: 34700914.6.0000.5240.

3. Resultados

Os resultados apontam que no Rio de Janeiro e em sua Região Metropolitana os usuários de crack e similares em cenas públicas, eram, em sua maioria: homens (78,00% [IC95%:76,3- 79,4]), pardos (51,6% [IC95%:49,3 - 53,1]), jovens, na faixa etária entre 18 a 30 anos (64,7% [IC95%:62,5 - 66,2]), solteiros (68,9% [IC95%:66,8-70,3]), com baixa escolaridade entre 0 a 7 anos de estudo (70,6% [IC95%:68,5 - 71,9]), mais da metade deles passavam a maior parte do seu tempo nas ruas (52% [IC95%:49,7-53,8]), menos da metade recorreu a meios ilícitos para adquirir drogas ou dinheiro (43,0% [IC95%: 40,7 - 44,6]), não tinha trabalho remunerado (21,1% [IC95%:19,2-22,4]) e tinha renda inferior a um salário mínimo (41,4% [IC95%:39,0 - 43,0]) (**Tabela 1**).

Tabela 1: Características dos usuários de crack e similares e modelos bivariados para detenção e prisão. Rio de Janeiro e Região Metropolitana, setembro de 2011 a junho de 2013

	População		Modelo bivariado Detenção		Modelo Bivariado Prisão	
	%	IC95%	OR	IC80%	OR	IC80%
Detido (Ref: Não)						
Sim	29,8	(26,6 - 33,3)				
Preso (Ref: Não)						
Sim	43,3	(39,9 - 46,8)				
Sexo (Ref.: Fem)						
Masc	78,2	(76,3 - 79,4)	1,93	(1,52 - 2,27)	2,46	(1,97 - 2,85)
Raça/cor (Ref.:Branco)						
Pardo	51,6	(49,3 - 53,1)	1,25	(1,03 - 1,43)	0,91	(0,76 - 1,02)
Preto	35,7	(33,5 - 37,2)	0,92	(0,75 - 1,05)	1,19	(0,99 - 1,35)
Outros	0,68	(0,34 - 0,95)	0,59	(0,24 - 1,02)	1,39	(0,68 - 2,25)
Idade (Ref.: 31 anos ou mais)						
18 a 30 anos	64,7	(62,5 - 66,2)	1,20	(0,97 - 1,37)	0,70	(0,58 - 0,80)
Situação conjugal (Ref.: Casado)						
Solteiro	68,9	(66,8 - 70,3)	1,15	(0,93 - 1,32)	0,91	(0,75 - 1,03)
Divorciado	10,7	(9,3 - 11,7)	1,07	(0,80 - 1,32)	1,26	(0,96 - 1,50)
Anos de estudo (Ref.: 8 anos ou mais)						
0 a 7 anos	70,6	(68,5 - 71,9)	1,50	(1,21 - 1,73)	1,05	(0,87 - 1,20)
Situação de Rua (Ref.: Não)						
Sim	52,1	(49,7 - 53,8)	1,03	(0,84 - 1,18)	0,98	(0,82 - 1,11)
Recursos para obter droga ou dinheiro (Ref: Lícitos)						
Ilícitos	43,0	(40,7 - 44,6)	1,39	(1,14 - 1,58)	1,02	(0,85 - 1,15)
Trabalho remunerado (Ref.:Sim)						
Não	21,1	(19,2 - 22,4)	1,21	(0,96 - 1,42)	0,81	(0,65 - 0,93)
Renda (Ref.: > R\$ 724,00)						
≤ R\$ 724,00	41,4	(39,0 - 43,0)	1,09	(0,89 - 1,25)	0,78	(0,64 - 0,88)
Programas de redução de danos (Ref.: Não)						
Sim	1,53	(0,96-1,98)	1,14	(0,66 - 1,61)	1,16	(0,70 - 1,61)

Leitos clínicos de internação AD

(Ref.:Não)			
Sim	1,34 (0,83-1,74)	3,23 (1,78 - 4,80)	0,73 (0,40 - 1,08)
CAPSad (Ref.:Não)			
Sim	1,23 (0,74-1,62)	1,55 (0,84 - 2,31)	1,69 (0,95 - 2,49)
Assistência social (Ref.:Não)			
Sim	12,0 (10,4 - 13,1)	1,09 (0,84 - 1,29)	0,89 (0,70 - 1,05)
Poliuso (Ref.:Não)			
Sim	49,0 (47,3-51,2)	1,79 (1,46- 2,04)	1,38 (1,15 - 1,56)
Tempo médio de uso de crack em anos	4,52 (4,37 - 4,62)	0,98 (0,96 - 1,00)	1,05 (1,02 - 1,07)

A inserção (auto-referida) em atividades ilícitas para obtenção de drogas e dinheiro (43,0% [IC95% 40,7 - 44,6]) coincidem com o frequente relato de detenção (29,8% [IC95%: 26,6-33,3]) e prisão dos usuários (43,3% [IC95%:39,9-46,8]). Por outro lado, surpreende verificar que somente 1,53% (IC95%:0,96-1,98) dos usuários referiram ter frequentado/utilizado programas de redução de danos; 1,34% (IC95%:0,83-1,74) leitos de internação AD (especializados em álcool & drogas) e 1,23% (IC95%:0,74-1,62) CAPSad (Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas) nos últimos 30 dias da pesquisa. Em relação à utilização da rede de serviços referentes a assistência social, ainda que seja uma frequência baixa foi superior da utilização dos serviços de saúde (12% [IC95%:10,4-13,1]).

Quase a metade dos entrevistados era poliusuário (49% [IC95%:47,3-51,2]) sendo que o tempo médio de uso de crack e/ou similares foi de aproximadamente 4 anos (IC95%:4,37- 4,62) (**Tabela 1**).

As variáveis que foram testadas no modelo bivariado e introduzidas no modelo multivariado de detenção foram: sexo, idade, raça/cor, situação de rua, meios de se obter drogas ou dinheiro, anos de estudo, utilização de leito de internação clínica AD e poliuso. Destas, somente ter utilizado leito de internação clínica AD (aOR 4,37 [IC95%:1,71-11,6]), ser do sexo masculino (aOR 2,07 [IC95%:1,41-3,07]), ser poliusuário (aOR 1,77 [IC95%:1,28-2,45]), ter de 0 a 7 anos de estudo (aOR 1,63 [IC95%:1,16-2,30]) se mostraram significativamente associadas à detenção no modelo multivariado (coeficientes apresentados na **Figura 1**).

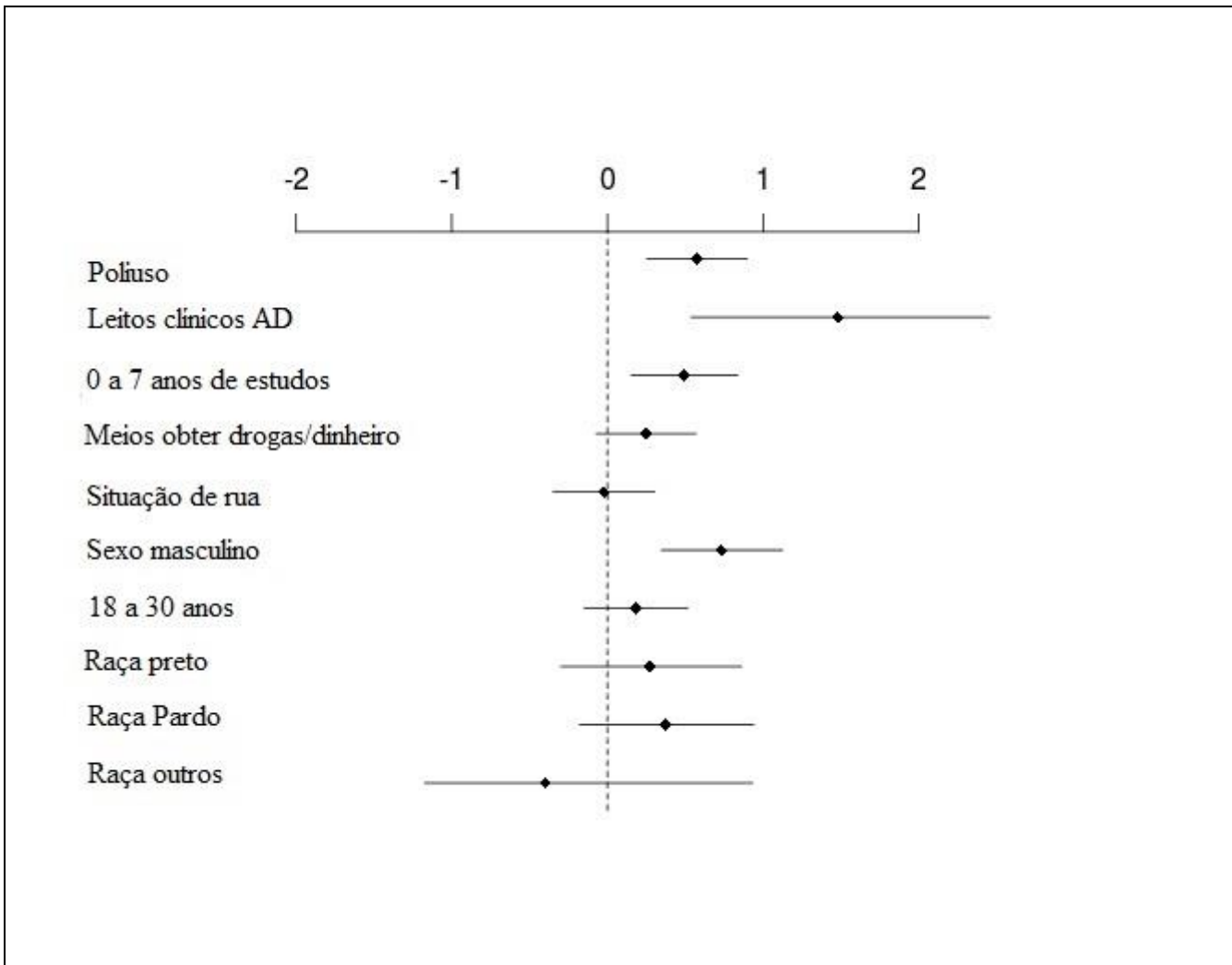


Figura 1: Coeficientes do modelo de regressão logística múltipla para desfecho “detenção” de usuários de crack e similares. Rio de Janeiro e Região Metropolitana, setembro de 2011 a junho de 2013

Já as variáveis que foram testadas no modelo bivariado e introduzidas no modelo multivariado relativo a prisão foram: sexo, idade, raça/cor, situação de rua, trabalho remunerado, renda, poliuso e tempo de uso de crack. Porém, somente se mostraram associadas significativamente ao desfecho: “sexo masculino” (aOR 2,52 [IC95%:1,77-3,62]), cor/raça preta (aOR 1,69[IC95%:1,01-2,86]), e acréscimo de 1 ano

no tempo de uso de crack e similares (aOR 1,05 [IC95%:1,01-1,10]) no modelo multivariado (coeficientes apresentados na **Figura 2**).

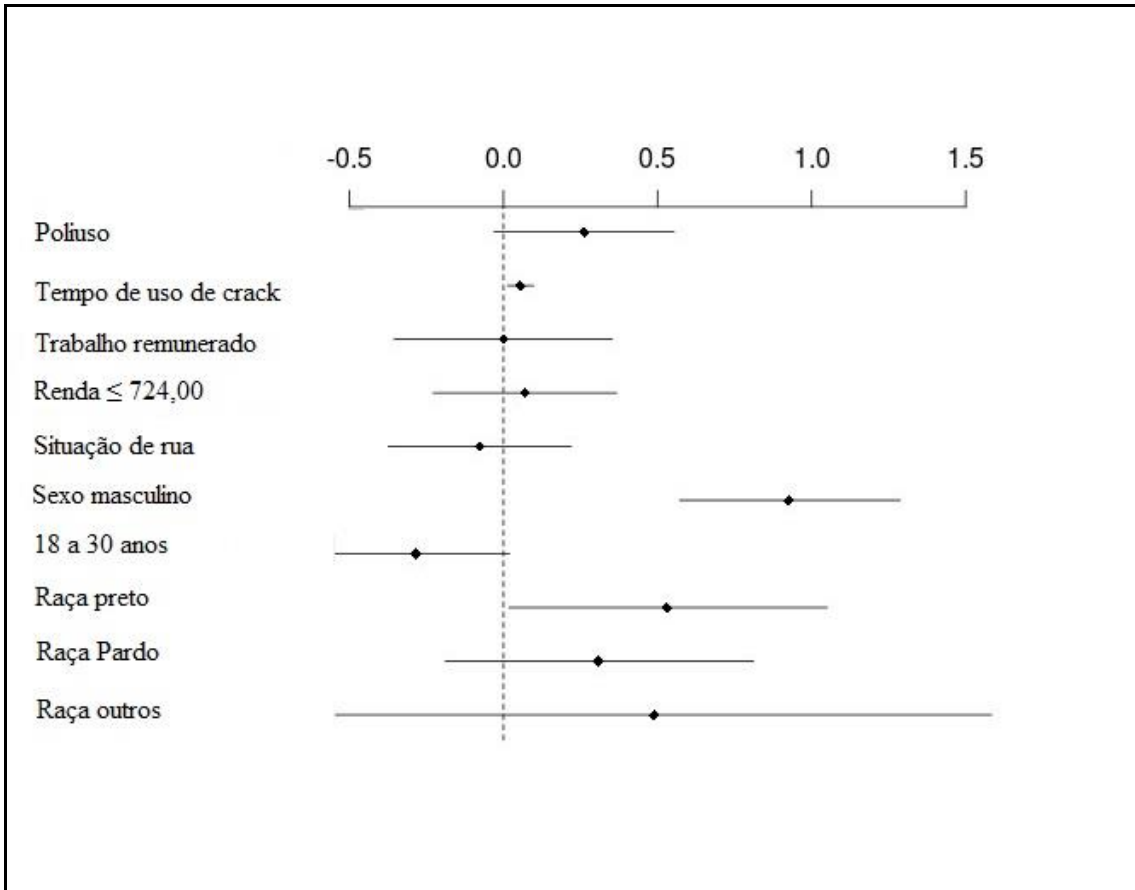


Figura 2: Coeficientes do modelo de regressão logística múltipla para desfecho “prisão” de usuários regulares de crack e similares. Rio de Janeiro e Região Metropolitana, setembro de 2011 a junho de 2013

4. Discussão

Os resultados apontam que, em sua maioria, os usuários de crack do Rio de Janeiro e Região metropolitana em cenas abertas são homens, jovens e com baixa escolaridade. Um achado interessante, que vai de encontro a achados de estudos anteriores, e que, em parte, pode ser entendido como uma consequência da própria estratégia de recrutar entrevistados potenciais em cenas abertas de uso de crack, é que metade dos usuários disseram passar a maior parte do seu tempo na rua. Ou seja, metade dos usuários entrevistados não estava inseridos em uma rotina de trabalho regular ou convivência domiciliar (Cross *et al.*, 2001; Fisher *et al.*, 2006; Palamar *et al.*, 2015).

A despeito da provável subnumeração (em função da estigmatização e marginalização, definindo um “*social desirability bias*”), o achado de que 43% dos usuários referiram ter recorrido a atividades ilícitas para adquirir drogas/dinheiro corrobora outras pesquisas que apontam que, usuários de crack, recorrem à prática de crimes para obtenção de renda (Cross *et al.*, 2001). Cabe observar aqui que a imensa maioria de trabalhos disponíveis na literatura indexada é fruto de observações de cenas norte-americanas (basicamente dos EUA e algumas cidades canadenses) e que os estudos nacionais se referem a pequenas amostras oriundas de cenas abertas, analisadas a partir de métodos da etnografia ou casuísticas clínicas, portanto bastante diversas da amostra do presente estudo.

Faz sentido pensar que a motivação econômica, sugerida pelo sociólogo Paul Goldstein (1985), se encaixaria no contexto da população estudada, uma vez que diz respeito ao envolvimento em atividades ilícitas, como por exemplo, aqueles relacionados a objetos de troca e venda rápida no mercado negro (ex. roubos a transeuntes, assaltos e furtos, tráfico) visando à obtenção de dinheiro com a finalidade

de satisfazer, no caso do crack, a premência de obter e consumir a substância de modo a amainar a fissura (*craving*) e manter o padrão de uso intenso, repetitivo, muitas vezes em *binge*.

No trabalho de Fisher *et al.* (2006), com 627 usuários regulares de opióides ilícitos (heroína, cloridato de hidromorfona [análogo da morfina], codeína) e outras drogas (crack e cocaína), realizado entre março e dezembro de 2002, divididos em um subgrupo que usava e outro que não usava crack, os usuários que faziam uso de crack reportaram, mais frequentemente, atividades ilícitas para geração de renda, como trabalho sexual (27% *vs.* 14%; *p*.000, respectivamente) e tráfico de drogas (39% *vs.* 12%; *p*.000, respectivamente) dos que os usuários que não reportaram este uso.

No estudo de Cross *et al.* (2001) sobre geração de renda entre usuários de drogas pesadas no Harlem, Nova Iorque, realizado em 1998/9, os usuários que usavam crack mais frequentemente cometeram roubo para geração de renda (aOR 17,8; *p*-valor=0,001) se comparados a usuários de cocaína em pó (aOR:5,69; *p*-valor 0,01) e heroína (aOR: 4,02; *p*-valor 0,01).

Por outro lado, a elevada frequência de detenção e prisão dos usuários da pesquisa, se contrastada, por exemplo, a sua baixíssima utilização de serviços de saúde voltados ao acolhimento e tratamento do abuso de substâncias (mesmo as variáveis analisadas não estando em intervalos temporais equivalentes) nos desafia a pensar e questionar quais barreiras limitam o acesso e a utilização destes serviços. Durante o período da realização da pesquisa a cobertura dos serviços de saúde mental no município do Rio de Janeiro era bastante modesta. Para uma população de ~16 milhões

de pessoas em 2010 (Censo 2010)¹², até o ano de 2012 contávamos apenas com 4 CAPSad II e os programas de Redução de Danos já não tinham o vigor, o montante de financiamento e a visibilidade com que contavam nos anos 1980 (Fonseca *et al.*, 2007; Inglez-Dias *et al.*, 2014).

Além disso, existe uma clara falta de sintonia de programas ainda orientados pelo paradigma da redução de danos entre usuários de drogas injetáveis e uma cena de uso de cocaína por via aspirada e fumada. Este é um desafio internacional (Shoptaw *et al.*, 2013) e nacional (Bastos e Veloso, no prelo), ainda muito longe de uma solução que contemple as necessidades da clientela e os conceitos e práticas de ativistas e profissionais de saúde e de assistência social.

Cabe ressaltar também que o fato de ter sido detido ou preso não significa que estes usuários tenham cometido um número maior de crimes, pois outra hipótese igualmente plausível, é que a polícia, juízes e outros operadores da justiça criminal tenham uma seletividade penal, a partir de um determinado perfil de infrator, que os caracterizam, *a priori*, como passível de punição, determinando uma causalidade circular, como discutido no trabalho de Boiteux acerca de sentenças criminais no Rio de Janeiro e Brasília (2009).

Todavia, com os dados apresentados, não temos como desfazer essa possível circularidade causal, pois os achados dizem respeito ao relato de detenção e prisão, não havendo como verificar se esta detenção/prisão seria consequência ou causa de uma intensificação dos padrões de uso, desinserção social e permanência na busca por recursos

¹² Ver em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=33&dados=1>

para financiar o consumo, assim como não é possível distinguir a associação efetiva entre infração/crime e sanção, em contraposição à seletividade do sistema penal.

A análise dos modelos de regressão logística múltipla multinível permite depreender que o envolvimento com a justiça criminal dos usuários de crack e similares em cenas abertas no município do Rio de Janeiro e Região metropolitana está associado, principalmente, a características demográficas e comportamentais: gênero, raça/cor, utilização de leitos clínicos em decorrência do uso de drogas, poliuso de drogas, baixo nível de escolaridade e maior tempo de uso de crack.

Detenção e prisão de usuários de crack e similares: questão de gênero?

Os usuários do sexo masculino tiveram uma chance duas vezes maior de serem detidos e presos, se comparados às mulheres, o que corrobora outros estudos que há tempos vem mostrando que os homens, em geral, e não somente aqueles que fazem uso de crack e outras drogas, se envolvem mais frequentemente com crimes violentos do que as mulheres (Hser *et al.*, 1987; Anglin *et al.*, 1987).

Muito provavelmente, temos aqui uma sobreposição de papéis sociais mais amplos de gênero, somados a características específicas do homem e mulher usuários, no contexto das cenas abertas de crack no Brasil, ou seja, locais contíguos ou sobrepostos às operações do tráfico e atravessados pela violência que, historicamente, no Brasil e na imensa maioria dos países, apresenta um forte diferencial de gênero.

Os achados de Dudish *et al.* (1996) indicaram que, em uma amostra com 176 usuários de crack nos anos de 1993/95 da região metropolitana de Minneapolis-Saint Paul, Minnesota, Estados Unidos, usuários do sexo masculino apresentaram envolvimento em crimes violentos duas vezes maior, se comparados às mulheres (RR: 2,11 [IC95%:1,49-2,99]). O trabalho de Leigey e Bachman (2007) com uma amostra de 13,986 presos, representativa da população carcerária dos Estados Unidos entre 1986 e 1988 identificou que entre os entrevistados que relataram uso de crack e/ou cocaína antes da ocorrência de um delito, os prisioneiros do sexo masculino apresentaram uma chance quase duas vezes maior de serem presos por crimes violentos (OR:1,73; *p*-valor 0,001) se comparados às mulheres.

Poliuso de drogas e tempo de uso de crack

O estudo apresenta importantes resultados quanto à associação entre poliuso de drogas ilícitas e tempo médio de uso de crack em relação à detenção e prisão. De acordo com os achados do modelo de regressão logística, aqueles que eram poliusuários, ou seja que fizeram uso de *crack* e similares além de outras duas drogas ilícitas (o que incluiu maconha, cocaína, êxtase [ecstasy], anfetaminas¹³), tiveram uma chance 1,82 maior de serem detidos do que aqueles que não eram poliusuários.

Além desse achado, referente a padrões sobrepostos de consumo de diferentes substâncias, cabe observar que, a cada um ano acrescido ao tempo de uso de crack, a chance do usuário de crack e similares ser preso aumentava em 5%. É importante ressaltar que tanto “tempo de uso” quanto “chance de ser preso” são

¹³ Álcool e tabaco não foram considerados na análise, já que ambas as substâncias, lícitas, foram utilizadas por praticamente 90% ou mais dos usuários (Dados não mostrados).

variáveis/estatísticas moduladas pela idade (cronológica) do indivíduo, ou seja, quanto mais anos de vida a pessoa tiver, maior o tempo (em tese, disponível) para que se inicie e mantenha o uso de crack e maior o tempo de exposição potencial quanto à interação com um agente da segurança pública e eventual prisão. Sendo assim, a associação pode, ao menos em parte, ser explicada, pela influência conjunta de “tempo de uso” e “idade cronológica” (ou pertencimento a diferentes coortes etárias).

Deste modo, há uma possível evidência de que o uso combinado/simultâneo de drogas e o tempo de uso de crack e similares possam prever que um coletivo de usuários (no caso, a substância de referência, que define a inclusão na amostra, é o crack) está mais sujeito à detenção e prisão, o que corrobora estudos anteriores que têm descrito o hábito de consumir múltiplas drogas como um dos principais preditores no envolvimento com a justiça criminal (Kokkevi *et al.*, 1993; Bennett & Holloway, 2005; Hayhurst *et al.*, 2013), muito provavelmente devido à inserção em múltiplas cenas de consumo e tráfico, sobreposição de efeitos e possível agravamento da dependência e intensificação da fissura, e, possivelmente, estigmatização/marginalização mais pronunciadas.

Na Inglaterra, uma pesquisa com 1,380 usuários que deram entrada em um serviço de saúde para tratamento de dependência entre fevereiro de 2006 e março de 2007 buscou identificar fatores potencialmente associados à prática de crimes aquisitivos nas 4 semanas anteriores à entrevista. Os poliusuários apresentaram maior chance de ter cometido crimes aquisitivos (aOR 2,4 [95%IC:1,7–3,4]), se comparados aos que não eram poliusuários.

Já em um inquérito (*survey*) domiciliar, com uma amostra de 43,093 indivíduos maiores de idade Vaughn *et al.* (2010) encontraram que em 50 estados norte-americanos, além do Distrito de Columbia, EUA, nos anos de 2001/2, pessoas que relataram o uso de crack cometeram mais frequentemente crimes, como roubos (4,55% [IC95%:2,66–7,71], se comparados aos usuários de cocaína em pó (1,78% (IC95%: 1,19–2,64)).

O estudo de Palamar *et al.* (2015) em 50 estados norte-americanos e Distrito de Columbia entre 2009-2012 evidenciou uma maior chance tanto com relação a quem referiu ter usado crack na vida (aOR 9,91[IC95%:9,01- 10,89] como nos últimos 12 meses (aOR 9,41 [IC95%:7,21-12,29]) de apresentarem histórico de prisão na vida em relação a pessoas que relataram uso de cocaína em pó na vida (aOR4,27 [IC95%:4,02-4,54) e nos últimos 12 meses (aOR3,97 [IC95%:3,54-4,44) .

Os achados não devem levar a conclusões apressadas de que o efeito do crack em si ou combinado a outras drogas exporia o usuário à prática de delitos *per se*, mas sim a marcada estigmatização desses usuários, sua singularização (mesmo frente aos usuários de outras substâncias) como “pessoas com perfil criminoso”, além de características associadas ao mercado ilícito dessa substância e mesmo a antecedentes psico-sociológicos que fariam com que determinadas pessoas passassem a utilizar regularmente crack, ao invés de substâncias, com efeito, menos pronunciado/objeto de menor estigmatização.

As circunstâncias sociais de uso de crack no Brasil em lugares abertos/públicos, muitas vezes em praças e vias expressas da cidade, a sujeira e a sensação de insegurança

que permeia as cenas abertas de uso, frequentemente associam o usuário de crack a um sujeito potencialmente perigoso e um possível suspeito de cometer crimes (Misse 2010).

No início de 2011, pouco antes de iniciarmos a coleta de dados da Pesquisa Nacional de Uso de Crack, do qual o presente artigo constitui um subestudo, as ações de repressão nas cenas abertas de uso em espaços públicos do Rio de Janeiro, a título de uma suposta oferta de "tratamento" obrigatório, sempre acompanhadas por incursões policiais, se tornaram rotina nas regiões centrais e de maior visibilidade da cidade. Diversas vezes o campo de pesquisa (que ocorreu em paralelo a essas ações) teve de ser interrompido.

Esta maior exposição e visibilidade do usuário de crack perante a justiça criminal e os agentes da segurança pública foi frequentemente relatada por pesquisadores norte-americanos nos anos 1980/90. Segundo Cross *et al.* (2000), nos Estados Unidos a posse, venda e distribuição de crack foi (e, em parte, ainda é) mais severamente punida do que a de outros tipos de drogas, como a cocaína em pó e a heroína. Em 1988, os Estados Unidos alteraram sua legislação anti-drogas, endurecendo as penas para usuários de crack, através de uma sentença mínima obrigatória de 5 anos de reclusão para a simples posse de crack, sendo esta, portanto, a única droga com penalidade mínima associada. Esta tipificação, que a muitos parece arbitrária e abusiva (DPA/Bracy, 2015), vem sendo revista nos EUA, mas trata-se de um processo lento, com impactos a serem analisados no futuro.

De acordo com a legislação estadunidense em vigor em 1988, se um indivíduo possuir quantidade igual ou superior a cinco gramas de pedra (crack/pasta base), ele estaria sujeito à mesma penalidade que se estivesse portando 500g de cocaína em pó, ou seja 5 anos de reclusão, conforme descrito acima (conhecida como pena 100-1). O

endurecimento da pena para usuários de crack estaria baseado no argumento de que o uso do crack estaria mais estreitamente associado a comportamentos criminosos e crimes violentos do que o uso de outros tipos/modalidades de drogas (USSC, 1997; Sabet 2005; Leigey & Bachman, 2007), suposição hoje contestada (DPA, 2015).

Quando a justiça e a saúde se inter-relacionam: Internações em leito AD e detenção

Ter utilizado leito clínico de internação clínica AD se mostrou independente e fortemente associado à detenção (aOR 4,37 [IC95%:1,71-11,6]), ou seja os usuários que utilizaram leitos para tratamento dos problemas relacionados ao uso de drogas tiveram uma chance 4 vezes maior de serem detidos do que usuários que não usaram estes leitos. Uma hipótese a se considerar é que, geralmente, os usuários que são internados em leitos clínicos, o são por complicações advindas do uso abusivo/dependente de drogas e frequentemente são casos mais graves, com maior vulnerabilidade no campo da saúde e da ausência de suporte social. Esta hipótese se mostra pertinente no contexto da estrutura e dinâmica da rede assistencial pública do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana, que conta com pouquíssimos leitos para internação e enfatiza o atendimento ambulatorial. Ou seja, o leito de internação hospitalar AD pode ser considerado um marcador de gravidade dos padrões de consumo, assim sendo o usuário que fez uso de leito, teria, em tese, maiores chances de se expor ao risco de detenção uma vez que interage mais frequentemente com as cenas de tráfico e uso, onde obtém a substância que demanda de forma, possivelmente, mais premente e em maior volume.

Essa premência e volume maior a serem adquiridos estariam, por seu turno, associados a uma possível maior inserção em modos informais e eventualmente ilícitos

de obtenção de recursos e/ou drogas. Estas associações têm sido evidenciadas por estudos psicométricos acerca das propriedades de instrumentos de avaliação de gravidade/severidade do uso, como o ASI-6 (*Addiction Severity Index*), que tem o envolvimento com a justiça criminal como um dos seus eixos de avaliação de gravidade/severidade, com forte associação com os escores síntese (Denis *et al.*, 2013).

Há que considerar também os casos de internação judicial, prática geralmente conhecida como “justiça terapêutica”, ainda que não seja estritamente comparável com seu hipotético equivalente norte-americano, onde existem Cortes especificamente destinadas a essa finalidade, assim como um leque mais diversificado de opções terapêuticas para além da internação (Prendergast & Cartier, 2013). Nestes casos o juiz determina a internação do infrator para o tratamento da dependência química. Segundo relatório do IPEA (2015), alguns juízes procuram oferecer tratamento aos apenados antes mesmo que esses iniciem o cumprimento das penas alternativas, ou ainda sentenciam que o próprio tratamento seja contado como tempo de cumprimento da pena. Conforme o relatório citado acima, algumas centrais de inquéritos já contam com atendimento especializado para as demandas relacionadas às drogas e as que não possuem, frequentemente estabelecem parcerias com a rede pública de atenção psicossocial (CAPSad, por exemplo).

Uma terceira dimensão que não podemos deixar de citar aqui é que, algumas vezes, quando usuários em tratamento, seja em leito hospitalar ou em CAPSad, abre uma crise/surto, e o risco de auto e heteroagressão é real, pode ser necessário acionar as forças de segurança. Como muitos desses serviços ambulatoriais estão inseridos em bairros residenciais, muitas vezes os próprios vizinhos e/ou familiares acabam por acionar estes dispositivos (de forma criteriosa ou não, segundo a avaliação dos

profissionais de saúde). Vale lembrar que todos usuários que relataram ter lançado mão de leito clínico AD (4 usuários), haviam sido detidos.

Raça/cor e prisão

Ser de cor preta se mostrou significativamente associado ao desfecho “prisão”. Entretanto, esta variável não se mostrou significativamente associada ao desfecho “detenção”. Os negros/pretos na população brasileira em geral, e não somente entre aqueles que fazem uso de crack e outras drogas, são historicamente mais frequentemente e desproporcionalmente (frente à sua participação na demografia da sociedade brasileira) encarcerados do que os brancos.

Recente relatório do IPEA (2015) documenta a seletividade penal, no tocante ao viés racial das penas aplicadas no Brasil, que se assemelha aos padrões, evidentemente discriminatórios, do sistema carcerário norte-americano. Dentre os processos criminais com baixa definitiva no ano de 2011 que continham informações sobre raça/cor, 57,6% dos acusados eram negros. Ainda neste levantamento, constatou-se que nas varas criminais onde a prisão é a regra, a maioria dos réus eram negros. Já nos juizados onde a aplicação de penas alternativas prevalece, a maioria dos acusados eram brancos.

Na pesquisa de base domiciliar, coordenada por Ramos e Musumeci (2004), no Rio de Janeiro em junho/julho de 2013 acerca da experiência da população carioca com a abordagem policial, ao se analisar dados referentes a revista corporal nas experiências pessoais de abordagem policial, entre o total de abordados, 55% dos negros relataram

ter sido revistados, em comparação com um relato bem menos frequente de revistas policiais por parte dos entrevistados brancos (32,6%).

Nos Estados Unidos, pesquisas indicam que o cumprimento da penalidade mínima de 5 anos de reclusão por crimes relacionados ao crack tem sido basicamente direcionada aos negros (Blumstein & Jonsson, 2003; Gill, 2008; Hartley & Miller, 2010). Segundo Hartley e Miller (2010), 85% das pessoas às quais esta penalidade foi aplicada, entre 1986 e 1990, nos Estados Unidos, eram negros. Em 2000, o cenário não se mostrava muito diferente: 31% das pessoas que cometeram infrações relacionadas a cocaína em pó e 85% das pessoas que cometeram infrações associadas ao uso de crack eram negros.

Baixa escolaridade

Usuários de crack e similares com baixa escolaridade (de 0 a 7 anos de estudos) tiveram uma chance 1,69 maior de serem detidos em relação aos usuários com 8 anos ou mais de estudo. Diversos estudos internacionais têm evidenciado a associação entre baixa escolaridade, envolvimento criminal e uso de drogas. Em um inquérito (*survey*) domiciliar, com 43.093 residentes com idade igual ou superior a 18 anos, em 50 estados norte-americanos e Distrito de Columbia, EUA, realizado em 2001/2, indivíduos que relataram fazer uso de crack eram mais frequentemente pouco escolarizados (OR 2,24 [IC95%:1,40-3,58]) se comparados a pessoas que relataram uso de cocaína em pó (Vaughn *et al.*, 2010).

Diversos estudos têm evidenciado associação entre evasão escolar e carreira criminal, principalmente entre jovens infratores. Berridge *et al.* (2001) analisaram o

nível educacional e o histórico de prática de crimes entre 343 jovens com idades entre 14 e 16 anos (a maioria com, no máximo, até o segundo grau de escolaridade) que estavam fora do sistema escolar, na Inglaterra e no País de Gales, entre os anos de 1988-1998: 65% desses jovens já haviam sido condenados por prática de crime em algum momento das suas vidas.

Dimensão individual vs. contextual

O estudo não identificou diferenças entre as cenas, quanto a detenção e encarceramento. No entanto, cabe sempre avaliar com cuidado estas possíveis diferenciais com base em modelos multinível, pois tais diferenciais podem ser de natureza composicional (diferentes perfis de usuários dentro das cenas) e/ou estrutural (probabilidade diferencial de detenção/prisão segundo características das cenas, como, por exemplo, estar localizada em lugares centrais, de maior fluxo de pessoas, no "asfalto", ou, alternativamente, em favelas, que podem, por seu turno, ser alvo de mais ou menos frequentes incursões policiais e/ou policiamento regular). Em se tratando de uma população extremamente móvel e cenas altamente dinâmicas, nada garante que os usuários que foram detidos/presos tenham-no sido nas cenas, dias e/ou turnos em que foram recrutados e entrevistados. Esta é uma limitação incontornável do estudo, que não abordou as dimensões contextuais da segurança pública, pois não constituía seu foco de análise.

5. Considerações finais

O estudo evidencia que o a experiência de detenção e prisão dos usuários de crack e similares em cenas abertas, em um contexto urbano, se mostrou associado ao gênero masculino, ao poliuso de drogas, há um tempo mais longo de uso de crack, à história de internação em leito AD e à baixa escolaridade.

Em diversas áreas da saúde e da vida social encontramos evidências desfavoráveis referentes aos homens (se comparados às mulheres de faixa etária e estrato social similar). Via de regra, os homens fazem uso mais frequente de álcool e drogas, têm maior envolvimento criminal, correspondendo à maioria das vítimas e perpetradores de homicídios, além de utilizarem menos os serviços de saúde. Assim faz-se necessário o fortalecimento e o direcionamento de políticas públicas voltadas para o público masculino.

Por outro lado, percebemos o quanto a questão do uso de drogas, especialmente o uso do crack associado a outras drogas, colabora para a exposição a um maior envolvimento com a justiça criminal dos seus usuários. O manejo adequado do uso abusivo/dependente de crack no Brasil demanda a necessidade de expandir programas com atuação comunitária e acesso direto aos usuários, com a retomada dos programas de redução de danos, sintonizados com as novas demandas e necessidades dos usuários, e a expansão dos consultórios na rua/Centro de referência especializado de Assistência Social itinerantes, que possibilitem a vinculação desses sujeitos aos demais serviços da rede de saúde e assistência social.

Diversas pesquisas internacionais têm evidenciado que quando os usuários de drogas são acompanhados de forma continuada pelos serviços de saúde, observa-se uma melhora do seu estado geral, não apenas do quadro de saúde, mas também uma maior

reinserção social e redução das práticas criminais (Hser *et al.*, 1987; Haynes 1998; Gossop *et al.*, 2000; Godfrey 2002; Prendergast *et al.*, 2002).

Cabe debater, dadas as especificidades do nosso contexto cultural, experiências em curso em países da Europa e América do Norte, como a distribuição de *kits* de uso mais seguro do crack, que tem mostrado evidências positivas na redução de agressões e na prática de crimes por parte de usuários canadenses (Ivsins *et al.*, 2011), assim como a implementação de espaços de uso seguro supervisionado, que poderiam contribuir para redução de danos (Fischer *et al.*, 2008).

Salientamos, porém, que a pesquisa, com foco na saúde pública, não procedeu a uma avaliação da atuação das forças de segurança nas cenas de uso de crack, não sendo possível portanto, afirmar que a experiência de detenção e prisão seja fruto de uma atuação diferencial das forças de segurança. No contexto brasileiro, assim como no internacional, a depender da política de segurança de cada sociedade, é fundamental dialogar com as forças de segurança, polícia e a guarda municipal, no sentido de encontrar alternativas para lidar com os problemas urbanos, dentre eles a prática de delitos associados ou não ao consumo de drogas nas grandes cidades.

Intervenções sociais que ampliem o acesso a uma educação de qualidade, com propostas educacionais que apresentem uma linguagem adequada à atual geração de jovens em nosso país, cada vez mais conectados, com o objetivo de mante-los nas escolas, oferecendo-lhes suporte social e respeito à diversidade, se mostram essenciais para reverter situações de discriminação, evasão e eventual expulsão, por fazerem uso de drogas e/ou pertencerem a minorias/residirem em comunidades pobres. Ações de

prevenção às drogas na infância e adolescência que vão ao encontro das necessidades e utilizam a linguagem dos jovens também se fazem necessárias.

6. Referências

1. Varanda W, Adorno RCF. Urbans discarded: discussing the homeless population complexity and the challenge for public health policies. *Saude Soc.* 2004;13(1): 56-69.
2. Raupp L, Adorno RCF. Crack usage circuits in the downtown area of the city of São Paulo (SP, Brazil). *Ciênc. Saúde. colet.* 2011; 16(5):2613-2622.
3. Rui T. Nas tramas do crack: Etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome; 2015.
4. Santos MFS, Acioli Neto ML, Sousa YSO. Social representations about crack in the Pernambuco press. *Estud. psicol.* 2012; 29 (3): 379-386.
5. Roso A, Romanini M, Macedo FS, Angonese M, Monaiar AB, Bianchini MP. Discourses about crack in the printed mass media. *Estud. psicol.* 2013; 30(3): 455-465.
6. Medeiros R. Social construction of drugs and crack and the institutional responses and therapeutic approaches. *Saude Soc.* 2014; 23(1):105-117.

7. Mello JMP. Assessing the Crack Hypothesis using Data from a Crime Wave: the Case of São Paulo. 2011, p.27. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td586.pdf>
8. Fischer B, Monga N, Manzoni P. Differences between co-users of cocaine and crack among Canadian illicit opioid users. *Sucht*. 2005; 51(4): 217–224.
9. Cruz MS, Andrade T, Bastos FI, Leal E, Bertoni N, Lipman L, Burnett C, Fischer B. Patterns, determinants and barriers of health and social service utilization among young urban crack users in Brazil. *BMC Health Serv Res*. 2013; 13(536):1-12.
10. Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisa Nacional sobre uso de crack. 2014. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ; 2014.
11. Page JB, Singer M. *Comprehending Drug Use: Ethnographic Research at the Social Margins (Studies in Medical Anthropology)*. Estados Unidos: Rutgers University Press; 2010.
12. De Beck K, Shannon K, Wood E, Li K, Montaner J, Kerr T. Income generating activities of people who inject drugs. *Drug Alcohol Depend*. 2007; 2(91): 50–56.
13. Burr A. Chasing the dragon: Heroin misuse, delinquency and crime in the context of south London. *Brit. J Criminol*. 1987; 27(4): 333–357.
14. Seddon T. Drugs, crime and social exclusion: Social Context and Social Theory in British Drugs–Crime Research. *Brit. J Criminol*. 2006; 46(4): 680–703.

15. Goldstein PJ. The Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework. *Journal of Drug Issues*.1985; 39:143-174.
16. Hall W, Bellband J, Carless J. Crime and drug use among applicants for methadone maintenance. *Drug Alcohol Depend*.1993; 31(2):123-129.
17. Best D, Sidwel C, Gossop M, Harri J, Strang J. Crime and Expenditure amongst Polydrug Misusers Seeking Treatment: The Connection between Prescribed Methadone and Crack Use, and Criminal Involvement. *Br J Criminol*. 2001; 41 (1):119-126.
18. Karon JM, Wejnert C. Statistical Methods for the Analysis of Time–Location Sampling Data. *J Urban Health*. 2012;89 (3):565-86
19. Tourangeau R, Yan T. Sensitive questions in surveys. *Psychol Bull*. 2007; 133(5):859-83
20. Kokkevi A, Liappas J, Boukouvala V, Alevizou V, Anastassopoulou E, Stefanis C. Criminality in a sample of drug abusers in Greece. *Drug Alcohol Depend*. 1993; 31(2):111-2.
21. Cross JC, Johnson BD, Davis WR, Liberty HJ. Supporting the habit: income generation activities of frequent crack users compared with frequent users of other hard drugs. *Drug Alcohol Depend*. 2001; 64(2): 191–201.
22. Lemgruber J, Fernandes M. Impacto da assistência jurídica a presos provisórios um experimento na cidade do rio de janeiro. 2011. Disponível em:

<https://redejusticacriminal.files.wordpress.com/2013/07/cesec-arp-impacto-da-assistencia-juridica-a-presos-provisorios-2012.pdf>

23. Instituto Sou da Paz. Relatório de pesquisa. Prisões em Flagrante na cidade de São Paulo. 2012. Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/justica_prisoeflagrante_pesquisa_web.pdf

24. Palamar JJ, Davies Shelby, Ompad DC, Cleland CM, Weitzman M. Powder cocaine and crack use in the United States: An examination of risk for arrest and socioeconomic disparities in use. *Drug Alcohol Depend.* 2015; 149: 108–116.

25. Fong Y, Rue H, Wakefield J. Bayesian inference for generalized linear mixed models. *Biostatistics.* 2010; 11(3): 397–412.

26. Gelman A, Pittau MG, Su Y-S. A weakly informative default prior distribution for logistic and other regression models. *Ann Appl Stat.* 2008; 2(4): 1360–1383.

27. Rue H, Martino S, Chopin N. Approximate Bayesian inference for latent Gaussian models by using integrated nested Laplace approximation. *J R Statist Soc.* 2009; 71(2): 319–392.

28. R Core Team (2014). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <http://www.R-project.org/>.

29. Fischer B, Rehm J, Patra J, Kalousek K, Haydon E, Tyndall M, El-Guebaly N. Crack across Canada: comparing crack users and crack non-users in a Canadian multi-city cohort of illicit opioid users. *Addiction.* 2006; 101(12):1760–1770.

30. Fonseca E, Nunn A, Souza PB, Bastos FI, Ribeiro JM. Descentralização, AIDS e Redução de Danos: um estudo de caso do Rio de Janeiro. *Cad Saude Publica*. 2007; 23 (9): 2134-2144.
31. Inglez-Dias A, Ribeiro JM, Bastos FI, Page K. Políticas de redução de danos no Brasil contribuições de um programa norte-americano. *Ciênc. saúde coletiva*. 2014; 19 (1):147-158.
32. Shoptaw S, Montgomery B, Williams CT, El-Bassel N, Aramrattana A, Metsch L, Metzger DS, Kuo I, Bastos FI, Strathdee SA. Not just the needle: the state of HIV-prevention science among substance users and future directions. *J Acquir Immune Defic Syndr*. 2013; 63 (Suppl 2):174-8.
- 3.3 Bastos FI, Veloso Filho CL. Critical remarks on strategies aiming to reduce drug related harm: substance misuse and HIV/AIDS in a world in turmoil. *Rev Bras Epidemiol*. 2015; 120-130.
34. Boiteux L. Tráfico e constituição: um estudo sobre a atuação da justiça criminal do Rio de Janeiro e de Brasília no crime de tráfico de drogas. *Rev. Jur*. 2009; 11(94):1-29.
35. Hser YI, Anglin MD, McGlothlin W. Sex differences in addict careers. Initiation of use. *Am J Drug Alcohol Abuse*. 1987; 13(1-2): 33-57.

36. Anglin MD, Hser YI, Booth MW. Sex differences in addict careers. *Treatment. Am J Drug Alcohol Abuse*. 1987; 13(3): 253–280.
37. Dudish SA, Hatsukami DK. Gender differences in crack users who are research volunteers. *Drug Alcohol Depend*. 1996; 42(1):55-63.
38. Leigey ME, Bachman R. The Influence of Crack Cocaine on the Likelihood of Incarceration for a Violent Offense: An Examination of a Prison Sample. *Crim Justice Policy Rev*. 2007; 18 (4): 335-352.
39. Bennett T, Holloway K. The association between multiple drug misuse and crime. *Int J Offender Ther Comp Criminol*. 2005; 49(1): 63–81.
40. Hayhurst KP, Jones A, Millar T, Pierce M, Davies L, Weston S, Donmall M. Drug spend and acquisitive offending by substance misusers. *Drug Alcohol Depend*. 2013; 130(1-3):24-9.
41. De La Rosa M, Lambert E, Gropper B. *Drugs and Violence. Causes, Correlates, and Consequences*. Washington, D. C: USGPO; 1990.
42. Vaughn MG, Fu Q, Perron BE, Bohnert ASB, Howard MO. Is Crack Cocaine Use Associated with Greater Violence than Powdered Cocaine Use? Results from a National Sample. *Am J Drug Alcohol Abuse*. 2010; 36(4):181–186.
43. Misse M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*. 2010; 79:15-38.

44. Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP). 2010. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop>

45. Drug Policy Alliance (DPA). Crack vs. Cocaine: Here's The Real Difference. Disponível em: http://www.attn.com/stories/2643/crack-vs-cocaine?utm_source=drugpolicyalliance&utm_medium=syndicatedpost&utm_campaign=attndpacampaign.

46. United States Sentencing Commission. Cocaine and federal sentencing policy: Special report to the Congress. Washington, DC: Government Printing Office. (1997).

47. Sabet KA. Making it happen: The case for compromise in the federal cocaine law debate. Soc Policy Admin. 2005; 39(2):181–191.

48. Denis CM, Cacciola JS, Alterman AI. Addiction Severity Index (ASI) summary scores: comparison of the Recent Status Scores of the ASI-6 and the Composite Scores of the ASI-5. J Subst Abuse Treat. 2013;45(5):444-50.

49. Prendergast ML, Cartier JJ. Screening, brief intervention, and referral to treatment (SBIRT) for offenders: protocol for a pragmatic randomized trial. Addict Sci Clin Pract. 2013; 23(8).

50. Instituto de pesquisa econômica aplicada. A Aplicação de Penas e Medidas Alternativas. Relatório de Pesquisa. 2015. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24862

51. Ramos S, Musumeci L. "Elemento suspeito". Abordagem policial e discriminação na cidade do rio de janeiro. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Boletim segurança e cidadania. Ano 03/nº 08 - dezembro de 2004. Disponível em: http://www.ucamcese.com.br/wordpress/wp-content/files_mf/boletim08.pdf
52. Blumstein A, Jonsson JE. The notorious 100:1 crack: Powder disparity – the data tell us that is time to restore the balance. *Federal Sentencing Reporter*. 2003; (16)87-92.
53. Gill MM. Correcting course: Lessons from the 1970 repeal of mandatory minimums. *Federal Sentencing Reporter*. 2008; (21):55-68.
54. Hartley RD, Miller JM. Crack-ing the media myth: Reconsidering sentencing severity for cocaine offenders by drug type. *Crim Justice Rev*. 2010; 35: 67-89.
55. Berridge D, Brodie I, Pitts J, Porteous D, Tarling R. The independent effects of permanent exclusion from school on the offending careers of young people. Disponível em: <http://troublesofyouth.pbworks.com/f/occ71-exclusion.pdf>
56. Haynes P. Drug Using Offenders in South London Trends and Outcomes. *J Subst Abuse Treat*.1998; 15(5): 449–456.
57. Gossop M, Marsden J, Stewart D, Rolfe A. Reductions in acquisitive crime and drug use after treatment of addiction problems: 1-year follow-up outcomes. *Drug Alcohol Depend*. 2000; 58(1-2):165–172.

58. Godfrey C, Eaton G, McDougall C, Culyer A. The economic and social costs of Class A drug use in England and Wales, 2000. Home Office Research, Development and Statistics Directorate. July 2002.
59. Prendergast ML, Podus D, Chang E, Urada D. The effectiveness of drug abuse treatment: a meta-analysis of comparison group studies. *Drug Alcohol Depend.* 2002; 67(1):53–72.
60. Ivsins A, Roth E, Nakamura N, Kraiden M, Fischer B. Uptake, benefits of and barriers to safer crack use kit (SCUK) distribution programmes in Victoria, Canada a qualitative exploration. *Int J Drug Policy.* 2011; 22 (4):292-300.
61. Fischer B, Kendall P, Allard C. The case for a supervised drug consumption site trial in Victoria, British Columbia. *BC Medical Journal.* 2008; 50 (3):130-131.

Apêndice on line A

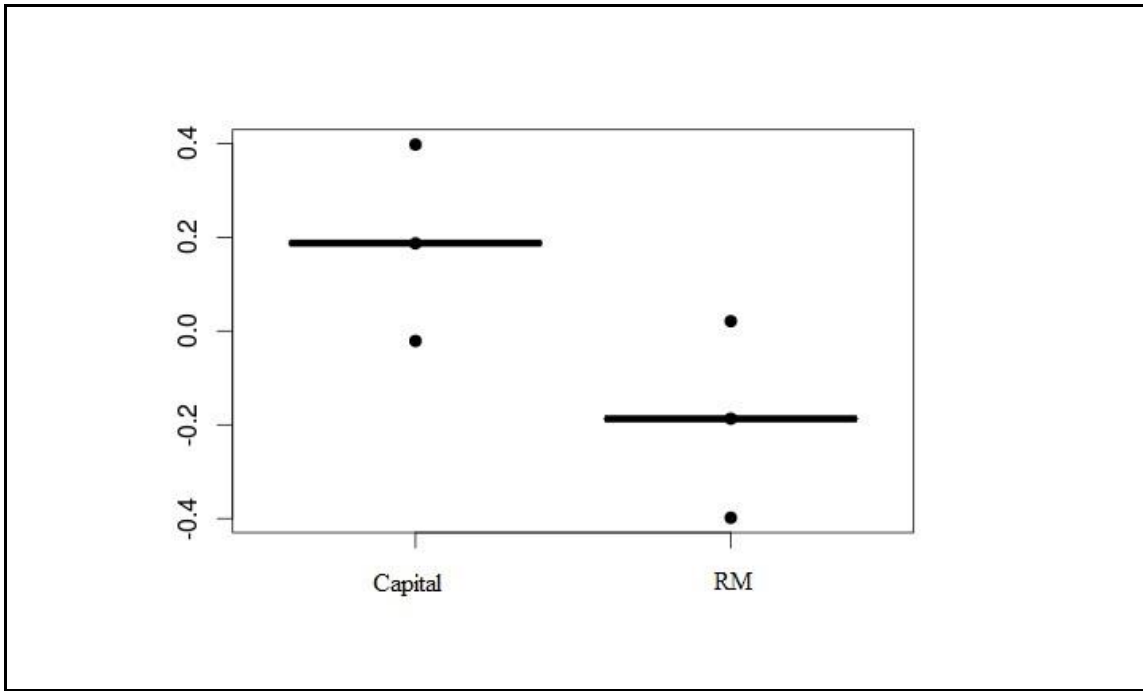


Figura on line 1: Efeitos aleatórios dos estratos capital e região metropolitana no modelo com desfecho detenção

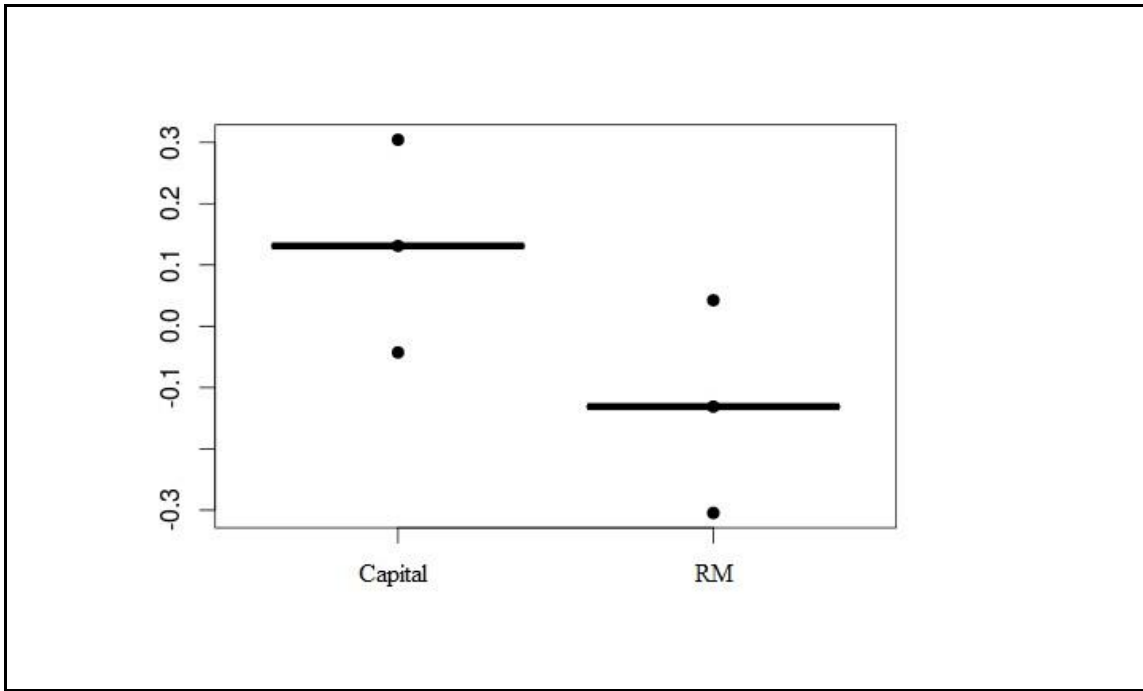


Figura on line 2: Efeitos aleatórios dos estratos capital e região metropolitana no modelo com desfecho prisão

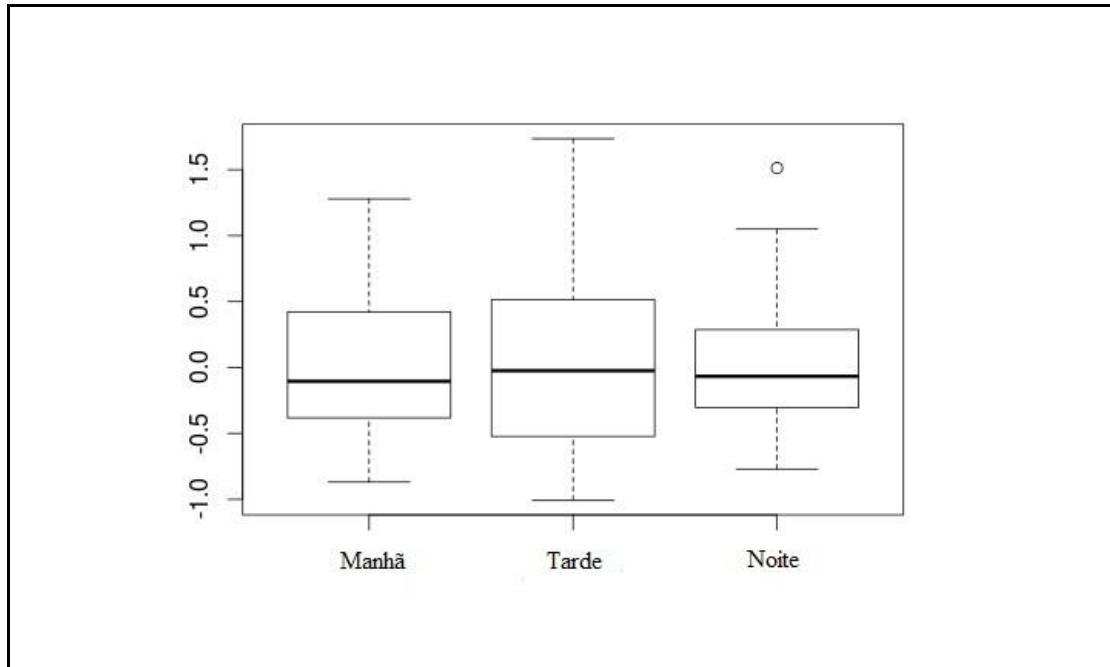


Figura on line 3: Média *a posteriori* dos efeitos aleatórios dos conglomerados cena/dia/turno, segundo turno, no modelo com desfecho detenção

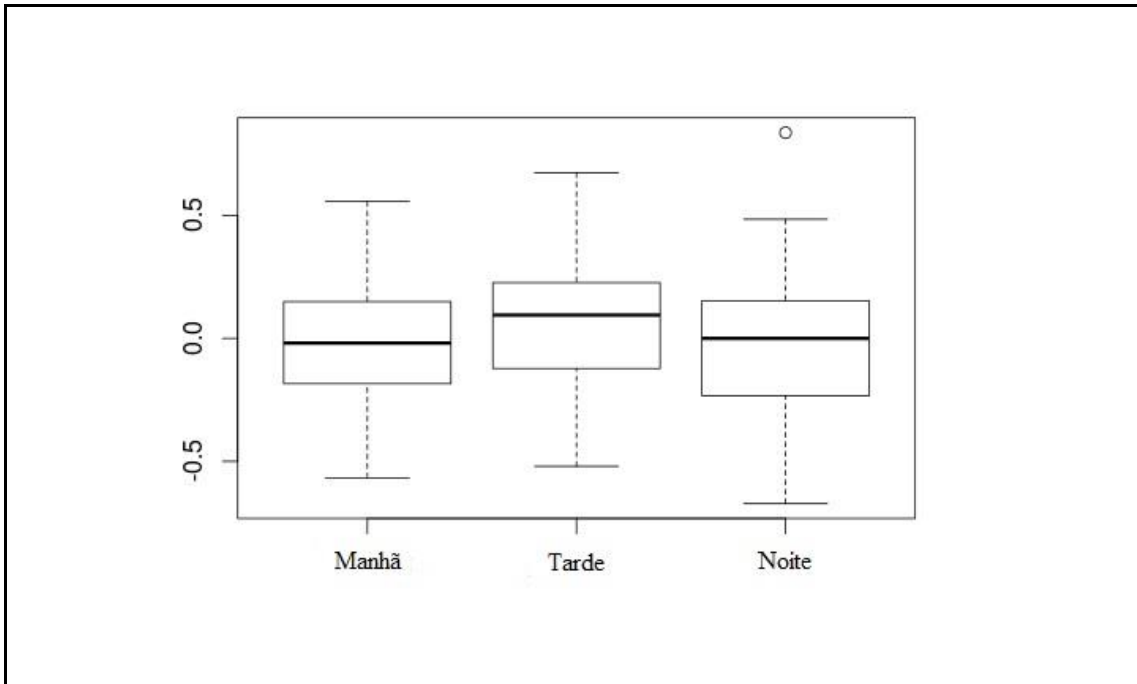


Figura on line 4: Média *a posteriori* dos efeitos aleatórios dos conglomerados cena/dia/turno, segundo turno, no modelo com desfecho prisão

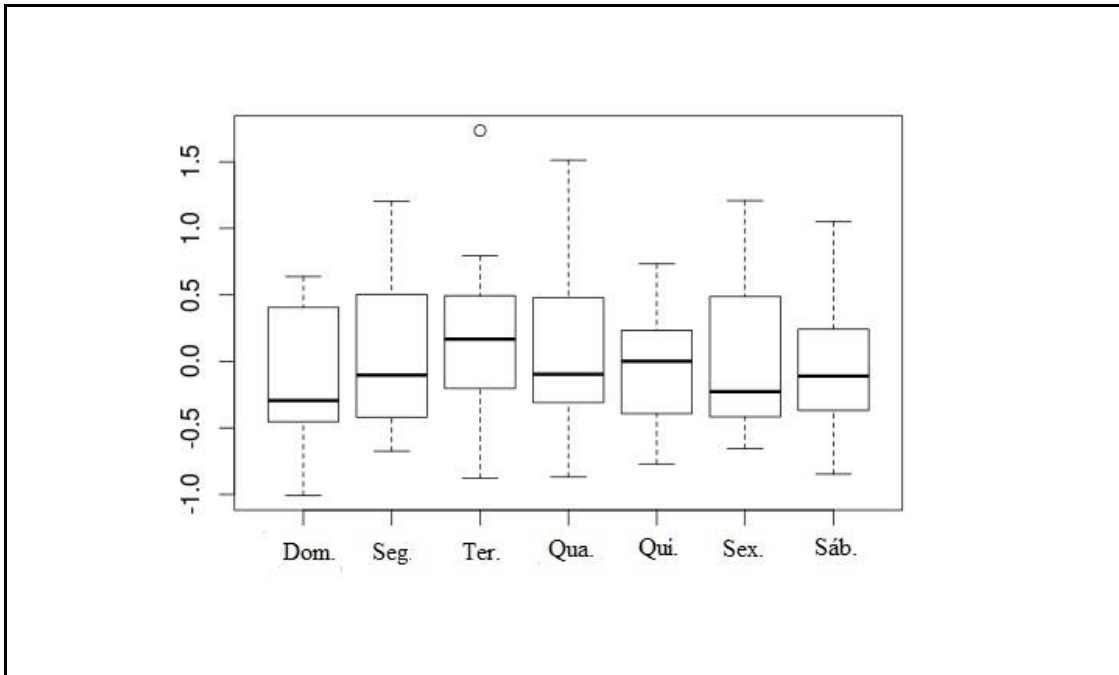


Figura on line 5. Média *a posteriori* dos efeitos aleatórios dos conglomerados cena/dia/turno, segundo dia da semana, no modelo de detenção

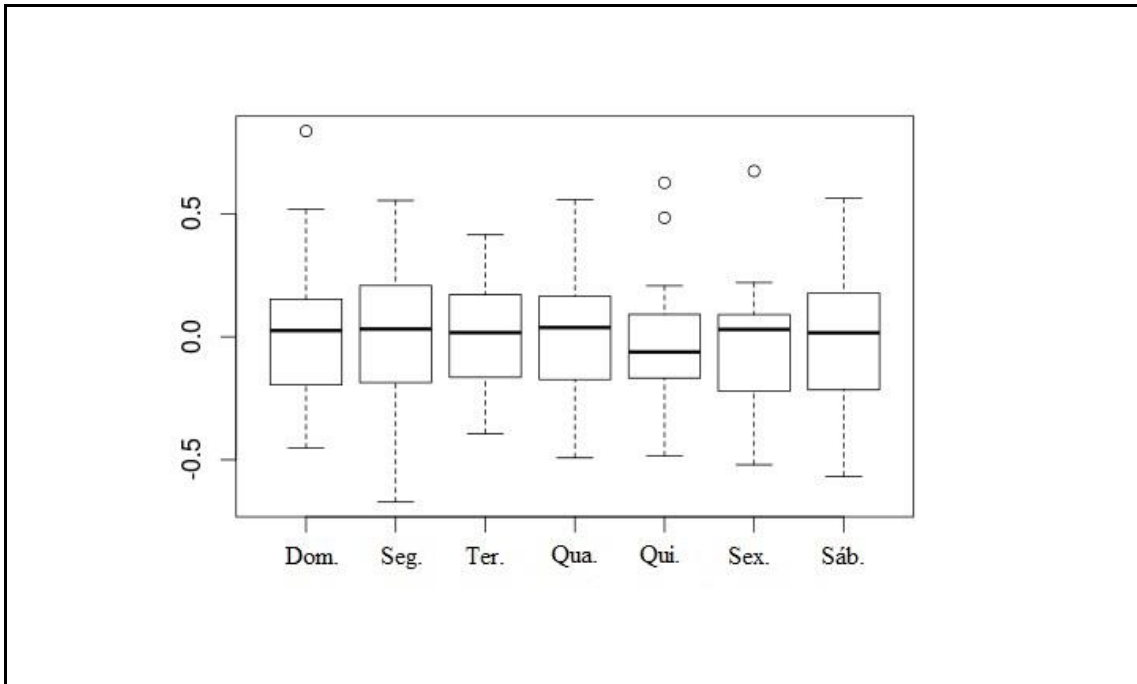


Figura on line 6: Média *a posteriori* dos efeitos aleatórios dos conglomerados cena/dia/turno, segundo dia da semana, no modelo de prisão

Tabela on line 1: Precisões *a posteriori*, dos efeitos aleatórios dos estratos e conglomerados, para os modelos com desfecho detenção e prisão, respectivamente

	Média	IC95%
Precisão para Capital/RM	0,32	(0,02 - 1,19)
Precisão para <i>tls</i>	1,26	(0,73 - 2,02)
Precisão para Capital/RM	0,30	(0,02 - 1,10)
Precisão para <i>tls</i>	2,75	(1,66 - 4,28)

Tabela *on line* 2: Deviance Information Criterion (D.I.C)

	Detenção	Prisão
Cena/dia/turno	1093.4	1214.7
Cena + Dia/turno	1135.7	1230.5
Cena+dia+turno	1134.0	1230.2

3.2. Artigo 2: Territorialidades: explorando a possível associação entre uso de crack em cenas abertas e crimes contra propriedade¹⁴

Lidiane Toledo¹, Ignácio Cano², Leonardo Bastos³, Francisco Inácio Bastos^{4*}

¹ Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca ENSP/FIOCRUZ. Programa de Epidemiologia em Saúde Pública.

² Laboratório de Análise da Violência. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

³ Programa de Programação Científica PROCC/ FIOCRUZ.

⁴ Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde ICICT/FIOCRUZ.

*Autor para correspondência: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Biblioteca de Manguinhos #229 Av. Brasil 4365 Rio de Janeiro 21045-900

Brazil. Email: francisco.inacio.bastos@hotmail.com

Conflito de interesse: Não há conflitos de interesse.

Declaração de submissão exclusiva: Declaramos para os devidos fins que este artigo não foi submetido à outra revista.

Sugestão de submissão: *Health and Place*

¹⁴ A ser submetido à revista *Health and Place*

Resumo

Nos meios de comunicação e redes informais de interação, as cenas abertas de uso de *crack* são, quase invariavelmente, relacionadas à ocorrência de crimes em seu entorno, especialmente, crimes contra propriedade, como roubos e furtos. Porém, a associação empírica entre cenas abertas de uso e a ocorrência de crimes em seu entorno tem sido pouco explorada. Neste artigo, buscamos avaliar a possível associação entre um conjunto de cenas abertas de uso de crack e a ocorrência de crimes contra propriedade em seu entorno, no município do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 2011 a outubro de 2012. Utilizamos o georreferenciamento para identificação das cenas e dos crimes registrados em seu entorno para geração de um banco de dados relacional. A associação entre as cenas abertas de uso e a ocorrência dos crimes foi testada por meio de um modelo de regressão linear múltipla, considerando dois momentos no tempo: o momento 1, referente à identificação das cenas nos territórios estudados, e o momento 2, quando algumas das cenas anteriormente identificadas não permaneceram no território previamente mapeado. Sendo que foi analisada a interação entre a permanência ou não da cena no momento 2; e a interação entre a permanência ou não da cena no momento 2, segundo localização da cena em favela ou asfalto.

Este estudo evidenciou associação entre a presença de cenas abertas de uso de crack e crimes contra propriedade, numa área de 300 metros ao redor das cenas. Observou-se diferença significativa na média de crimes contra propriedade entre as cenas que permaneceram no momento dois (M2) e que estavam “localizadas” em favelas (comunidades pobres), em relação às que estavam presentes no “asfalto” (localidades dotadas de infraestrutura básica da cidade). As cenas na favela

apresentaram, em média, menos crimes que as do asfalto. Essa constatação sugere que o consumo de crack em cenas abertas nessas duas áreas constitui, antes de tudo, uma questão de ordem e gestão pública do espaço urbano. Acredita-se que estratégias inovadoras da gestão do espaço público, aliadas a estratégias de redução de danos, são esforços necessários para melhorar a qualidade de vida de indivíduos e comunidades.

Palavras-chave: Cenas abertas de uso de drogas; Uso de crack; Crimes contra propriedade; Rio de Janeiro, Brasil

1. Introdução

As cenas abertas de uso de drogas ilícitas constituem uma questão de grande relevância urbana, social e de saúde em diversas cidades ao redor do mundo (Weisburd & Mazerolle 2000; Cusick & Kimber, 2007; Frúgoli Junior & Cavalcanti, 2013; Wall *et al.*, 2014; Moreira *et al.*, 2015). O crack, particularmente, tornou-se uma droga bastante popular nessas cenas (Fischer *et al.*, 2006; Debeck *et al.*, 2009; Werb *et al.*, 2010).

Para alguns autores, como Inciardi *et al.* (1987) e Wall *et al.* (2014), uma cena aberta de uso drogas constitui-se enquanto tal quando usuários se reúnem em um espaço aberto/público para usar drogas com a presença concomitante do tráfico (em escalas bastante variadas, que vão do pequeno local, às transações comerciais de maior envergadura inseridas mais fortemente nas redes ilícitas de venda e distribuição). Wall *et al.* (2014) detalham que as cenas abertas de uso de drogas variam substancialmente quanto à sua visibilidade, tamanho e localização, podendo ser categorizadas como públicas e concentradas (como, no exemplo brasileiro, da cena de grande porte e densidade da região da Luz, de São Paulo; ver: Rui, 2014), públicas e dispersas (como pode ser observado em municípios de médio e pequeno porte) e escondidas/de difícil acesso (em prédios públicos abandonados, etc.)¹⁵ (Bastos 2014).

¹⁵ Sobre mapeamento e tipos de cenas de uso no Brasil, ver: <http://dssbr.org/site/entrevistas/crack-as-cenas-do-crack-o-ajuste-de-politicas-ligadas-a-droga-e-o-reconhecimento-das-diferencas-entre-as-regioes-na-visao-dos-pesquisadores/>

O uso de crack em espaços de menor visibilidade social é comumente relatado em municípios de médio e pequeno porte, mas não deixa de acontecer nas grandes cidades brasileiras, conforme mostra o trabalho de Jorge *et al.* (2013), ao descreverem os locais de uso de crack frequentados por usuários de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) do município do Fortaleza. Segundo os autores, é possível identificar que o uso de crack tem lugar na própria casa ou na de amigos, parentes e há também relatos sobre locais como quintais, terrenos baldios, casas abandonadas, matagais.

No Brasil, a entrada do crack nas cenas abertas de uso ganha destaque principalmente no que tange às grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Especialmente através dos meios de comunicação e redes sociais eletrônicas, na medida em que os espaços públicos como praças, calçadas, linhas de trem, dentre outros são ocupados por uma grande quantidade de pessoas aglomeradas em torno de sua venda e consumo (Oliveira e Nappo, 2008; Frúgoli Jr e Spaggiari, 2010; Frúgoli Jr e Cavalcanti 2013; Moreira *et al.*, 2015).

Uma característica comum do uso de crack, tanto em espaços públicos como em locais mais fechados, refere-se ao modo de uso, uma vez que ocorre predominantemente em *binge* (Moreira *et al.*, 2014; Krawczyk *et al.*, 2015), o que está associado à fissura pela droga, sua absorção muito rápida e efeitos evanescentes, embora pesquisas documentem o uso de crack de forma controlada, ou seja, a mediação via psiquismo/comportamento humano e elementos contextuais (por exemplo, redes de socialização e mediação) de efeitos farmacológicos complexos (Frúgoli & Spaggiari, 2010; Dias *et al.*, 2011). O trabalho, hoje clássico, de Howard Becker permite

compreender padrões de uso de substâncias no contexto de processos de aprendizagem social (Becker, 1997 [1963]).

O *binge* se configura como um padrão de consumo intenso, contínuo e repetido (Siegel 1982), sendo associado à prática de crimes como roubos e furtos por diversos autores (Oliveira & Nappo, 2008; Chaves *et al.*, 2011; Moreira *et al.*, 2014), além dos óbvios danos e riscos no âmbito da saúde (ver, por exemplo, definições referentes ao consumo em *binge* do álcool em: <http://www.cdc.gov/alcohol/fact-sheets/alcohol-use.htm>).

A hipótese de alguns autores, como Oliveira & Nappo (2008) e Chaves *et al.* (2011), é que a prática de roubos e furtos aconteceria no contexto da necessidade de levantar recursos para manutenção do hábito de consumo; na ausência de outras formas de obtenção da droga, como fornecimento por parte dos amigos, permuta por bens/objetos, ou troca de crack por sexo e vice-versa (Oliveira & Nappo, 2008; Chaves *et al.*, 2011; Moreira *et al.*, 2014).

É importante ressaltar também que uso do crack sob a forma de *binge* pode ter como consequência relatos frequentes de mal-estar, exaustão e até mesmo convulsões. Esse tipo de consequência acaba levando o usuário a ter menos cuidado com necessidades básicas da vida (como comer e dormir, higiene física e bucal), pode resultar em comprometimento da sua saúde (como perda acentuada de peso, perda dentária) e quadros de paranóia, em geral de conteúdo persecutório (Raupp & Adorno 2011; Veloso Filho 2013; Marques *et al.*, 2015).

Raupp e Adorno (2011), em etnografia realizada na cena de uso da região da Luz, em São Paulo, descrevem o espaço como um lugar abandonado pelo Estado e por grande parte da população.

Assim como o cenário de abandono documentado por Raupp e Adorno (2011) em São Paulo, Veloso Filho (2013), no município do Rio de Janeiro, identificou que, a despeito da presença de muito lixo nas cenas abertas de crack, em somente 33% delas havia algum serviço de coleta de lixo e limpeza de rua. Além disso, tanto no trabalho de Raupp e Adorno (2011) como no de Veloso Filho (2013), identificam-se situações comuns aos dois municípios, tal qual a utilização e descarte de material improvisado para o fumo da pedra (antenas de televisão, lâmpadas quebradas, etc.).

Diferentemente da cidade de São Paulo, cuja principal cena aberta de uso tem grande densidade e magnitude e está localizada na região central da cidade, no Rio de Janeiro as cenas são mais dispersas (Krawczyk *et al.*, 2015), uma vez que a maioria está visivelmente localizada na entrada de comunidades ou contíguas às linhas de trem que interconectam os subúrbios da zona da Leopoldina (Norte), zona Oeste e Baixada Fluminense (Região Metropolitana). Frugoli Júnior & Cavalcanti (2013) descrevem as cenas localizadas em uma favela do Rio de Janeiro, como um local onde a presença de lixo e animais, como porcos e galinhas, se misturam a pequenas cabanas improvisadas para moradia dos usuários, evidenciando a precariedade das condições de vida dessas pessoas.

Posto isto, a concepção da cena de uso de *crack* como um local onde a prática de ilicitudes, como roubos, tráfico de drogas e receptação de objetos roubados também ocorre, fomenta a sensação de insegurança e violência percebida pelos transeuntes e comerciantes locais. Estes, por sua vez, quase invariavelmente demandam e cobram respostas por parte do Estado que, em geral, tende a repressão do consumo e do pequeno tráfico.

Contudo, as ações repressivas das forças de segurança e ordem pública, com intuito de banir os usuários de crack dos espaços públicos, têm-se mostrado muito pouco efetivas, já que resultam na dispersão dos usuários pelos territórios adjacentes (Frúgoli & Spaggiari, 2010; Raupp & Adorno, 2010, Gomes & Adorno 2011; DeBeck *et al.*, 2011) e possuem pouco ou nenhum impacto sobre a dinâmica e operação do grande tráfico (ver, por exemplo, a análise do mercado ilícito de drogas no capítulo 5 da obra coletiva de Babor *et al.*, 2010).

Frúgoli Júnior & Cavalcanti (2013) discutem que, em São Paulo, as ações repressivas por parte dos policiais levam os usuários de crack a sair rapidamente das calçadas, migrando para locais próximos, mas voltando quase que imediatamente para o mesmo local de onde saíram, assim que cessam as ações. No Rio de Janeiro, a situação se mostra mais complexa, pois as ações de repressão que ocorreram de forma intensa, entre os anos de 2010 e 2012, levaram a um espalhamento maior dos usuários pela cidade, principalmente pelo fácil acesso dos usuários ao transporte ferroviário, em razão da localização das cenas próximas as linhas de trem, e à estrutura de “colcha de retalhos” da cidade, na qual comunidades faveladas de grandes dimensões e densidade

são absolutamente contíguas a bairros de classe média (por exemplo, complexo de comunidades de Manguinhos e Maré e o bairro de Bonsucesso).

A interação, quase sempre conflituosa, de usuários de crack em cenas abertas de uso com o sistema de justiça criminal e os operadores da ordem pública têm sido descrita em alguns estudos (Fisher *et al.*, 2006; DeBeck *et al.*, 2011; Persaud *et al.*, 2013; Ti *et al.*, 2012; Ti *et al.*, 2013). DeBeck *et al.* (2011), ao buscarem identificar fatores associados ao uso de crack em cenas abertas de uso em Vancouver (Canadá), entre novembro de 2008 e junho de 2009, constataram que os usuários de crack presentes nessas cenas apresentavam maiores chances de adotar um padrão de uso diário, intenso (aOR 2,17 [IC95% 1,49-3,14]) e de serem abordados por um policial (aOR 1,69 [IC95% 1,07-2,68) se comparados a usuários de drogas ilícitas, que não faziam uso de crack.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo verificar a possível associação entre a presença/ausência de cenas abertas de uso de crack e a ocorrência de crimes contra propriedade em seu entorno, no município do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 2011 a outubro de 2012.

2. Metodologia

Desenho do estudo e fonte de dados

Trata-se de um estudo que analisa, de forma pareada, em dois momentos do tempo (mapeamento e visita), um conjunto selecionado de cenas e registros de ocorrência criminal no município do Rio de Janeiro. Os dados sobre as cenas abertas de uso de crack foram obtidos junto à Fundação Oswaldo Cruz, com os gestores do banco de dados da Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack (FIOCRUZ, 2014).

Os dados referentes aos registros criminais de ameaça, furtos (celular, transeunte, a estabelecimento comercial, estabelecimento de ensino, no interior de coletivos, condomínios, veículos, residências), lesões corporais dolosas, roubos (a transeuntes e roubo a celular) e violência doméstica¹⁶ foram obtidos junto ao Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão público responsável pela entrada e gerência de dados e tabulação das estatísticas criminais do Estado do Rio de Janeiro.

A escolha desses crimes justifica-se pois os motivos mais comuns de detenção dos usuários de crack e similares do Brasil, segundo a Pesquisa Nacional sobre uso de Crack (Fiocruz, 2014) foram: 20,40% (IC95%:17,08-24,17) por assalto/roubo; 19,43%

¹⁶ Devido ao relato frequente (empírico e da literatura especializada) de a violência doméstica ter associação mais frequente com o uso de álcool do que com o uso de crack, além do fato desta ocorrer, por definição, no âmbito privado (ou seja, com raríssimas exceções, como agressão ocorrida num domicílio que extravasa para o espaço comum de uma vila ou conjunto de casas/barracos, por não se tratar de ocorrência em cenas abertas), pretendíamos usar esta variável como controle no modelo (Gerbara *et al.*, 2015).

(IC95%: 16,25-23,06) por furtos e 13,95% (IC95%: 10,59-18,16) por agressões e brigas.

Para os propósitos do estudo, foi considerada “cena aberta de uso de crack” qualquer local público/aberto onde se concentrassem no mínimo três pessoas para fazer uso de *crack* e/ou similares. Para além das informações sobre localização, foram coletados dados sobre a frequência dos usuários nas cenas nos diferentes turnos (matutino, vespertino e noturno) e o número de usuários presentes em cada um desses turnos e por dia da semana.

O banco de dados referente à ocorrência dos crimes no entorno das cenas abertas de uso de crack foi construído com informações colhidas em dois momentos diferentes do tempo, detalhados a seguir:

- *Momento 1* (M1): Referente à criação de um cadastro com endereços das cenas (mapeamento);
- *Momento 2* (M2): Referente à visitação.

A seguir, detalharemos os procedimentos de coleta de dados das cenas nos dois momentos.

Primeiramente, foi realizado o mapeamento territorial para elaboração do cadastro de cenas abertas de uso de *crack*. O mapeamento foi executado por meio da busca ativa e relatos colhidos com informantes-chave nos bairros/comunidades, junto às instituições de atenção a dependentes químicos (ONGs, comunidades terapêuticas, igrejas), órgãos públicos (Saúde, assistência social, segurança pública, subprefeituras) e no contexto de fóruns (em saúde mental, sobre população em situação de rua, etc.). Ao todo, foram mapeadas 195 cenas abertas de uso de *crack* no município do Rio de

Janeiro. Esta etapa ocorreu entre os meses de janeiro e abril de 2011, sendo definida, para fins do presente trabalho, como momento 1 (M1).

A partir do cadastro base das 195 cenas mapeadas, a coordenação da Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack procedeu a seleção amostral das cenas, dias e turnos que deveriam ser visitados para realização do inquérito epidemiológico com os usuários de crack¹⁷. Ao todo, foram selecionadas 106 cenas, que correspondem a 218 cenas-dia-turno para visita, no município do Rio de Janeiro.

Uma vez selecionadas as cenas, os dias e os turnos a serem visitados, procedemos às atividades de campo, que consistiam em: 1) ida ao endereço da cena selecionada com finalidade de verificar a veracidade das informações cadastradas, ou seja, se realmente tratava-se de um local de consumo, aberto e coletivo, de crack; 2) Observação da cena de uso, com duração de cerca de 30 minutos a uma hora de permanência no local.

Ao final do período de observação, eram anotados em caderno de campo e planilhas de coleta, informações sobre a visita, com descrição detalhada daquilo que ocorrera no campo. O **Quadro 1** mostra a síntese dos resultados das visitas de campo. Às cenas que permaneceram, ou seja, verificadas enquanto tais ao final da visita, foram atribuídos os códigos 1,3,5,31,41,43. Àquelas que não permaneceram, ou seja, não verificadas enquanto tais ao final da visita, foram atribuídos os códigos 6,11,13,21,23.

¹⁷ Ver detalhes da seleção das cenas, dias e turnos, que correspondem ao método de amostragem *Time Location Sampling* (TLS) no capítulo 2, páginas 23 a 30, do livro da Pesquisa Nacional Sobre Uso de Crack, disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/content/livro-digital-da-pesquisa-nacional-sobre-o-uso-de-crack-%C3%A9-lan%C3%A7ado>

Quadro 1. Síntese dos resultados da visita de campo da pesquisa nacional sobre uso de crack. Rio de Janeiro, janeiro de 2011 a outubro de 2012

Código	Resultado ao final do turno
	Cenas que permaneceram
1	Na cena-turno selecionado, houve observação e o recrutamento foi finalizado por alcançar o número previsto de usuários a recrutar
3	Na cena-turno selecionado, houve observação e o recrutamento foi terminado por alcançar o final do turno, mas com alguns usuários recrutados
5	Na cena-turno selecionado, houve observação e o recrutamento foi terminado por alcançar o final do turno, sem usuário recrutado
31	Não existem usuários no turno selecionado, apesar da cena existir em outros turnos
41	Cena-turno inacessível temporariamente (prevista nova visita em outra semana)
43	Cena-turno inacessível permanentemente
Código	Cena que não permaneceram
6	Cena transferida de local [ou seja, a observação e recrutamento foram realizados em endereço diferente do que consta do mapeado, porém em local não listado previamente na listagem geral de cenas].
11	Não foi possível localizar a cena
13	Não há cena de crack no local
21	A cena fechou / não existe mais no local e não foi transferida de local
23	A cena foi transferida para local desconhecido

Das 106 cenas selecionadas para implementação do inquérito epidemiológico, 65 permaneceram e 41 não permaneceram no local previamente mapeado. Esta etapa de visitação das cenas e implementação do inquérito epidemiológico ocorreu entre os meses de setembro de 2011 a novembro de 2012 e foi considerada, para a descrição neste artigo, como momento 2 (M2).

Cabe ressaltar que a diferença no intervalo temporal, de cada cena entre o M1 e M2 foi em média 11 meses.

Preparação do banco de dados

Em primeiro lugar, procedeu-se à análise espacial exploratória da localização das cenas abertas de uso de crack por circunscrição de Delegacias de Polícia Civil (DP). Após visualização espacial das cenas por DP, identificamos-se aquelas que continham, em sua circunscrição, cenas que permaneceram e não permaneceram no momento 2 (M2) da pesquisa (**Quadro 2**).

Quadro 2. Relação das cenas abertas de uso de crack que permaneceram e não permaneceram no M2, por Delegacia de Polícia Civil. Rio de Janeiro, 2011-2012

Delegacia de polícia	Bairros de abrangência	Cenas			
		Total	Confirmadas	Não confirmadas	
				Que estavam em área de UPP ¹⁸	Por outros motivos e não estavam em área de UPP
5°	Centro (Parte) e Paquetá	3	2	0	1
9°	Catete, Cosme Velho, Flamengo, Glória e Laranjeiras	5	3	0	2
17°	Caju, Mangueira, São Cristóvão e Vasco da Gama	8	1	4	3
18°	Maracanã, Praça da Bandeira e Tijuca	6	3	0	3
21°	Benfica, Bonsucesso, Higienópolis, Manguinhos, Maré e Ramos	14	12	0	2
23°	Cachambi e Méier	4	1	0	3
25°	Engenho Novo, Jacaré, Jacarezinho, Riachuelo, Rocha, Sampaio e São Francisco Xavier	12	5	1	6
35°	Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo e Senador Vasconcelos	5	2	0	3

¹⁸ As cenas que deixaram de existir por motivo da entrada da UPP no território não foram consideradas para análise.

Nesta etapa exploratória de identificação de cenas que permaneceram e não permaneceram no M2, por área de circunscrição das DPs, contabilizamos 52 cenas, sendo que 29 permaneceram e 23 não permaneceram (**Quadro 2**).

Uma vez identificadas as DPs cujas circunscrições contemplavam cenas que permaneceram e não permaneceram no M2, procedeu-se à seleção dos delitos ocorridos nestas circunscrições. Foram selecionados os crimes de ameaça, furtos, lesões corporais dolosas, roubos (a transeuntes e roubo de celular) e violência doméstica, nos intervalos de tempo considerados, em M1 e M2.

Com relação ao M1, foram selecionados os registros de ocorrência dos crimes que coincidiam com a data do cadastro da cena, com a margem de tolerância de um mês a mais e um mês a menos (ou seja: $t-1 \rightarrow t+1$). No tocante ao M2, foram selecionados os registros de ocorrência dos crimes que coincidiam com a data de visitação da cena, um mês a mais e um mês a menos (idem). Cabe ressaltar que cada cena tinha uma data de cadastro e visitação específica, e a seleção dos registros de ocorrência dos crimes seguiu esta particularidade.

Ao final, o número de registros de ocorrência selecionados para o M1 foi de 19,287; enquanto para o M2 foi de 25,074.

Para localização pontual (coordenadas de latitude e longitude) dos crimes, fez-se necessário revisar as informações de endereços, número de porta e referência (em frente de determinado lugar), ou seja, um trabalho de revisão crítica de cada registro. Os registros que estavam em campos errados (por exemplo, endereço no campo de

referência e referênciã no campo de endereço), assim como retirada de acentos, vírgulas, e pontos e grafias diferentes, foram verificados e retificados.

Após a revisão dos endereços, os registros criminais foram georreferenciados automaticamente (ou seja, sem alterar os algoritmos de busca que constituem o procedimento “*default*” do programa utilizado). O georreferenciamento automático consiste na busca de cada endereço na base cartográfica de logradouros. O sistema o encontra o logradouro através de seu nome e interpola o número da casa no trecho do logradouro, retornando ao usuário um par de coordenadas, que correspondem à localização mais precisa obtida mediante esse procedimento (Magalhães *et al.*, 2014).

Para o georreferenciamento automático, utilizamos a base cartográfica digital na escala 1:2000, referente ao município do Rio de Janeiro em 2010 (Ano Censitário), contendo os logradouros com a numeração dos trechos de cada arruamento, ou seja, dados correspondentes ao detalhamento do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos do IBGE, CNEFE (disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/>).

A base foi adquirida pelo Núcleo de Geoprocessamento do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/FIOCRUZ), por intermédio de uma empresa de cartografia e geoprocessamento. Essa base cartográfica contém os eixos dos logradouros integrados à tabela que contém a numeração de cada trecho das ruas, com o número de início e fim de cada lado (par e ímpar).

O georreferenciamento automático permitiu localizar 10,047 (52%) do total de endereços dos registros de ocorrência do M1; e 13,842 (55%) do total de endereços dos registros de ocorrência do M2.

Os endereços dos registros de ocorrência não encontrados no M1 (9, 240 registros) e no M2 (11,232 registros) deveriam ser submetidos a um procedimento de busca manual, com a coleta das coordenadas de longitude e latitude em programas como o *Google Earth*, de modo a tentar localizá-los caso a caso. Devido à etapa de georreferenciamento manual ser bastante lenta e dispendiosa, considerando ainda o volume de dados e ausência de tempo hábil e recursos humanos para execução do georreferenciamento manual de todas as DPs, optamos por analisar os registros criminais de somente duas DPs.

Estas delegacias foram selecionadas em virtude das características da cena e do território, tais como: ter número igual de cenas que permaneceram e não permaneceram, relevância territorial e terem sido, repetidamente, destaque nos meios de comunicação e redes eletrônicas, e o quantitativo de crimes nas duas DPs serem suficientes para análise de um modelo, estarem presentes em território de favela¹⁹ e de asfalto (pelas constantes evidências da diferenciação na prática e registro de crimes como roubos furtos dentre outros, em favelas e no asfalto [Grillo, 2013]) e por serem áreas mais circunscritas territorialmente²⁰ em relação às demais (não selecionadas).

¹⁹ Favela e asfalto sendo consideradas nesta tese como categoria nativa

²⁰ Circunscrição aqui no sentido de áreas mais bem delimitadas geográfica e socialmente.

Com isso, a 9ª e a 25ª DP foram escolhidas. Cabe ressaltar que a 25ª DP teve, em seu território de circunscrição, uma cena que deixou de existir pela entrada de Unidade de Polícia Pacificadora no território (UPP - Mangueira). Esta cena não foi considerada na análise, já que não seria possível atribuir as possíveis variações na ocorrência média de crimes à implantação da UPP ou à não permanência das cenas em função de fatores diversos, como a mobilidade espontânea de boa parte dessas cenas, mesmo na ausência de qualquer intervenção local das forças de segurança.

O resultado do georreferenciamento automático dos registros criminais na área da circunscrição da 9ª e 25ª DPs pode ser verificado no **Quadro 3**.

Quadro 3. Georreferenciamento automático dos registros criminais por área de circunscrição da 9ª e 25ª DPs, segundo os momentos sob análise. Rio de Janeiro, janeiro de 2011 a outubro de 2012

<u>Momento 1</u>		<u>Momento 2</u>	
9ª DP (n:1,955) Jan a Maio 2011	25ª DP (n:1,362) Jan a Maio 2011	9ª DP (n: 2,874) Out e Nov 2011 Jan a Mar e Mai a Jul 2012	25ª DP (n:1,937) Out a Dez 2011 Jan; Jul a Out 2012
↓	↓	↓	↓
Encontrados: 1,504 (77%) Não encontrados: 451 (23%)	Encontrados: 944 (69%) Não encontrados: 418 (31%)	Encontrados: 2,331 (81%) Não encontrados: 543 (19%)	Encontrados: 1,280 (66%) Não encontrados: 657 (34%)

Na análise dos crimes no entorno das cenas, foram considerados raios de 100, 200 e 300 metros a partir do ponto de localização de cada cena. Em virtude de não haver (até onde vai nosso conhecimento) trabalhos científicos que tenham estudado a área de

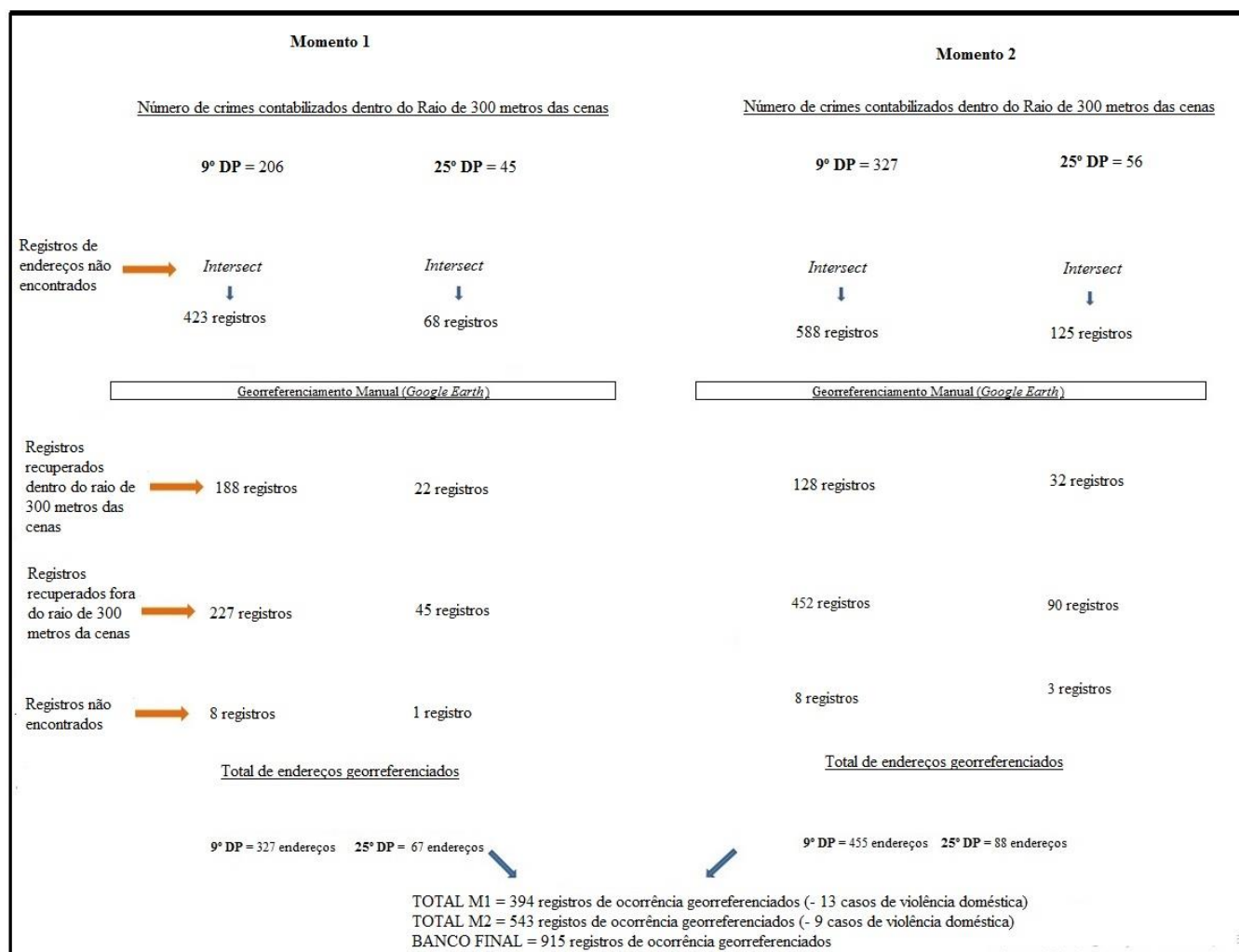
influência territorial de uma cena aberta de uso de drogas/crack, a escolha dos raios foi estabelecida a partir do conhecimento empírico do grupo de pesquisa sobre o campo. Cada raio assim definido é cumulativo, ou seja, o maior engloba os registros de todos os outros raios menores, definindo zonas tampão (*buffers*) concêntricas, progressivamente mais abrangentes.

Por conseguinte, contabilizamos os crimes considerando o raio máximo de 300 metros. Nesta etapa, foram identificados 206 crimes no M1 e 327 crimes no M2 para o entorno das cenas na área da 9º DP. No que se refere ao entorno das cenas na área da 25º DP, foram detectados 45 crimes no M1 e 56 crimes no M2.

Em função da probabilidade elevada de que alguns registros de crimes não terem seus endereços identificados no processo automático, utilizamos a técnica *intersect* do ArcGis (versão 10.1) como estratégia de verificação se haveria mais algum crime não evidenciado pelo procedimento automático dentro da área de 300 metros de raio, no entorno das cenas.

Esta técnica “cruza” os endereços das ruas cujos registros criminais não foram localizados automaticamente com o *buffer* de 300 metros referente às cenas, definindo áreas de intersecção. Neste segundo procedimento, foram selecionados 423 endereços de crimes no M1 e 588 crimes no M2 para o entorno das cenas da área da 9º DP; e 68 endereços no M1 e 125 no M2 no entorno das cenas da área da 25º DP (**Quadro 4**).

Quadro 4. Fluxo de georreferenciamento automático e manual dos registros criminais da 9º e 25º DP, segundo os momentos sob análise. Rio de Janeiro, janeiro de 2011 a outubro de 2012



Após o procedimento *intersect*, esses endereços passaram pela etapa de georreferenciamento manual, cujo resultado detalhado pode ser verificado no **Quadro 4**. O banco de dados final identificou 915 registros de ocorrências georreferenciados, dentro do raio de 300 metros das cenas da 9ª e 25ª DP. Visto que foram encontrados poucos registros de violência doméstica (22 registros), considerando-se o raio de 300 metros das cenas para as duas DPs, optamos por excluir este delito do banco, uma vez que o número muito limitado de ocorrências impede sua utilização como parâmetro comparativo (*benchmark*).

Como houve sobreposições entre os raios das cenas (**Figuras 1 e 2**), com algumas sobreposições já ocorrendo no raio de 100 metros, houve necessidade de procedermos ao cálculo da proporção de área sobreposta, de modo a quantificar a extensão da área de uma cena que pudesse estar sob influência da área de outra cena. A proporção de área sobreposta foi então calculada para cada cena (caso a caso), para cada um dos raios (100, 200, 300), separadamente, nos dois momentos considerados para análise.

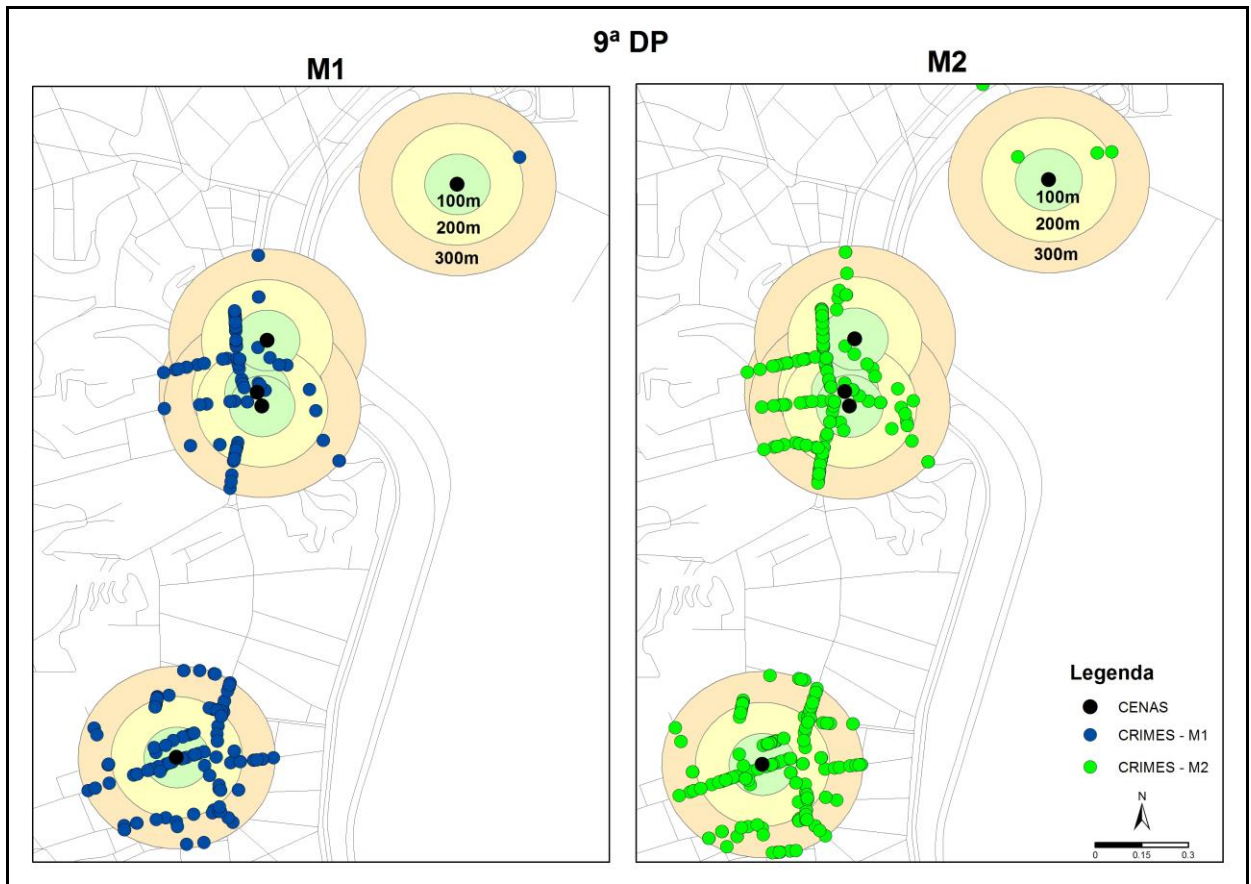


Figura 1. Sobreposições dos raios das cenas referentes à circunscrição da 9ª Delegacia de Polícia Civil. Rio de Janeiro, janeiro de 2011 a outubro de 2012

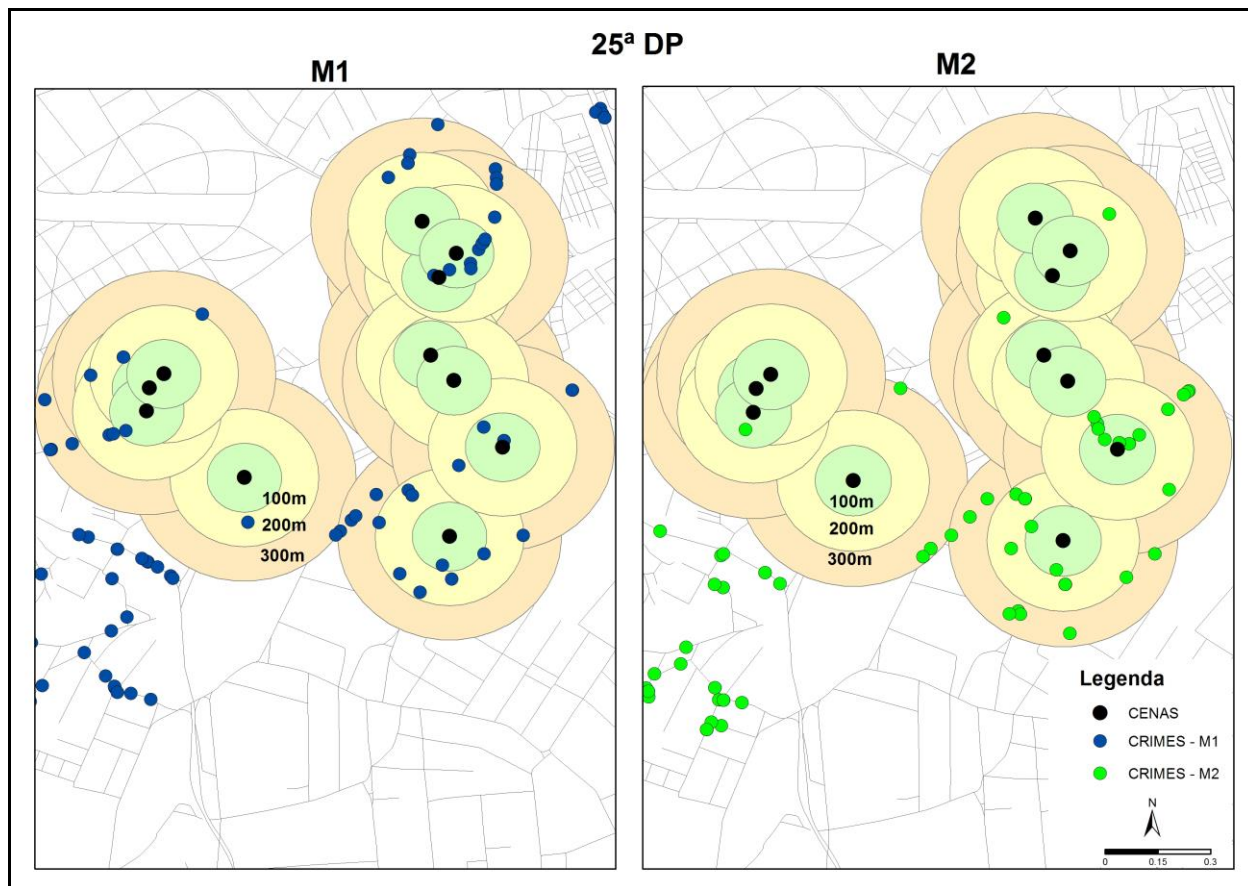


Figura 2. Sobreposições dos raios das cenas à circunscrição da 25ª Delegacia de Polícia Civil. Rio de Janeiro, janeiro de 2011 a outubro de 2012

Análise estatística

Inicialmente, foram calculadas as frequências absolutas dos delitos (**Figura 3**). Em decorrência de alguns crimes apresentarem uma frequência muito baixa, agregamos as variáveis em duas categorias: crimes contra pessoa (ameaça e lesão) e crimes contra propriedade (furtos roubo a transeunte, roubo a celular).

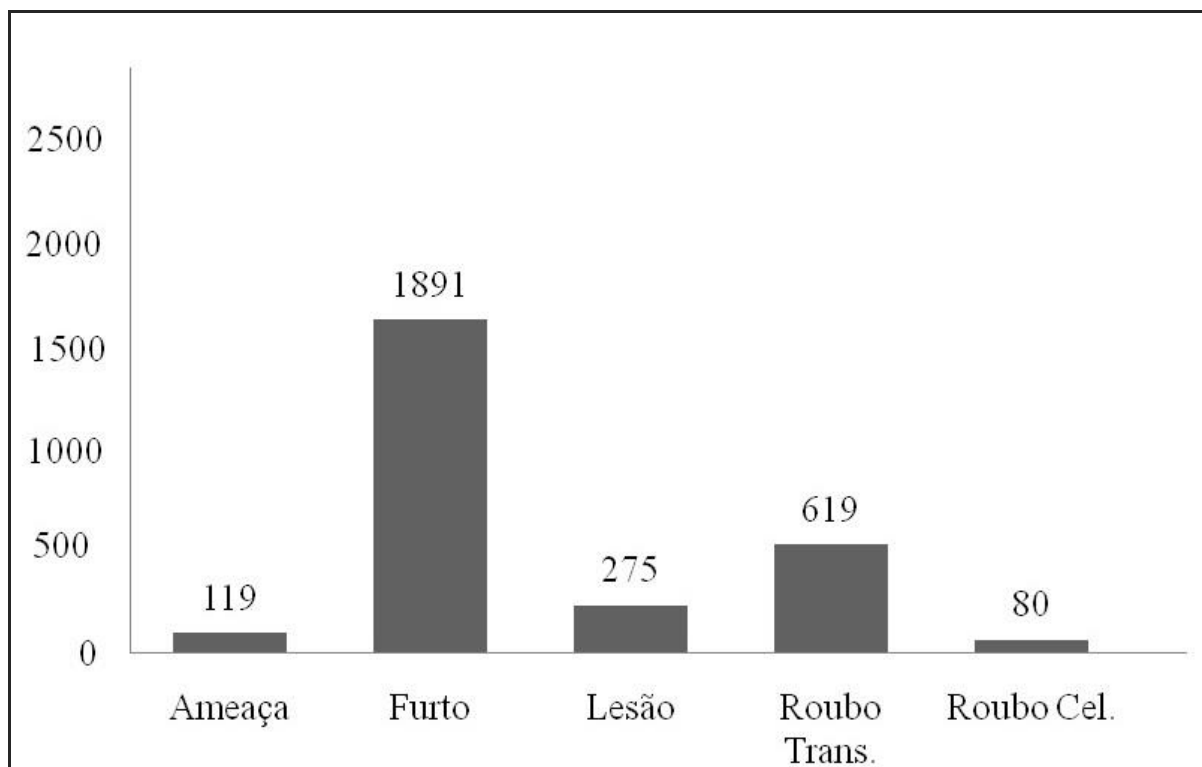


Figura 3. Frequencia absoluta dos tipos de crimes, registrados dentro do raio de 300 metros das cenas da área da 9° e 25° DP. Rio de Janeiro, janeiro de 2011 a outubro de 2012

Quando analisamos a média de crimes registrados no *buffer* definido pelo raio de 300 metros em torno das cenas, observamos em média 26,6 (Desvio padrão= 45,40) crimes contra a propriedade e, em média, 4,1 (Desvio padrão = 6,40) crimes contra a pessoa. Como os crimes contra pessoa tinham uma média de ocorrências relativamente baixa, optamos por não considerá-los na análise. Sendo assim, a média de crimes contra propriedade registrados no *buffer* definido pelo raio de 300 metros das cenas, foi selecionada como variável desfecho.

O teste de Kolmogorov-Smirnov, assim como análise da distribuição dos resíduos da variável dependente, foi empregado para avaliar a suposição de distribuição

normal (**Anexo 1**). O modelo de regressão linear múltipla (função de ligação identidade), foi utilizado para identificar as possíveis associações entre as cenas e os crimes contra propriedade. Empregou-se o teste de Wald para comparar os coeficientes estimados do modelo. Em todas as análises o nível de significância estatística adotado foi de 5% (intervalo de confiança de 95%). O *software* utilizado na análise dos dados foi o SPSS Statistics (versão 20.0).

Aspectos éticos

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, CAAE: 34700914.6.0000.5240.

3. Resultados

O objetivo central da presente análise foi verificar a possível associação entre as cenas abertas de uso de crack, e os crimes contra propriedade que ocorreram em uma área máxima de 300 metros ao redor das cenas – aqui definida como “área exposta aos efeitos da cena”. Para isso, foi avaliada a possível associação entre a interação da permanência ou não da cena no momento dois (M2) com os crimes contra a propriedade. Buscando identificar se, quando a cena não permanece no território, ou seja, quando um possível fator de exposição para o desfecho está ausente – há uma queda significativa na média de crimes registrados. Testamos também a interação da

permanência ou não da cena no momento dois (M2), adicionado a informação referente à localização das cenas no “asfalto” vs. “favela”.

Um modelo de RLM foi ajustado separadamente por cada raio, como forma de evitar problemas referentes à multicolinearidade, já que há forte correlação entre os crimes com as áreas de abrangência definidas pelo três raios (**Anexo 2**). A variável cena foi mantida no modelo como uma forma de controlar as diferenças composicionais, pois há uma considerável variabilidade na média dos crimes contra propriedade entre elas (**Anexo 2**). A proporção de área sobreposta de cada raio das cenas também foi mantida no modelo como forma de controle da sobreposição entre as áreas das cenas. A **Tabela 1** exibe os coeficientes estimados.

Tabela 1. Associação entre cenas abertas de uso de crack e média de crimes contra propriedade, segundo áreas delimitadas a partir de raios de 100, 200 e 300 metros no entorno das cenas da 9º e 25º DP, nos dois momentos considerados no estudo. Rio de Janeiro, janeiro de 2011 a outubro de 2012

	Coefficiente	Erro padrão	IC 95%		X² de Wald	p-valor
Raio 100						
Constante	17,65	0,82	16,05	19,26	463,68	0,000
Cenas(a)
Interação M2* Não Permaneceu	-1,50	0,81	-3,80	0,09	3,42	0,065
Interação M2* Permaneceu (b)	0	0	0	0	0	0
Int. M2*Permaneceu*Favela	-10,66	1,06	-12,74	-8,58	100,78	0,000
Int. M2*Permaneceu*Asfalto(b)	0	0	0	0	0	0
% Área sobreposta	0,03	0,01	0,01	0,06	5,89	0,015
Raio 200						
Constante	116,14	0,95	114,28	118,00	14965,78	0,000
Cenas(a)
Interação M2* Não Permaneceu	-0,04	0,81	-1,63	1,55	0,00	0,961
Interação M2* Permaneceu (b)	0	0	0	0	0	0
Int. M2*Permaneceu*Favela	-15,66	1,09	-17,79	-13,51	205,15	0,000
Int. M2*Permaneceu*Asfalto(b)	0	0	0	0	0	0
% Área sobreposta	0,12	0,01	0,10	0,14	138,25	0,000
Raio 300						
Constante	150,36	1,05	148,31	152,41	20685,75	0,000
Cenas(a)
Interação M2* Não Permaneceu	7,13	0,84	5,48	8,78	71,59	0,000
Interação M2* Permaneceu (b)	0	0	0	0	0	0
Int. M2*Permaneceu*Favela	-39,81	1,08	-37,69	-49,93	1358,56	0,000
Int. M2*Permaneceu*Asfalto(b)	0	0	0	0	0	0
% Área sobreposta	0,19	0,01	0,17	0,21	327,06	0,000

a) Os coeficientes de cada cena foram omitidos da tabela para simplificar a apresentação

b) Parâmetro de referência

Assim, evidenciamos que em relação à interação “momento 2 vs. permanência”, quando a cena não permanece, há, em média, um menor número de crimes, tanto no raio de 100 metros quanto no raio de 200 metros, porém, esta diferença não se mostrou significativa (**Tabela 1**). Já para o raio de 300 metros, há uma diferença positiva e significativa na média do número de crimes quando a cena não permanece ($\beta = 7,13$; p -valor = 0,000). Ou seja, quando as cenas desaparecem do território no momento 2, há um aumento na média dos crimes na área correspondente ao raio mais distal.

Cabe notar que, entre as cenas que permaneceram, há, em média, menor número de crimes nas cenas localizadas em favelas do que nas cenas localizadas no asfalto. E, em média, o diferencial relativo ao número de crimes no entorno das cenas localizadas em favela em relação às cenas localizadas em asfalto, aumenta de acordo com o tamanho do raio. Considerando-se as áreas definidas por raio de 300 metros, por exemplo, há uma diferença de quase 40 crimes a menos nas cenas localizadas em favelas em relação às cenas localizadas em asfalto (p -valor = 0,000).

4. Discussão

O presente estudo evidenciou que há diferença significativa na média de crimes contra propriedade entre as cenas que permaneceram no momento dois (M2) e que estavam em favela em relação às cenas que estavam no asfalto. Sendo que as cenas que permaneceram na favela apresentaram, em média, menos crimes que as cenas que permaneceram no asfalto.

Ao acessar os registros dos cadernos de campo da Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack (2014), podemos descrever os contextos nas quais as cenas estudadas estavam inseridas. Naquelas localizadas em territórios de favelas se concentravam um maior número de pessoas e o uso, em meio a bocas de fumo, muitas vezes se confundia com o tráfico. Havia também, conforme relatado por Veloso Filho (2013), presença constante do tráfico armado em 59,7% das cenas estudadas nas favelas do município do Rio de Janeiro, o que confere certa "proteção" a abordagem policial aos usuários e repressão ao uso.

Já para as cenas localizadas em asfalto, não há registros nos cadernos de campo da presença de tráfico armado nas cenas, durante a visitação da equipe de pesquisa. Mas foi constante o registro da presença da guarda municipal, assim como maior frequência de policiais na região da Glória/Largo do Machado se comparado a região do Jacarezinho. Possivelmente, o uso de crack em espaços públicos no asfalto é menos "permitido", no sentido da sua maior visibilidade e incômodo social, o que, por sua vez, pode gerar maior acionamento das forças de segurança pública.

O aumento na média dos crimes na área correspondente ao raio mais distal (R300m), pode ter ocorrido por três motivos: 1º) porque os crimes, de fato, ocorreram em áreas não tão próximas as cenas. Porém, para que tal hipótese fosse devidamente explorada, deveríamos ter testado tamanhos maiores de raio (por exemplo, raio de 400 e 500 metros), o que não foi possível pela elevada sobreposição das áreas definidas segundo os raios utilizados (100, 200, e, especialmente, 300); 2º) que a associação ocorreu devido ao fato de o raio de 300 metros cobrir uma área maior, abrangendo um maior número de crimes, já que a abrangência dessas áreas é cumulativa, com círculos concêntricos sucessivamente mais amplos; 3º) Questão simbólica da ausência da cena,

pois uma vez que o possível fator de risco (no imaginário social) para ocorrência de roubos e furtos não esteja mais no local, é possível que um maior número de pessoas, passe a circular no local, aumentando a chance de ocorrer desfechos criminais, como roubos e furtos.

Há que se considerar também que, a média do número de crimes no entorno de 300 metros das cenas pode ter seguido a tendência de crimes da área da DP ao qual pertencem. Como pôde ser checado no processo de georreferenciamento, a área de circunscrição da 9º DP apresentou número absoluto de crimes (4,829) maior do que a área de circunscrição da 25º DP (3,299).

Por outro lado, sabe-se empiricamente que nas favelas cariocas controladas pelo tráfico de drogas é estritamente proibida a prática de crimes como roubos, justamente para não atrair a repressão policial e não interferir na venda de drogas. Algumas pesquisas na cidade do Rio de Janeiro, especialmente de caráter etnográfico, demonstram as regras do tráfico nas favelas. Grillo (2008; 2013) relata, em suas etnografias sobre crimes em favelas do Rio de Janeiro, a expulsão de um homem de determinada favela que passou a usar crack constantemente e, para sustentar seu uso, roubava carros e transeuntes no entorno da localidade.

Segundo Cano *et al.*, (2012) o tráfico de drogas estabelece limites nas favelas controladas por suas facções, proibindo por exemplo, a ocorrência de furtos e/ou roubos no interior ou arredores. A pessoa que comete tal ato pode vir a sofrer severas punições, como tortura e morte.

Outro fato que deve ser considerado é que, muito provavelmente, o acionamento da polícia em casos de desordem pública e prática de delitos, além do hábito de registrar a ocorrência, provavelmente é maior entre os moradores de áreas mais centrais das cidades, como a Glória, por exemplo, pelo fato de que, em favelas controladas por facções criminosas, quem faz esse controle, em geral é o tráfico. Conforme apresentado por Cano e colaboradores (2012), com a entrada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em algumas favelas do município do Rio de Janeiro, houve aumento no número de registro de crimes contra a pessoa e contra a propriedade dentro das favelas.

Os autores pontuam que a entrada da UPP nas favelas trouxe aumento no número de ocorrências, pois os moradores não tinham, até então, o costume de ir à delegacia registrar os crimes praticados, seja por desconfiança na polícia, por medo/represália do tráfico ou porque recorriam ao próprio tráfico como autoridade reguladora e disciplinadora local. Outro ponto abordado é que o crescimento no registro dos pequenos delitos pode ter, de fato, aumentado justamente a partir da ausência do controle autoritário do tráfico, que regulava e proibia este tipo de conduta.

No que diz respeito à associação entre cenas abertas de uso de crack e à ocorrência de crimes contra propriedade em seu entorno, não foram encontrados trabalhos que corroborem a análise feita neste artigo. O que, de certa forma, indica o caráter inovador do método aplicado e objeto estudado, porém dificulta quaisquer comparações com outros trabalhos que estudem.

Em geral, as pesquisas buscam associações de variáveis de exposição à ocorrência de crimes ou de envolvimento com a justiça criminal no nível individual. Pesquisadores norte-americanos, especialmente, vêm evidenciando que a associação do uso de drogas ilícitas na rua, em espaços abertos e/ou públicos, expõe os usuários de crack e outras drogas à vulnerabilidade individual e social, na qual a prática de crimes, muitas vezes, é um recurso de geração de renda, em um contexto de extrema pobreza, privações e condições de moradia instáveis (Cross *et al.*, 2001; Hser *et al.*, 2003; Fischer *et al.*, 2006; Leigey & Bachman 2007; DeBeck *et al.*, 2007; Vaughn *et al.*, 2010; Krebs *et al.*, 2014, Palamar *et al.*, 2015).

Na pesquisa de Fischer *et al.*, (2006), por exemplo, em cinco cidades do Canadá, em 2002, usuários de crack de cenas abertas de uso de drogas, apresentaram uma frequência relativamente alta de prisões por crimes contra propriedade em relação a usuários que não relataram uso de crack. Todavia, a diferença entre os dois grupos não foi significativa (47,5% vs 36,6%; *p*-valor = 0,061, respectivamente).

Ti *et al.*, (2013) estudaram os fatores associados a encontros com a polícia (ser abordado, procurado ou detido por policial) entre jovens com idade de 14 a 26 anos, usuários de drogas ilícitas, que frequentavam cenas abertas de uso em Vancouver, Canadá, no período de 2005 a 2011. Os fatores mais fortemente associados a encontros com a polícia foram: usar droga em uma cena aberta de uso (aOR = 2,19 [IC95%: 1,22 - 3,90]); estar em situação de rua (aOR = 2,05 [IC95%: 1,67 - 2,52]); ser egresso do sistema carcerário (aOR=1,78 [IC95%: 1,42 - 2,24]); e compartilhar apetrechos para uso de crack (aOR= 1,61[IC95%IC: 1,46 - 2,24]). Os achados evidenciam o quanto o uso de drogas em cenas abertas e estar em situação de rua são fatores importantes e que expõem os usuários a abordagem policial.

O trabalho de DeBeck *et al.*, (2011), em Vancouver, Canadá, no período entre novembro de 2008 e junho de 2009, buscou identificar fatores associados com o uso de crack em cenas abertas numa coorte de usuários de drogas ilícitas. Os autores identificaram que as principais variáveis associadas ao uso de crack em cenas abertas foram: uso diário de crack (aOR 2,17 [IC95%: 1,49 - 3,14]), ser abordado pela polícia (aOR 1,69 [IC95%: 1,07 - 2,68]) e participar do tráfico de drogas (aOR 1,61 [1,06 - 2,47]).

Limitações do estudo

Uma limitação importante a se considerar é que, em se tratando de um despecho, que para sua ocorrência depende da interação entre o fator de exposição e número de pessoas expostas a este fator, seria importante ter inserido informações no modelo, relativas a população residente e população flutuante nas duas áreas estudadas. É possível afirmar que em lugares mais centrais, com maior fluxo e circulação de pessoas, a chance do despecho ocorrer é grande devido ao maior número de pessoas expostas se comparado a lugares com uma menor circulação de pessoas, como no interior de algumas favelas. Porém, os dados sobre população flutuante nem sempre estão disponíveis e certamente não se aplicaria a nossa análise, pois teríamos informações genéricas e não pontuais (localização exata) sobre seu quantitativo.

Outro dado importante para ocorrência ou não do despecho, mas que não foi possível incluir no modelo, devido as dificuldades de obtenção, diz respeito ao

contingente de policiamento ostensivo e da guarda municipal nas áreas e nos períodos considerados na análise.

Por fim, uma limitação na utilização de dados relacionados aos registros criminais se refere ao sub-registro presente nos dados oficiais, que subestimam o número de crimes ocorridos em uma dada região durante determinado período de tempo. Apesar deste cenário, o desenho metodológico deste estudo tem como vantagem analisar e comparar as mesmas áreas em dois momentos diferentes do tempo, podendo supor portanto, que o sub-registro não deve variar significativamente do M1 para o M2

5. Considerações finais

Nota-se que há uma possível associação das cenas abertas de uso com os crimes contra propriedade em seu entorno, sendo que a média de crimes foi menor no entorno das cenas localizadas na área da 25ª DP (favela) em relação a média de crimes das cenas localizadas na área da 9ª DP (asfalto).

Importante ressaltar que uma vez que as associações se referem ao espaço geográfico, não se pode atribuir as pessoas, individualmente, a prática desses crimes, ou seja, não é possível afirmar que foram os usuários que frequentaram as cenas de uso do estudo que praticaram tais crimes. O que podemos considerar, assim como já assinalado por outros estudos é que o espaço ocupado por uma cena aberta de uso, se configura

muitas vezes como um espaço de múltiplas vulnerabilidades, desde a condição insalubre das formas de uso, as condições de higiene e as práticas ilícitas.

Demonstrando que o uso de crack em cenas abertas, principalmente em uma área mais central da cidade, uma questão da gestão dos problemas urbanos em relação ao uso de drogas em espaços públicos e sua interface com a ocorrência de crimes contra propriedade. A pergunta que fica é: quais estratégias de intervenção se adequariam, de modo a considerar o espaço de uma cena de uso enquanto um lugar legítimo, de encontros, laços, sociabilidade e valores compartilhados, e ao mesmo tempo gerenciar os possíveis transtornos de interesse público, que o uso em cenas abertas venha a provocar?

Geralmente, quando se fala em gestão da desordem pública, por vezes, direcionada as cenas abertas de uso de drogas/crack, a repressão policial é a abordagem dominante. Porém, vários estudos têm documentado as consequências negativas de tais abordagens, como espalhamento dos usuários para os bairros do entorno, rompimento dos vínculos afetivos e de cuidados com os serviços de saúde e assistência social.

Talvez fosse importante começar a se discutir, como pauta de interesse público da área da saúde, segurança e assistência social, em interface com as políticas sobre de drogas no Brasil, estratégias de intervenções em redução de danos nas cenas de uso, como a implementação de espaços de fumo seguro e supervisionado do crack, assim como a implementação do modelo *Housing First*²¹, que poderiam contribuir para aumento do acesso à saúde dos usuários, redução das possíveis desordens urbanas

²¹ Ver em: <http://www.homelesshub.ca/housingfirstcanada>

associadas ao uso público de algumas drogas e acesso à moradia, como já evidenciado por experiência em curso em outros países, especialmente no Canadá (Fischer *et al.*, 2008, Debeck *et al.*, 2011). A ampliação da oferta de tratamento e acolhimento em saúde para os usuários tem sido associada, à redução no comportamento criminal dos usuários (Prendergast *et al.*, 2002; Löbmann *et al.*, 2009).

6. Referências

1. Weisburd D, Mazerolle LG. Crime and Disorder in Drug Hot Spots: Implications for Theory and Practice in Policing. *Police Quarterly*. 2000; 3(3):331.
2. Cusick L, Kimber J. Public perceptions of public drug use in four UK urban sites. *Int J Drug Policy*. 2007; 18(1):10-17.
3. Frúgoli Junior H, Cavalcanti M. Territorialidades da(s) *cracolândia(s)* em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico [Online]*. 2013. Consultado no dia 09 Agosto 2015. Disponível em: <http://aa.revues.org/561>; DOI : 10.4000/aa.561.
4. Waal H, Clausen T, Gjersing L, Gossop M. Open drug scenes: responses of five European cities. *BMC Public Health*. 2014; 14:853.

5. Moreira MR, Fernandes FMB, Ribeiro JM, Neto TLF. Uma revisão da produção científica brasileira sobre o crack – contribuições para a agenda política. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2015; 20(4):1047-1062.
6. Fischer B, Rehm J, Patra J, Kalousek K, Haydon E, Tyndall M, El-Guebaly N. Crack across Canada: comparing crack users and crack non-users in a Canadian multi-city cohort of illicit opioid users. *Addiction*. 2006; 101(12):1760-1770.
7. DeBeck K, Kerr T, Li K, Fischer B, Buxton J, Montaner J, Wood E. Emergence of crack cocaine smoking as a risk factor for HIV seroconversion among injection drug users in Vancouver, Canada. *CMAJ*. 2009; 181(9):585-589.
8. Werb D, DeBeck K, Kerr T, Li K, Montaner J, Wood E. Modeling 10-year crack cocaine use trends in a Canadian setting. *Drug Alcohol Rev*. 2010; 29(3): 271-277.
9. Inciardi JA. Beyond cocaine: Basuco, crack, and other coca products. *Contemp Drug Probl*. 1987; 14: 461-492.
10. Rui T. Nas tramas do crack - etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro nome; 2014.
11. Bastos FI. Epidemiologia sob fogo cruzado. In: Lopes LE & Malaguti V. *Atendendo na Guerra - Criminologia de Cordel 3*. Rio de Janeiro: Revan; 2014.

12. Jorge MSB, Quinderé PHD, Yasui S, Albuquerque RA. Ritual de consumo do crack: aspectos socioantropológicos e repercussões para a saúde dos usuários. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2013; 18(10): 2909-2918.
12. Oliveira LG, Nappo SA. Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. *Rev Saude Publica*. 2008; 42(4): 664-71.
13. Frúgoli Júnior H, Spaggiari E. Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto Urbe [Online]*. 2010. Consultado o 13 Julho 2015. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1870> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1870.
14. Krawczyk N, Filho CLV, Bastos FI. The interplay between drug-use behaviors, settings, and access to care: a qualitative study exploring attitudes and experiences of crack cocaine users in Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil. *Harm Reduct J*. 2015; 12:24.
15. Dias AC, Araújo MR, Laranjeira R. Evolução do consumo de crack em coorte com histórico de tratamento. *Rev Saude Publica*. 2011; 45(5): 938-948.
16. Siegel RK. Cocaine smoking. *J Psychoactive Drugs*. 1982; 14(4):271-359.
17. Chaves TV, Sanchez ZM, Ribeiro LA, Nappo SA. Fissura por crack: comportamentos e estratégias de controle de usuários e ex usuários. *Rev Saúde Pública*. 2011; 45(6):1168-75.

18. Raupp L, Adorno RCF. Crack usage circuits in the downtown area of the city of São Paulo (SP, Brazil). *Ciênc Saúde colet*. 2011; 16(5):2613-2622.

19. Veloso Filho CL. Cenas de uso de crack no município do Rio de Janeiro: perfil em 2011/2012. Rio de Janeiro. Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). 2013.

20. Marques TC, Sarracini KL, Cortellazzi KL, Mialhe FL, de Castro Meneghim M, Pereira AC, Ambrosano GM. The impact of oral health conditions, socioeconomic status and use of specific substances on quality of life of addicted persons. *BMC Oral Health*. 2015; 20(15).

21. Gomes BR, Adorno RCF. Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo. *Etnográfica*. 2011; 15 (3): 569-586.

22. DeBeck K, Buxton J, Kerr T, Jiezh Q, Montaner J, Wood E. Public crack cocaine smoking and willingness to use a supervised inhalation facility: implications for street disorder. *Subst Abuse Treat Prev Policy*. 2011; 6(4).

23. Babor T, Caulkins J, Edwards G, Fischer B, Foxcroft D, Humphreys K, Obot I, Rehm J, Reuter P; *et al.* *Drug Policy and the Public Good*. New York: Oxford University Press; 2010.

24. Persaud S, Tzemis D, Kuo M, Bungay V, Buxton JA. Controlling Chaos: The Perceptions of Long-Term Crack Cocaine Users in Vancouver, British Columbia, Canada. *J Addict*. 2013.
25. Ti L, Buxton J, Wood E, Shannon K, Zhang R, Montaner J, Kerr T. Factors associated with difficulty accessing crack cocaine pipes in a Canadian setting. *Drug Alcohol Rev*. 2012; 31(7):890-6.
26. Ti L, Wood E, Shannon K, Feng C, Kerr T. Police confrontations among street-involved youth in a Canadian setting. *Int J Drug Policy*. 2013; 24(1): 46–51.
27. Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisa Nacional sobre uso de crack. 2014. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ; 2014.
28. Gebara CF, Ferri CP, Lourenço LM, Vieira Mde T, Bhona FM, Noto AR. Patterns of domestic violence and alcohol consumption among women and the effectiveness of a brief intervention in a household setting: a protocol study. *BMC Womens Health*. 2015; 24;15(1):78.
28. Magalhaes MAFM, Matos VP, Medronho RA. Avaliação do dado sobre endereço no Sistema de Informação de Agravos de Notificação utilizando georreferenciamento em nível local de casos de tuberculose por dois métodos no município do Rio de Janeiro. *Cad saúde colet*. 2014; 22(2):192-199.

29. Grillo CC. O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. *Dilemas*. 2008. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas1Art5.pdf>
30. Grillo CC. *Coisa da Vida no crime. Tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese de doutorado em Sociologia e Antropologia. Instituto de filosofia e Ciências sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013.
31. Cano I, Borges D, Ribeiro E. *Os donos do morro. Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro*. São Paulo. Editora: Heinrich Boll Stiftung.
32. Cross J., Johnson B., Rees Davis W., James Liberty H. Supporting the habit: income generation activities of frequent crack users compared with frequent users of other hard drugs. *Drug Alcohol Depend*. 2001; 64: 191–201.
33. Hser YI, Huang D, Teruya C, Anglin MD. Gender comparisons of drug abuse treatment outcomes and predictors. *Drug Alcohol Depend*. 2003; 72(3): 255–264.
34. Leigey ME, Bachman R. The Influence of Crack Cocaine on the Likelihood of Incarceration for a Violent Offense: An Examination of a Prison Sample. *Crim Justice Policy Rev*. 2007; 18 (4): 335-352.

35. DeBeck K, Shannon K, Wood E, Li K, Montaner J, Kerr T. Income Generating Activities of People Who Inject Drugs. *Drug Alcohol Depend.* 2007; 91(1):50–56.
36. Vaughn MG, Fu Q, Perron BE, Bohnert ASB, Howard MO. Is Crack Cocaine Use Associated with Greater Violence than Powdered Cocaine Use? Results from a National Sample. *Am J Drug Alcohol Abuse.* 2010; 36(4): 181–186.
37. Krebs E, Kerr T, Montaner J, Wood E, Nosyk B. Dynamics in the costs of criminality among opioid dependent individuals. *Drug Alcohol Depend.* 2014; 144:193–200.
38. Palamar JJ, Davies Shelby, Ompad DC, Cleland CM, Weitzman M. Powder cocaine and crack use in the United States: An examination of risk for arrest and socioeconomic disparities in use. *Drug Alcohol Depend.* 2015; 149: 108–116.
39. Prendergast ML, Podus D, Chang E, Urada D. *Drug and Alcohol Dependence.* 2002, 67 (53).
40. Löbmann R, Verthein U. Explaining the effectiveness of heroin-assisted treatment on crime reductions. *Law Hum Behav.* 2009; 33(1):83-95.

Figura on line 1. Análise da distribuição dos resíduos padronizados de Pearson do modelo de regressão linear sobre os crimes contra a propriedade, segundo raio de 100, 200 e 300 metros no entorno das cenas da 9° e 25° DP, nos dois momentos considerados

no estudo Rio de Janeiro; Janeiro de 2011 a outubro de 2012

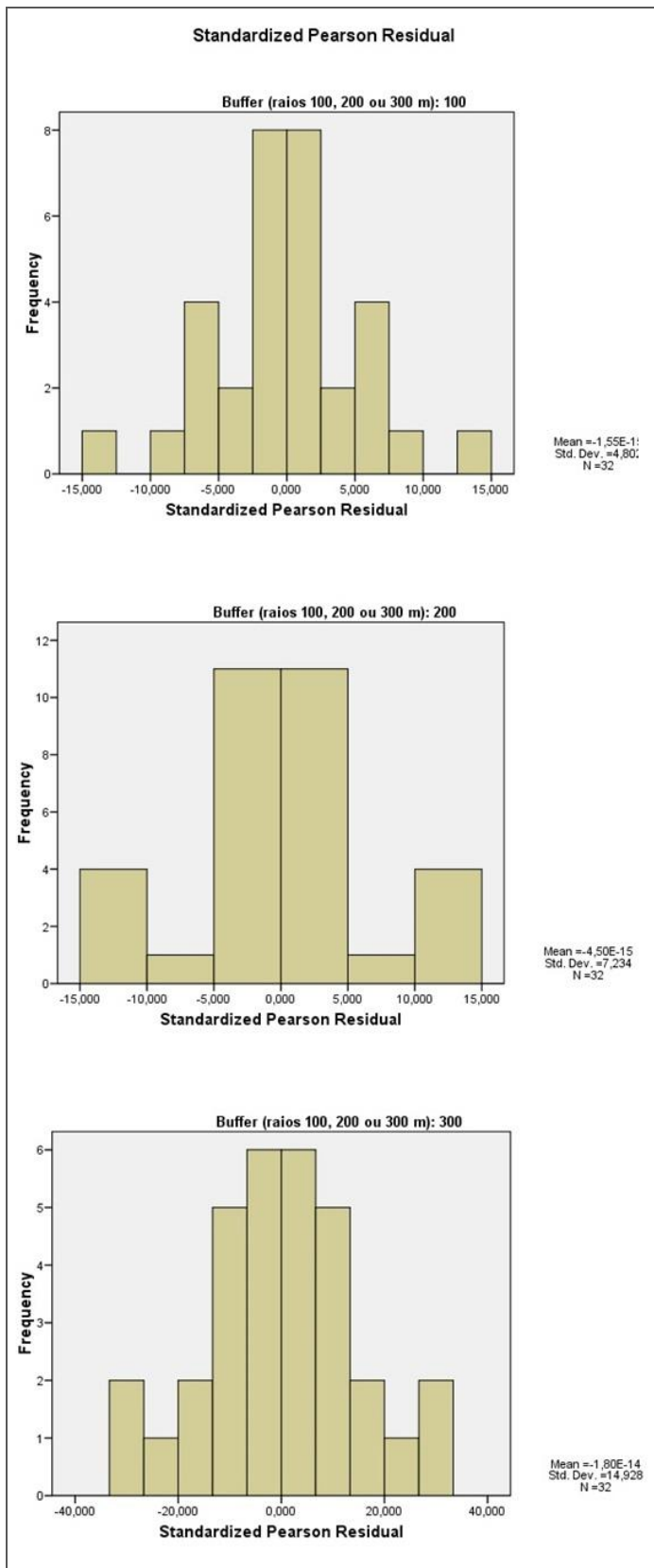


Tabela on line 1. Correlação entre crimes contra propriedade segundo raio de 100, 200 e 300 metros no entorno das cenas da 9° e 25° DP, nos dois momentos considerados no estudo. Rio de Janeiro; Janeiro de 2011 a outubro de 2012

	Raio 100	Raio 200	Raio 300
Raio 100			
<i>Pearson Correlation</i>	1	0,849	0,904
<i>p-valor*</i>	0	0,000	0,000
Raio 200			
<i>Pearson Correlation</i>	0,849	1	0,987
<i>p-valor*</i>	0,000	0	0,000
Raio 300			
<i>Pearson Correlation</i>	0,904	0,987	0
<i>p-valor*</i>	0,000	0,000	0

** Nível de significância de 0,01

Tabela on line 2. Média de crimes contra propriedade, segundo raio de 100, 200 e 300 metros no entorno das cenas da 9ª e 25ª DP, nos dois momentos considerados no estudo. Rio de Janeiro; Janeiro de 2011 a outubro de 2012

	<i>Média</i>	<i>Std. Error</i>	<i>Média</i>	<i>Std. Error</i>	<i>Média</i>	<i>Std. Error</i>
<u>Raio 100</u>			<u>Raio 200</u>		<u>Raio 300</u>	
Cenas asfalto						
RJ_35	28,50	12,02	92,00	19,80	144,00	45,25
RJ_95	0,00	0,00	1,00	1,41	4,00	1,41
RJ_96	11,00	0,00	109,50	10,61	137,00	25,46
RJ_158	28,00	16,97	91,50	21,92	136,50	36,06
RJ_171	36,50	3,54	95,50	14,85	164,00	31,11
Cenas Favela						
RJ_123	0,00	0,00	2,00	0,00	6,00	1,41
RJ_126	11,50	6,36	12,50	6,36	17,50	3,54
RJ_129	0,00	0,00	2,50	2,12	5,00	2,83
RJ_156	5,50	0,71	6,50	2,12	14,00	4,24
RJ_176	0,00	0,00	2,50	0,71	3,50	0,71
RJ_30	4,50	2,12	11,50	6,36	12,50	6,36
RJ_76	0,00	0,00	17,50	6,36	23,00	8,49
RJ_87	1,00	0,00	11,00	4,24	15,00	5,66
RJ_88	0,00	0,00	3,00	1,41	4,50	2,12
RJ_89	0,00	0,00	0,00	0,00	6,50	2,12
RJ_90	0,00	0,00	0,50	0,71	1,50	0,71

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente tese foram avaliados, dados referentes à Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack e Similares no Brasil, considerada até então, o maior inquérito epidemiológico com usuários de crack em cenas abertas de uso (Fiocruz, 2014). No primeiro artigo utilizamos dados de uma amostra representativa de usuários de crack e similares para o município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana e no segundo artigo utilizamos dados referentes ao mapeamento das cenas abertas de uso de crack do município do Rio de Janeiro.

O primeiro artigo buscou identificar quais variáveis estariam associadas à detenção e a prisão de usuários de crack e similares em cenas abertas de uso, no município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana, no período de setembro de 2011 e junho de 2013. Nesta análise pudemos identificar que: utilizar leito clínico para problemas decorrentes do uso de drogas, ser do sexo masculino, ser poliusuário, ter baixa escolaridade, ser de cor/raça "preto" e aumento no tempo de uso de crack são preditores importantes para a detenção e/ou prisão dos usuários. Das seis variáveis que se mostraram significativamente associadas a algum dos desfechos, três são relacionadas ao uso de substâncias, levando-nos a questionar se, apesar de não podermos afirmar causalidade do uso de crack na detenção/prisão dos usuários, o uso de múltiplas substâncias, e dentre elas o uso de crack em cenas abertas, não exporia os usuários, tanto a uma maior prática de crimes quanto a uma maior exposição da abordagem dos operadores da justiça criminal.

Já o segundo artigo teve como objetivo verificar a associação entre as cenas abertas de uso de crack e a ocorrência de alguns crimes no entorno destas cenas, no município do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 2011 a outubro de 2012. Nesta análise, pudemos evidenciar a possível associação entre as cenas abertas de uso de crack e os crimes contra propriedade no entorno de 300 metros destas cenas. Identificamos que há uma diferença significativa, na média de crimes contra propriedade, das cenas que permaneceram no momento dois e que estavam em favelas, em relação às cenas que permaneceram e que estavam no asfalto. Sendo que as cenas que permaneceram nas favelas apresentaram, em média, menos crimes que as cenas que permaneceram no asfalto.

A análise do artigo dois demonstra que o uso de crack em cenas abertas, principalmente no entorno das cenas que permaneceram da 9º DP, esteve associado a crimes contra propriedade. Constituindo, portanto, uma questão urbana, da gestão do uso de drogas em espaços públicos. Talvez um diálogo mais estreito entre saúde e segurança pública, pudesse somar forças no intuito de encontrar um "meio termo" para o manejo dessa questão, pois como alguns trabalhos sugerem (Adorno *et al.*, 2013; Rui, 2014) as cenas abertas de uso, devem ser consideradas como lugares simbólicos onde há um intenso sistema de trocas afetivas, marcadas pela sociabilidade das pessoas que se identificam com estes territórios.

Obviamente desordens e ilegalidades ocorrem nesses locais, assim como em qualquer outro espaço da cidade, porém esses "territórios das drogas", como colocado por Luis Vasconcelos (2003), são marcados como ilegalidades indesejáveis, pois se misturam a contextos de pobreza e a parte marginal da cidade (Goffmann, 1988). A grande questão é como gerir este espaço de forma a reduzir a prática de ilegalidades e

de certa maneira respeitar a escolha ou não dos usuários em permanecer ali enquanto espaço (muitas vezes o único) de convívio social.

Cabe ressaltar também, que em relação ao processo de georreferenciamento automático no artigo dois, encontramos somente metade dos endereços na malha digital da cidade do Rio de Janeiro, o que nos levou a ter que escolher somente duas DPs, em vista do dispendioso tempo que o georreferenciamento manual iria precisar. Esse dado reflete de certa forma a má qualidade do registro do endereço das ocorrências criminais no boletim, prática comum nos serviços públicos em geral. Consideramos importante enfatizar com os policiais a relevância do registro correto e completo do endereço da ocorrência, pois estes dados embasam não somente pesquisas originais, teses e dissertações, mas também são essenciais para monitoramento, avaliação e tomada de decisão por parte da gestão do órgão público.

Caminhos possíveis?!

A relação do homem com substâncias psicoativas é ancestral e parece utópico preconizar sua erradicação definitiva e repressão e criminalização ao seu consumo (Escohotado, 2004). Mais sensato seria aceitar conviver com as drogas a partir de uma política marcada por medidas de educação para prevenção e escolha autônoma do início ou não do uso, educação para redução de danos associados ao uso abusivo, gestão do uso e autocontrole, diminuição do estigma, principalmente voltado a usuários em situação de pobreza, do que por medidas repressivas e de controle legal, com cerceamento das liberdades individuais que, em geral, produzem efeitos pouco efetivos,

muitas vezes com repercussões desastrosas e que acabam favorecendo a clandestinidade, criminalização e aumento do preconceito em relação os usuários (Kilstajn *et al.*, 2003).

Diversos países têm experimentado propostas inovadoras quanto a gestão das desordens urbanas, possivelmente provocadas pelo uso de drogas em espaços públicos. Em Vancouver, Canadá, por exemplo, além da já conhecida *safe injection room*²², foi instalado também o primeiro espaço para uso seguro de crack (ainda que ilegal, pois não tem autorização do governo para funcionar). O espaço foi aberto pelos próprios usuários, com apoio de uma rede de pesquisadores.

DeBeck *et al.*, (2011) e McNeil *et al.*, (2005), relatam que tais espaços protegem os usuários das situações de violência, comuns à convivência nas ruas, os conecta aos serviços de saúde, diminui o uso da droga em espaços públicos, reduz a transmissão de doenças infecciosas a partir do momento em que os usuários são massivamente orientados a não compartilhar seus equipamentos de uso, no caso dos usuários de crack, seus cachimbos de vidro ou metal, apresentando resultados positivos não somente para os usuários, mas para a comunidade em geral.

Talvez seja possível, no futuro, ter entre os operadores da segurança pública, o apoio no direcionamento de usuários aos serviços de saúde, já que, em muitas das vezes, estes são os primeiros a abordarem os usuários na rua. DeBeck *et al.*, (2008) relata que em Vancouver os policiais têm cada vez mais encaminhado os usuários para as salas de

²² Ver em: <http://www.drugpolicy.org/supervised-injection-facilities>

uso seguro e que esta medida tem ajudado a resolver algumas das tensões existentes entre a ordem pública e as iniciativas de saúde.

Já na Europa, o modelo português tem se mostrado uns dos mais exitosos do mundo, onde para fazer valer a lei da descriminalização de todas as drogas, criaram-se as Comissões de Dissuasão, baseada no princípio “antes tratar que punir”, sendo composta por um jurista mais dois outros membros (que podem ser da área da saúde ou social). Os profissionais avaliam os casos encaminhados pelas forças de segurança e pelos tribunais quanto ao seu consumo, dentre outras coisas, e encaminha-os aos serviços de saúde e assistência social. As comissões também avaliam casos de usuários de drogas que cometeram delitos e podem suspender uma possível sanção, na condição de buscarem por um tratamento de saúde.

Por fim, acreditamos que outras pesquisas serão necessárias para entender melhor a inter-relação do uso de crack em cenas abertas e a ocorrência de alguns crimes, como por exemplo, pesquisas que busquem identificar a experiência de detenção e prisão comparando usuários e usuários de outras drogas que não de crack, pesquisa que analise em que momento e de que maneira a prática de crimes surge na trajetória de vida dessas pessoas, e estudos que analise a abordagem policial aos usuários e principais desfechos, dentre outras.

Referências

1. Fundação Oswaldo Cruz. Pesquisa nacional sobre o uso de crack. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/FIOCRUZ); 2014.
2. Adorno RCF, Rui T, Silva SL, Malvasi PA, Vasconcellos MP, Gomes BR, Godoi TC. Etnografia da crackolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Saúde e transformação social*. 2013; 4 (2): 04-13.
3. Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º ed. São Paulo: LTC; 1988.
4. Escohotado A. Historia General de Las Drogas. 7º ed. Madri, Espanha: Alianza; 1998.
5. Kilsztajn S, Rossbach AC, Carmo MSN, Sugahara GTL, Souza LB. Vítimas fatais da violência e mercado de drogas na Região Metropolitana de São Paulo. *R bras Est Pop*. 2003; 20 (2): 259-279.
6. DeBeck K, Buxton J, Kerr T, Jiezh Q, Montaner J, Wood E. Public crack cocaine smoking and willingness to use a supervised inhalation facility: implications for street disorder. *Subst Abuse Treat Prev Policy*. 2011; 6(4).
7. McNeil R, Kerr T, Lampkin H, Small W. "We need somewhere to smoke crack": An ethnographic study of an unsanctioned safer smoking room in Vancouver, Canada. *Int J Drug Policy*. 2015; 26(7):645-52.

ANEXO 1. Abordagem bayesiana em epidemiologia

Frequentemente, a análise estatística em epidemiologia lança mão de um modelo estatístico probabilístico que, partindo de um modelo teórico, melhor se aplica a medir associações ao desfecho de interesse. Vinculado a um modelo probabilístico tem-se um conjunto de parâmetros desconhecidos que serão estimados a partir de dados coletados de acordo com um desenho de estudo para explicar o desfecho de interesse, ex. Inquéritos epidemiológicos, estudos caso-controle, estudos coorte.

O processo de estimação desses parâmetros tem pelo menos duas abordagens de estimação: A frequentista e a bayesiana. A abordagem bayesiana tem sido largamente aplicada em estudos epidemiológicos na análise de diversos desfechos: mortalidade infantil (Silva *et al.*, 2011), doenças infecciosas (Angelis *et al.*, 2014) e crônicas (Naderimaghani *et al.* 2014) e ao contrário da frequentista, na abordagem bayesiana, é aplicado o conceito de probabilidade subjetiva, que permite a representação do conhecimento a priori a respeito dos parâmetros do modelo através de uma distribuição de probabilidade, chamada distribuição a priori. Uma distribuição a priori para os parâmetros desconhecidos do modelo pode ser identificada usando informações extraídas de dados, tais como meta-análises, revisões sistemáticas, informações de experts, etc.

Além da inclusão de informações extraídas de dados na distribuição a priori, em se tratando de modelos complexos a abordagem bayesiana é mais flexível, podendo ajustar modelos que considerem, por exemplo, variáveis não observadas (variáveis latentes), erros de medidas em testes diagnósticos, grande número de parâmetros etc (Dunson 2001; Gelman *et al.*, 2003).

O conhecimento a respeito dos parâmetros é atualizado à luz de uma nova informação proveniente dos dados coletados via Teorema de Bayes. O que resulta na distribuição a posteriori dos parâmetros. Toda inferência a respeito dos parâmetros é feita a partir da distribuição a posteriori, cuja informação pode ser resumida em estimativas pontuais tais como valor esperado, mediana ou moda, e estimativas intervalares, denominadas intervalos de credibilidade (Gelman *et al.*, 2003).

Assim como a abordagem frequentista, a bayesiana depende fortemente de procedimentos computacionais na estimação dos parâmetros desconhecidos. Usualmente no processo de estimação bayesiano é utilizado o método de simulação via MCMC (do inglês *Markov chain Monte Carlo*). Esse método pode ser aplicado na grande maioria dos modelos bayesianos, e vem sendo utilizado na epidemiologia desde a década de 1990 a partir da popularização do software *WinBUGS* que foi desenvolvido para tornar os métodos bayesianos mais acessíveis na área de saúde.

No entanto, os métodos de simulação via MCMC podem demandar muito tempo computacional tornando-os caros e muitas vezes inviáveis de serem aplicados. Para resolver as dificuldades de implementação computacional envolvidos no MCMC, novas metodologias vêm sendo desenvolvidas, como o método INLA (do inglês *Integrated Nested Laplace Approximation*) (Rue *et al.* 2009).

O INLA é um método computacionalmente eficiente para inferência bayesiana de forma rápida em uma classe modelos, como por exemplo, os modelos lineares generalizados, modelos multinível, modelos espaço-temporais. O método INLA já conta com um pacote para o software R.

Em nosso trabalho utilizamos um modelo de regressão logística multinível com um efeito aleatório para os conglomerados cena/dia/turno e outro para os estratos, capital e região metropolitana. E foi utilizado distribuições a priori pouco informativas (*weakly informative priors*) propostas por Gelman *et. al* (2008) para os coeficientes e Fong *et al.* (2010) para os efeitos aleatórios.

Referências

1. Silva SLC, Fachel JMG, Kato SK, Bassanesi SL. Patterns of variation in the infant mortality rate in Rio Grande do Sul State, Brazil: comparison of empirical Bayesian and fully Bayesian approaches. *Cad. Saúde Pública*. 2011; 27(7):1423-1432.
2. Angelis DD, Presanis AM, Birrell PJ, Tomba GS, Housed T. Four key challenges in infectious disease modelling using data from multiple sources. *Epidemics*. 2015; 10: 83–87.
3. Naderimagham S, Alipour S, Djalalinia S, Kasaeian A, Noori A, Rahimzadeh S, Modirian M, Khosravi A, Etemad K, Jamshidi HR, Farzadfar F. National and Sub-national Burden of Breast Cancer in Iran; 1990–2013. *Archives of Iranian Medicine*. 2014; 17(12): 794-799.
4. Gelman A, Carlin J, Stern H, Dunson D, Vehtari A, Rubin D. Bayesian Data Analysis. 2ªEd. p.696. July 2003. Chapman & Hall/CRC Texts in Statistical Science.

5. Rue H, Martino S, Chopin N. Approximate Bayesian inference for latent Gaussian models by using integrated nested Laplace approximations. *J R Stat Soc SeriesB Stat Methodol* 2009; 71:319-92.

6. Gelman A, Jakulin A, Pittau MG, Su YS. A weakly informative default prior distribution for logistic and other regression models. *The annals of applied statistics*. 2008; 2 (4): 1360–1383.

7. Fong Y, Rue H, Wakefield J. Bayesian inference for generalized linear mixed models. *Biostatistics*. 2010; 11(3): 397–412.

